

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**DE CATAFALCO A HIRSUTO E INGÊNUO CZAR: As representações sobre Luiz
Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)**

Gilson Moura Henrique Junior

Pelotas, 2019

Gilson Moura Henrique Junior

**DE CATAFALCO A HIRSUTO E INGÊNUO CZAR: As representações sobre Luiz
Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Márcia Janete Espig

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

H518d Henrique Junior, Gilson Moura

De Catafalco a Hirsuto e ingênuo Czar : as representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo Jornal a Federação (1924-1930) / Gilson Moura Henrique Junior ; Márcia Janete Espig, orientadora. — Pelotas, 2019.

152 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Periódicos. 2. Representação. 3. Micro história. 4. História cultural. 5. A Federação. I. Espig, Márcia Janete, orient. II. Título.

CDD : 909

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Folha de Aprovação

Gilson Moura Henrique Junior

DE CATAFALCO A HIRSUTO E INGÊNUO CZAR: As representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em 12 de Março de 2019, Programa de Pós-Graduação em História, departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 12 de Março de 2019.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Janete Espig (Orientadora), Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

HENRIQUE JR, Gilson Moura. **DE CATAFALCO A HIRSUTO E INGÊNUO CZAR: As representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)**. 2019. 152f. Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em História – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O presente estudo é o resultado de pesquisa a respeito das representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo periódico **A Federação** (órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense) e estabeleceu uma análise sobre as transformações das representações de Prestes no decorrer do período entre o início do ano de 1924, ano em que inicia o périplo da Coluna Prestes, e 1930, às vésperas da Revolução de 1930. Esta pesquisa estabeleceu a corporificação de Luiz Carlos Prestes nas representações produzidas por **A Federação** e como este processo dá conta de uma paulatina transformação na própria autoria do periódico, nos elementos que a compõe, em estilo e linguagem, e como isso reflete as transformações conjunturais pelas quais passou o Brasil e o Rio Grande do Sul. Como parte do processo de pesquisa organizou-se a perspectiva analítica do periódico como forma cultural e instituição social e como isso faz parte da própria percepção do processo de corporificação de Prestes nas representações por **A Federação**. No recorte temporal se estabeleceu que as representações que dão a Prestes um rosto e um corpo político tem sua produção calcada numa linhagem de texto jornalístico iniciada por Júlio de Castilhos, e cujo resultado tem estilo e linguagem únicos, formadas pela própria identidade do periódico como forma cultural e instituição social, que fazem parte de processos históricos de transformação conjuntural. De Catafalco a “hirsuto e ingênuo czar”, Prestes tem seu rosto e corpo políticos representados como um processo cuja trajetória reflete um rosto e corpo reconhecível e presente no cotidiano político da sociedade.

Palavras-chave: periódicos; representação; micro-história; história cultural

Abstract

HENRIQUE JR, Gilson Moura. **FROM A CATAFALQUE TO "HIRSUTE AND NAIVE CZAR"**: The representations about **Luiz Carlos Prestes** by the newspaper **The Federation** (1924-1930). 2019. 152f. Dissertation presented as a requirement to obtain a Master's Degree in History, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

This study is the result of the research about the representations about Luiz Carlos Prestes by the journal **The Federation** (official organ of the Rio-Grandense Republican Party). It establishes an analysis of the transformations of Prestes' representations during the period between the beginning of 1924, the year in which the tour of the Prestes' Column began, and 1930, almost the beginning of the 1930 Revolution. This study also established the embodiment of Luiz Carlos Prestes in the representations presented by **The Federation** and how this process happened from a gradual transformation in the own authorship of the journal, the elements that compose it, in style and language, and how this reflects in the transformations Brazil and Rio Grande do Sul have passed. As part of the research process, the analytical perspective of the journal was organized as a cultural form and social institution, as well as considering the way this becomes part of Prestes' own perception of the embodiment process in representations by **The Federation**. In the temporal cut, it can be seen that the representations that give Prestes a political face and a body, have their production based on a lineage of journalistic text initiated by Julio de Castilhos, whose result has unique style and language, formed by the very identity of the journal as a cultural form and social institution that are part of historical processes of conjunctural transformation. From a catafalque to a "hirsute and naive czar," Prestes has his politicians face and body represented as a process whose trajectory reflects on recognizable face and body present in the political everyday of society.

Keywords: periodicals; representation; micro-history; cultural history

Sumário

Introdução	10
1. A Federação: Um farol <i>Castilhista</i> na <i>Belle Époque</i> Porto-alegrense.....	23
1.1. Um Jornal.....	25
1.2. A Federação.....	31
1.3. Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra.....	48
1.4. As Revoluções.....	50
2. Um certo Capitão Luiz Carlos Prestes.....	73
2.1. O Berço Republicano do Capitão.....	78
2.2. Um catafalco de Assis Brasil.....	94
2.3. De catafalco a Hirsuto e Ingênuo Czar.....	118
Conclusão.....	134
Referências.....	140
Fontes.....	140
Bibliografia.....	141
Anexos.....	149

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Márcia Janete Espig, cujo papel na formação da dissertação foi da escrita à formação das percepções historiográficas, e cuja influência nas escolhas teóricas e na redação foram fundamentais. A minha companheira, Niara Luiza Ramos de Oliveira, sem a qual nenhuma linha desta pesquisa seria possível que fosse escrita, pela própria perspectiva de identificação no jornalismo como uma fonte principal de pesquisa e em Prestes uma figura pública que precisava ser lembrada, além do amor que me deu força para o caminho diário. Ao Calvin, Juca, Belinha, Saturnina Elvira e Pedro Arcanjo pelas interrupções cotidianas que ajudavam a retomar pensamentos e corrigir rumos. Aos grandes amigos Roberto Imbuzeiro Oliveira, Victor Freire, Liliane Correa, Ana Cláudia Vieira, Gustavo Farias, Paulo Ferraresi Pigino, Sooraya Karoan, Fernando Pureza, Alisson da Hora, Leandro Santos, Mayara Melo, Lucas Dutra, Rejane Cavalcanti, Márcia Albuquerque, Ane Brasil, entre outros, sem os quais a vida cotidiana seria impossível. Ao grande amigo Felipe Ávila e nossos périplos com o Calvin pelas ruas de Pelotas, com a cervejinha ocasional, que arrumaram ideias e conceitos históricos. Agradeço especialmente à CAPES e à FAPERGS pela concessão da bolsa que permitiu uma pesquisa tranquila e a aquisição dos livros e as viagens para seminários que tanto contribuíram para o resultado final e aos professores e coordenadores do PPGH-UFPel, a quem atribuo minha formação como historiador, em especial à professora Lorena Gill, que tanto iluminou o caminho de minha formação teórica, e ao coordenador Edgar Gandra, que ajudou demais na própria conquista da bolsa. Agradeço também aos funcionários da UFPel, em especial às bibliotecárias, que tanto nos auxiliam no cotidiano das pesquisas. E dedico esta dissertação a meu pai, Gilson Moura Henrique, minha mãe, Nilza Durães Henrique, e irmãs, Adriana e Márcia Durães Henrique, a existência destas páginas, pelo tanto que nos suportaram, em muitos sentidos, e permitiram que a criação de cada linha fosse feita com inspiração, transpiração e um amor pelo ofício da história.

*“Se meus joelhos não doessem mais
Diante de um bom motivo que me traga fé,
que me traga fé
Se por alguns segundos eu observar
E só observar
A isca e o anzol, a isca e o anzol
A isca e o anzol, a isca e o anzol
Ainda assim estarei pronto pra comemorar
Se eu me tornar menos faminto que
curioso, curioso
O mar escuro trará o medo
Lado a lado com os corais mais coloridos
Valeu a pena
Valeu a pena
Sou pescador de ilusões”
(Marcelo Yuka, da canção Pescador de
Ilusões, do grupo O Rappa)*

Introdução

Escrever sobre Luiz Carlos Prestes não é tarefa fácil, embora seja imprescindível escrever sobre uma das figuras públicas mais impactantes da história do Brasil no século XX. Prestes contribuiu para que em torno de si se constituísse um processo de lutas de representação que gerou uma duradoura disputa entre o epíteto de “Cavaleiro da Esperança” (AMADO, 2002) e o combate ao que este símbolo vivo da rebeldia gerava na percepção popular de sua trajetória, da ideologia que o cercava e do símbolo que lutava para ser.

Prestes encarnou um personagem em sua vida de lutas e de construção de revoluções, um personagem cuja figura estampava cartazes, livros e cuja imagem de intrepidez e liderança era invocada na mesma medida em que era combatida.

Capa de livros, de panfletos, personagem principal de romances e de relatos do périplo da Coluna Prestes, o Capitão foi uma das mais exemplares figuras que se tornaram alvo de reproduções e representações no período em que foi proeminente na história do Brasil e personagem de lutas de representações que já ocorriam desde os primeiros anos da Coluna Prestes.

E é exatamente para iniciar uma trajetória de análise destas representações e de como se constituíam, que esta pesquisa se propõe a discutir as transformações que o personagem Luiz Carlos Prestes sofreu na produção de representações por **A Federação**, um dos veículos que atuou de forma veemente no combate a sua caminhada como oposição ao governo republicano.

Na análise do combate à trajetória de Prestes como liderança rebelde, e da utilização das representações como ferramenta, buscamos compreender como o periódico lidava com as necessárias alterações das representações sobre seu adversário diante das mudanças conjunturais nos anos 1920 e que pistas estas transformações nos deixam para entendermos as dinâmicas político-culturais do período.

A Federação era um dos mais importantes jornais positivistas do Brasil, porta-voz do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR¹) e defensor do Partido e de sua tomada de poder desde sua fundação, em 1884 (FORNO, 2015).

No Rio Grande do Sul, o periódico era a mais eloquente voz do poder, o principal combatente a toda a oposição, incluindo o Partido Federalista e Partido Republicano Democrático (PRD), especialmente combatendo Assis Brasil, sua maior liderança, e aos demais opositores aos governos de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e posteriormente Getúlio Vargas.

A Federação era o grande porta-voz de uma elite com enorme capital cultural e que compartilhava o poder econômico, mas disputava o poder entre si, com nomes como Gaspar Silveira Martins, cujo histórico de rebeldia contra o imperador transformou-se em uma postura de comensal da mesma mesa da monarquia. Esta elite republicana ilustrada se organizava no Partido Republicano junto com outras gamas populacionais que não foram contempladas com representatividade pelo Partido Liberal durante o Império e que na República abraçaram a defesa de uma percepção do republicanismo alinhado com o positivismo que tinha diferenciais com os partidos republicanos pelo país, e mantinha uma disputa interna pela hegemonia da própria concepção de república.

Essa elite, se estruturava como uma novidade, mas era uma velha elite agrária imperial repaginada, pois composta de elementos socialmente originários dos proprietários rurais, pecuaristas que mantinham longo e firme status de poder na província. A compreensão de que estes bacharéis eram parte de uma classe média urbana foi hegemônica até a década de 1970, mas depois disso se verificou um grande equívoco dada sua origem (MARTINY, 2018, p. 99).

O *Castilhismo* era um ordenamento político cujo discurso **A Federação** foi produzida para ecoar, e cujo positivismo tinha um perfil centralizador e autoritário. Sua percepção do espaço público era a de que este deveria ser alvo de uma ideia que negasse a apropriação por parte da elite liberal como espaço seu, um modelo que impunha uma percepção do regime como um “regime de virtude” (RODRIGUEZ, 2005, p.33). A missão do *Castilhismo* não se concretizou de forma fiel ao seu discurso político, mas produziu uma prática centralizadora e autoritária para a política do Rio Grande do Sul. Seu legado exigia uma paradoxal ação pendular entre

1 A sigla identificará o partido no inteiro teor do texto.

a centralização e a negociação, que agia num ir e vir de concessões e interdições com a sociedade, produzindo uma conjuntura de relativa produção de consensos que se interrompiam em profunda dissensão com intervalos relativamente curtos entre si.

A Federação é aqui um veículo de condução do processo de teatralização das relações políticas entre uma elite dirigente que organiza uma cultura no Rio Grande do Sul a partir de uma busca de representação de valores como naturais. Buscando estabelecer pelas vias de uma pantomima a identificação destes valores com os da população, **A Federação** explicitava as oposições e resistências ao PRR, por vezes recorrendo ao terror, classificando-as como opositoras da própria civilização, e não apenas ao Partido. Este estilo de dominação que não é impossível de ser comparado ao da *gentry* inglesa, que praticava um estilo de dominação que encenava uma “[...] hegemonia cultural à qual se contrapõe uma tradição subterrânea de terror popular” e cuja prática no poder fazia da lei não apenas “[...] um simples instrumento de dominação, mas também uma ideologia, a qual legitima a dominação da *gentry*” (THOMPSON, 2012, p.224-225). Este periódico inicia sua trajetória como um veículo de propaganda política do republicanismo até se tornar o principal jornal da República no RS. E foi neste veículo que percebemos uma trajetória de representações sobre Luiz Carlos Prestes que permitiu ser estabelecido um caminho de análise que buscou, de forma minuciosa (LEVI, 2009, p.14), perceber os aspectos das representações sob o ponto de vista da linguagem utilizada, do uso da técnica de diagramação para localizá-la no espaço do jornal, enfatizando um determinado viés de ataque aos adversários, e o uso de elementos narrativos que atuam tecnicamente para produzir elementos de ficcionalidade na construção de uma história onde os opositores aos governos republicanos eram constituídos como vilões, bandoleiros que atacam os valores da sociedade, da família e do progresso (FORNO, 2015).

Prestes foi produzido como um personagem secundário que acaba por roubar a cena ao fim da história, cuja construção produz, com riqueza de detalhes, contradições, humor e desdém. As representações produzidas por **A Federação** fazem parte de uma trajetória narrativa onde Luiz Carlos Prestes avança de um mero peão, de um jogo de xadrez, a Capitão.

Na análise do processo, optamos por uma percepção que seguiu um padrão micro-histórico, que permitisse uma leitura das fontes com um nível de detalhamento que enxergasse em cada elemento as perguntas e respostas necessárias para alcançar o máximo de minúcia na percepção do fenômeno observado, ou seja, que focasse em uma escala em que o detalhamento máximo do fenômeno permitisse uma abordagem fundamentada na estratégia de entender as representações de forma abrangente sob o ponto de vista técnico e teórico (LEVI, 2015, p.247). Teórico no sentido de perceber as diferentes formas de qualificação das representações diante das possibilidades de análise ofertadas pela fonte (GINZBURG, 2012, p.130). Técnico no sentido de perceber os aspectos das representações enquanto definíveis pelas técnicas de produção do fio narrativo, seja no âmbito da diagramação do jornal, na escolha dos termos para a descrição dos personagens e na produção de uma estrutura textual que construía personagens perceptíveis em uma história com fundo moral, cujas técnicas de produção de encaixes ficcionais atribuíam características de vilão ou heróis a cada personagem de acordo com a história onde o Partido Republicano é um farol de progresso e paz, e que atuam produzindo uma imagem a partir do uso das técnicas do texto, que mobilizam nossas memórias e experiências no mundo visível e cujo estilo tem uma historicidade (GINZBURG, 1989, p.85).

Para alcançar o objetivo de promover uma reflexão sobre as representações, entendendo o contexto de sua construção e do veículo que as produziram, se entendeu como fundamental especificar a produção de um contexto do jornal e das representações promovidas por ele em separado. Para tal foi necessária a leitura diária do jornal no recorte temporal definido, operando em duas etapas. Primeiro obedecendo a uma experiência de leitura da fonte a partir da busca textual disponível na ferramenta de pesquisa da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em segundo lugar buscando a releitura a partir de primeiro de janeiro de 1924 até primeiro de janeiro de 1930, buscando analisar não só o texto, mas a diagramação e a própria autoria do periódico.

A opção consciente em não abordar questões relativas à recepção tem o caráter claro do reconhecimento das limitações relativas à determinação do mundo leitor d'**A Federação** e do próprio mundo leitor no Rio Grande do Sul naquele período. Não pela ausência dos dados, mas pelo desvio do foco em relação à produção da pesquisa impedir concretamente uma ampliação da abordagem por

este caminho. Entendemos aqui que este processo merece uma reflexão, porém não seria possível nesta abordagem abordá-lo sem prejuízo da pesquisa como um todo.

No primeiro capítulo optamos por efetuar o detalhamento do perfil d'**A Federação**, analisando o veículo primeiramente a partir da percepção deste enquanto jornal e seu papel como instituição social, depois como fonte, porém imersa em um contexto onde sua autoria, seu perfil relacionado aos laços políticos e pessoais que envolveram sua construção e como local de trabalho, influenciaram a própria dimensão deste jornal como espaço de socialização, como “[...] projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (DE LUCA in PINSKY, 2008, p. 140).

A Federação é aqui fonte e objeto, compartilhando com as representações sobre Prestes o papel de figura de análise objetiva, alvo de uma investigação que construiu em torno do jornal a contextualização do tempo e de sua função no período analisado, não apenas como produtor e autor de representações, mas como lugar de trabalho, espaço de vida em uma cidade que vivia a *Belle Époque* e se instituíra como capital e símbolo de um progresso onde o jornal era um farol que iluminava de positivismo o estado do Rio Grande do Sul (BAKOS, 1998, p. 217). O jornal aqui vai além do papel e de seu papel, ultrapassa sua função enquanto ferramenta de comunicação, é mais que a voz do poder.

A Federação assume seu papel de produtor de significados e de busca de hegemonia cultural, mas também como comunidade organizada, com todo o arcabouço de símbolos e signos, de leis e de regras de sociabilidade, de solidariedade laboral, comunal, e de conflitos e embates. Analisamos o periódico como local onde se troca afetos, se constrói laços, se estabelecem narrativas, dissensões e compartilham-se valores que organizam tanto o ambiente interno como concorrem para construir um tipo de significação do cotidiano que faz do jornal uma parte fundamental do estabelecimento de uma hegemonia cultural.

Hegemonia esta que vai muito além do papel de cada jornal isolado como detentor de uma linha editorial e de um discurso e estilo vinculado a ela, mas produz significados que permeiam a formação da percepção da “verdade”, do tempo, da escrita, do fato, do real, enfim, atuando como o relógio atuou na disciplina do tempo, como uma ferramenta de um tipo de desenvolvimento econômico que atua também

como uma ferramenta de um tipo de mudança de uma cultura e da consciência social (THOMPSON, 2013, p. 304).

Para tanto dividimos o primeiro capítulo em cinco subtítulos que dão conta da abordagem dos periódicos enquanto forma cultural, fonte, objeto e ferramenta de transformação cultural, do periódico em específico **A Federação** como parte de uma comunidade de informações, parte de um mundo, de um contexto com suas especificidades e seu papel enquanto veículo e comunidade, o contexto revolucionário no Rio Grande do Sul e a estrutura narrativa em torno das Revoluções e a base cultural que atribui à Revolução Farroupilha um legado, uma espécie de “DNA” histórico gaúcho.

No segundo capítulo produzimos a análise das representações sobre Luiz Carlos Prestes por **A Federação** iniciando-o com uma pequena biografia de Prestes, centrada na abordagem de Daniel Aarão Reis, de seu nascimento até 1924, quando o processo de representações sobre Prestes inicia-se, debatemos o processo de representações e terminamos o capítulo com um aprofundamento da sustentação teórica que produziu a análise.

A escolha da narrativa historiográfica contida na biografia de Prestes escrita pelo historiador Daniel Aarão Reis se deu a partir de sua compreensão como uma representação de Prestes que trava uma luta de representações com outros biógrafos, entre eles a própria filha do Capitão e historiadora, Anita Prestes. Essa escolha se sustenta na busca de evitar caminhos narrativos que ignoram processos em que Prestes é antes de qualquer coisa um ser humano cuja trajetória tem uma liberdade limitada entre a narrativa, o fato e a lenda.

Aarão Reis estabelece em sua produção uma construção de personagem cujo papel da família, da escola e das próprias escolhas de Prestes em sua vida amorosa, religiosa e no lazer influenciam e criam uma caminhada que faz do personagem um homem, por mais admirável que seja, participe de uma história grandiosa, mas que foi produzida com erros e acertos. Essa escolha específica de representação biográfica não torna as representações existentes na obra de Anita Leocádia Prestes menos verdadeiras ou verossímeis, tampouco desqualificam aquela obra e suas análises como menos importantes, apenas é uma opção existente entre as linhas de narrativas possíveis e que coadunam com a visão desse historiador a respeito do que é importante e fundamental na trajetória de produção historiográfica.

Em ambos os casos é interessante a percepção da biografia como narrativa produzida a partir da concepção presente no mundo social em que a existência tem uma normalidade na qual a identidade e a trajetória da vida são como uma constância em si mesmo (BOURDIEU, 1996, p.77). As biografias aqui atuam produzindo sentido e coerência em torno de uma existência fragmentada, cuja trajetória é destituída de uma regularidade, e na qual a constância passa a existir a partir do uso da narrativa.

Optamos aqui por explorar menos o heroísmo do líder de uma revolta, cujo périplo percorreu vinte e cinco mil quilômetros, passando por treze estados e liderando cerca de mil e quinhentos homens e que “jamais foi derrotada” (PRESTES, 1989, p. 113), e mais a própria ideia de Prestes líder da mesma luta de representação que retira deste ator não só sua personalidade “humana”, como ignoram sua própria condição de membro de uma classe que participou da construção e sustentação do mesmo governo oligárquico contra o qual combatiam.

A escolha da representação sobre Prestes contida na biografia de Aarão Reis se dá inclusive pela demonstração da participação de seu pai, Antônio Pereira Prestes, na defesa da mesma República contra a qual seu filho se levantaria. Ou seja, o Capitão e os “setores médios” e parte da “oligarquia cindida” disputavam contra uma república cujos grupamentos aos quais pertenciam foi fortemente responsável pela manutenção e construção.

Antônio Pereira Prestes era parte da luta pela Proclamação da República, a mesma República contra a qual Luiz Carlos Prestes travou uma feroz luta, mas este é descrito pela historiadora Anita Prestes como “homem progressista para seu tempo” (PRESTES, 2006, p.9). Foi um dos participantes de “pactos de sangue”² organizados e liderados por Benjamin Constant e que tinha por objetivo angariar um apoio orgânico da juventude militar à causa republicana.

Da mesma forma a narrativa a respeito da mãe de Prestes, Leocádia, por Reis estabelece um padrão de registro de sua identidade e personalidade, indo da constatação de sua identidade própria sob o ponto de vista religioso e político (REIS,

² Como eram chamadas as cartas enviadas a Benjamin Constant em 26 de setembro de 1889 por 39 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha cujo teor era a formação de um pacto entre alunos e aliados que o defendia de uma punição anunciada pelo ministro da Guerra, conselheiro Cândido de Oliveira, e “denunciava os políticos como inimigos da nação, proclamava a solidariedade a Benjamin Constant e lhe pedia que os liderasse na luta pela liberdade”. Constant era notório defensor da intervenção do exército no cotidiano político do país. (LEMOS, 2010)

2014, p. 10), até seu envolvimento com Eugênio Agostini (REIS, 2014, p. 16) e seu trabalho de professora para sustentar a família, que sofria com o baixo soldo que a viúva recebia após a morte do marido (REIS, 2014, p. 20). Outras biografias não diferem no âmbito da descrição apaixonada do personagem, seja a escrita por Moacir Assunção, “Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro”, onde em determinado momento o autor diz “aprendi com o povo a amar Luiz Carlos Prestes” e trata o biografado como “lendário” (ASSUNÇÃO, 2007, p.14). As obras de Jorge Amado (2002), assim como as demais obras de Anita Leocádia Prestes sobre Luiz Carlos Prestes como as obras “Luiz Carlos Prestes: Patriota, revolucionário, comunista”(2006) e “Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)” (2008), deixam nítido que entre a verdade e a lenda optam pela lenda. Nas descrições feitas pela historiadora Anita Prestes a opção pela descrição heroica da avó (PRESTES, 2006, p. 10 – 11), onde as privações são alavancas para a superação e a formação moral, são parte da narrativa da “jornada do herói” que Luiz Carlos Prestes teria como vida, não necessariamente uma biografia que opte termo a termo, categoria a categoria, pela história da vida de Prestes. As informações contidas nas biografias raramente divergem de forma brutal, mas a produção narrativa em torno de ambas sim.

As louváveis produções jornalísticas como a de Hélio Silva (1998), Domingos Meirelles (1995) e Eliane Brum (1994) sobre a Coluna Prestes, habitam o intermédio da opção biográfica de Anita Prestes e Daniel Aarão Reis, possuindo uma abordagem mais assertiva, porém sem conseguir uma leitura que tenha o grau de percepção de incluir a coluna e seus membros no contexto em que vivem. Há um rigor menor até do que na obra dos historiadores, mesmo as que optam por uma leitura menos objetiva da vida de Prestes. A opção de Eliane Brum, por exemplo, pela abordagem que busca rever a “lenda” não assume o viés, tomando para si não uma perspectiva de descoberta e de recolhimento de indícios para a construção de quadros verossímeis, mas pela opção de desconstrução, “humanizando” os habitantes das regiões por onde passou a Coluna, setenta anos depois, colocando-os como se habitando entre heróis e vilões, negando a própria autonomia relativa desta população, e ignorando as perspectivas alteradas pelo tempo, pela influência da luta de representações, etc. Meirelles, por outro lado, opta por narrativas que entendem documentos encontrados nos Estados unidos com referências mais

concretas que outros já pesquisados antes e depois. Não os lê como acréscimo, mas como substitutos, e por vezes incorre em relatos que não contemplam muita concordância com um cruzamento entre documentos e relatos a respeito da Coluna. As próprias “grandes fogueiras” do título contém um erro tático básico demais para que oficiais tão brilhantes como Prestes, Miguel Costa, Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto o tenham cometido, além de ter pouca ou nenhuma base de concordância com relatos e documentos. A Coluna, por mais brilhante que tenha sido, fugia de um exército que estava em processo de modernização tática, compartilhada inclusive pelos tenentes que a lideravam, e não jogaria pela janela suas chances se denunciando com o brilho de fogueiras. Hélio Silva atua de forma mais sóbria, mas ainda impregnado pelo impressionismo de testemunha ocular da história e fornece elementos interessantes para serem trabalhados, porém ainda distante do processo desejado pela pesquisa aqui finalizada.

A divergência entre as obras de Reis e Prestes chegou a gerar uma polêmica que fez a historiadora acusar o biógrafo de Prestes como um autor que produz “uma quantidade grande de erros e mentiras para desqualificar a mãe, as irmãs e o próprio Prestes. Ele diz barbaridades sem citar a fonte”, (BORTOLOTTI, 2018). Não há, na nossa interpretação, a mesma avaliação da historiadora Anita Prestes sobre a obra de Daniel Aarão Reis. Há, segundo entendemos, uma distorção de uma abordagem pela historiadora que tenta inserir Prestes no contexto em que vivia, não obliterando aspectos não exatamente positivos de suas ações, sem que isto torne a biografia uma peça de antítese ao biografado. Pelo contrário, a admiração contida nas descrições de Prestes no decorrer de sua história é palpável.

Da mesma forma a narrativa do relator da Coluna prestes, Lourenço Moreira Lima, sobre o périplo da Coluna (LIMA, 1945) é rica em detalhes sobre a ação dos membros da Coluna, mas utiliza uma terminologia ufanista a respeito das ações dos rebeldes. Outras biografias não diferem no âmbito da descrição apaixonada do personagem, como a escrita por Moacir Assunção, “Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro”, em que em determinado momento o autor diz “aprendi com o povo a amar Luiz Carlos Prestes” e trata o biografado como “lendário” (ASSUNÇÃO, 2007, p.14). Em “Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora” Anita Prestes descreve a opção de rompimento com os antigos companheiros de Coluna por Prestes da seguinte forma: “Prestes pagava com o

isolamento político a audácia de ter compreendido a necessidade da revolução social no Brasil” (PRESTES, 2008, p.42).

A historiadora ainda diz que a imprensa manteve silêncio sobre Luiz Carlos Prestes (PRESTES, 2008, p.42), quando **A Federação** o menciona pelo menos uma vez em intervalos regulares de tempo em sua primeira página, tendo em 1934 anunciado pela voz do Deputado Adolpho Bergamini a filiação de Luiz Carlos Prestes ao Partido Comunista do Brasil na mesma fala em que protesta contra a perseguição a trabalhadores por parte das forças policiais (A FEDERAÇÃO, 25 de setembro de 1934, p.1).

Além das questões debatidas, há a percepção nos textos em geral que impõe menos peso à coluna Prestes e mais à trajetória marxista de Prestes. O peso de sua opção pelo marxismo transforma-se em uma “conversão” ao marxismo na maioria dos textos lidos, inclusive os de Anita Prestes. A ideia de um Luiz Carlos Prestes que foi se transformando no decorrer do tempo, em vez da ideia de Prestes evoluir com a aproximação com o marxismo, é cara para a produção desta pesquisa.

A tendência das biografias e trabalhos de Anita Prestes e outros biógrafos e escritores sobre Prestes era a construção narrativa de um personagem cujo destino manifesto era tornar-se um líder comunista. Já na biografia proposta por Reis, o personagem Prestes travava suas batalhas e se constituía como um ser humano, com febres, raiva, paixão, luta e uma disciplina férrea que o transformou em um líder respeitado em todos os espaços em que passou. Além disso, a ideia de Prestes ser o mesmo da Coluna Prestes, a ideia do “Cavaleiro da Esperança” que “desperta” para o marxismo oblitera o caráter de construção que o próprio Prestes se envolveu a respeito de sua figura pública sendo a liderança que foi na Coluna, uma liderança que demorou a ser aceita pelo PCB e nos primeiros anos não repetiu o rigor que tinha como capitão. E é o Prestes desses primeiros anos e suas representações o foco desta pesquisa.

Para esta pesquisa era fundamental organizar um recorte biográfico onde o Cavaleiro da Esperança permitisse que Prestes fosse também catafalco³, Capitão e “Hirsuto e ingênuo Czar” (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5)⁴.

3 Manequim de madeira ou de cera exibido ao lado do cadáver de monarcas nos funerais que praticamente exprimia o duplo corpo do rei (GINZBURG, 2001, p.86).

⁴ É possível analisar a reprodução do periódico em questão nos anexos desta pesquisa, na página 152.

A opção por interromper a descrição biográfica de Prestes em 1930 se dá pela estratégia de pontuar no estudo das representações o contexto biográfico de Prestes naquele momento. De 1924 até 1930, a análise do fenômeno pontua a biografia de Prestes de forma em que esta e o personagem dividem o protagonismo da narrativa com as representações produzidas por **A Federação**.

Além deste aspecto, é importante entender a própria estratégia do biógrafo de Prestes, Daniel Aarão Reis, enquanto uma estratégia também de representação que dialogava com a análise proposta neste texto, ou seja, que corroborava com a ideia de percepção de como Prestes era representado em lutas de representação que colocavam **A Federação** de um lado, enquanto os que descreviam Prestes como “Cavaleiro da Esperança” se posicionavam no espectro oposto.

A própria percepção na biografia de um Prestes que encantava o biógrafo no decorrer da escrita, foi importante para a percepção do avanço do personagem que foi de catafalco de Assis Brasil a portador de um rosto hirsuto próprio. Todo o debate em torno das fontes foi feito incluindo o debate teórico nas entrelinhas das apresentações das representações.

Optou-se aqui por não estruturar a escrita analisando as fontes de forma linear no âmbito da cronologia. Para tal a opção foi a de estabelecer similaridades de representações independente do ano em que ocorriam dentro do recorte temporal. Assim estabelecemos uma estratégia de escrita que entendia as representações enquanto fenômenos que se repetiam de acordo com os anos dentro do contexto histórico do recorte temporal definido.

A abordagem das representações foi produzida de acordo com as abordagens de Chartier, De Certeau e Ginzburg. A perspectiva de cada abordagem em relação às representações foi a percepção de que a produção de representações por **A Federação** obedecia um caráter mais próximo da realidade enquanto meio literário e da escrita (CHARTIER, 2002), da linguagem (DE CERTEAU, 1995) e também das representações enquanto processo de transmutação de algo ou alguém em outra coisa (GINZBURG, 2001). Também entendemos as representações como um compartilhamento de códigos culturais, sentimentos e pensamentos em sociedade, como meio de produção de sentidos e atribuição destes elementos cotidianos, representação como um processo dialógico, que se transmite e se distribui pela linguagem (HALL, 2016).

A investigação das representações também procurou a identificação dos processos técnicos da representação a partir de uma perspectiva da historicidade da técnica (GINZBURG, 1989) e também dentro da técnica da análise dos processos de autoria (CHARTIER, 2014) e do detalhamento da técnica literária envolvida no trabalho jornalístico (CHARTIER, 2017). A técnica também aparece no primeiro capítulo enquanto processo histórico do desenvolvimento da técnica, especificamente vinculado aos jornais (BARBOSA, 2010) e com o detalhamento da técnica no aspecto visual e sua descrição e história (FREIRE, 2009). O jornal é compreendido aqui como instituição social, forma e tecnologia cultural (WILLIAMS, 2016).

A metodologia de análise das representações foi organizada de acordo com o entendimento de uma técnica micro-histórica, ou seja, pelo viés de entendimento da fonte e dos fenômenos como parte de um processo que incluía o periódico como produtor de um tipo de excepcionalidade dentro de uma normalidade aparente (GRENDI, 2012, p. 27). Nesse sentido optamos por uma busca analítica de paradoxos na narrativa d'**A Federação** que ecoasse indícios (GINZBURG, 1989) de um processo de circularidade de referências que compusessem representações passíveis de serem recepções da conjuntura (GINZBURG, 2006). Essa opção de análise do fenômeno busca na congregação de indícios possibilidades de percepção do real e superação de sua opacidade (GINZBURG, 1989) para o estabelecimento de uma narrativa verossímil a respeito do passado (GINZBURG, 2001). Este processo se deu com uma estratégia de foco no recorte e na fonte que nos permitiram ampliar as perguntas a respeito do objeto, da fonte e do fenômeno (LEVI, 2009, p.14). Esta perspectiva microscópica buscou também entender o aspecto do peso das representações enquanto sua participação e papéis que executou na produção de sentido orientado pelo exercício de poder (LEVI in BURKE, 1992, p.137).

A perspectiva micro-histórica também se estabeleceu na produção da própria escrita onde as conclusões foram divididas com o leitor no decorrer do texto, tentando criar com este um laço, uma cumplicidade, organizando um debate com quem lê, permeando o texto de uma tentativa de diálogo que evitasse blocos duros de discussão teórica e permitissem uma leitura aprofundada do fenômeno e das fontes em conjunto com quem lê, narrando, mas “sem esconder as regras do jogo”

(LEVI, 2009, p.14). A opção por um determinado fio narrativo, que ignora linearidades cronológicas e propõe outra abordagem, em que pesem as possibilidades teóricas envolvidas, também é uma opção dentro da perspectiva micro-histórica (GINZBURG, 2012, p.14).

Esse conjunto de opções formou este texto em que se buscou produzir uma espécie de “genealogia” das representações de Prestes por **A Federação** com uma produção teórica que entendia que a riqueza de detalhes pertencente à análise permitiria ir além da produção de uma narrativa de pesquisa original, mas que contribuísse para o desenvolvimento das técnicas de pesquisa que envolvem não apenas a pesquisa em periódicos, mas a própria teoria relacionada à história cultural e a micro-história. Guiado pela percepção do “farol” que **A Federação** representava e buscando enxergar por ele o rosto de Luiz Carlos Prestes enveredamos nesta aventura da pesquisa em que o périplo do Capitão produziu significados duradouros e estimulantes.

1. A Federação: Um farol *Castilhista* na *Belle Époque* Porto-Alegrense

O edifício localizado na Rua dos Andradas, 959, em Porto Alegre é mais do que a atual sede do Museu Hipólito José da Costa, foi o corpo de um fator primordial na construção de um ideário republicano, e positivista, no Rio Grande do Sul.

A menina dos olhos de Júlio de Castilhos deixou mais que um edifício como símbolo de sua influência nos rumos do Rio Grande do Sul, deixou uma história que define a própria ideia de imprensa em terras gaúchas.

De 1884 a 1937, **A Federação** gravou a ferro e fogo na alma rio-grandense seu estilo de defesa do regime *Castilhista*, e mais ainda, com seu apego a uma autoria e a um processo de produção específico, que deixava claro não só sua posição enquanto folha, mas sua posição enquanto face visível de uma organização política. Apesar de ser um jornal republicano tardio em relação aos já existentes no Rio de Janeiro e São Paulo, **A Federação** foi um dos mais marcantes e parte de um partido que se estrutura já com a produção desta ferramenta, enquanto os jornais republicanos do Rio de Janeiro, por exemplo, não tinham um partido para chamarem de seu até 1888 (MARTINY, 2018, p.106).

A demora no surgimento de um partido, e um jornal, republicanos no Rio Grande do Sul talvez possa ser explicado pelo domínio do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal Histórico de Gaspar Silveira Martins, que conquistou o poder na província em oposição ao domínio do Partido Conservador durante o Segundo Império, (PESAVENTO,1982, p.52). A presença do Partido Liberal Histórico no poder gaúcho dava ao Rio Grande do Sul um perfil político que contribuía para uma disputa de hegemonia com os republicanos, pois o perfil mais moderno, liberal, em relação aos conservadores, tornava mais difícil a vida de quem propunha mudanças. Inclusive pela trajetória de aliança desta ala da elite pecuarista liberal com os comerciantes da comunidade alemã colonial, mediando a relação entre o mundo da aristocracia rural e o mundo da burguesia comercial e industrial, de forma similar às relações entre a burguesia rural e a industrial na formação da *gentry* inglesa (THOMPSON, 2012, p.216).

Contra essa aristocracia rural liberal se insurgiu uma ala mais radicalmente republicana da mesma elite pecuarista, produzindo fissuras na sua aliança com a burguesia comercial e industrial e impondo pesadas críticas a seu imobilismo, que já a desgastava, e agindo para substituí-la (PESAVENTO, 1982, p.52).

Para atuar na produção de um desgaste que levasse a ideia de República para além do espaço político que ocupava, era preciso acompanhar os processos pelos quais passava Porto Alegre. Em uma cidade em contínuo crescimento desde o século XVIII, e que saltou de 1500 habitantes em 1780 para 42.115 em 1888 (PESAVENTO, 2004, p.182), **A Federação** produziu uma primazia da disputa política nas folhas dos jornais, na autoria de significados e na liderança na produção de operações simbólicas e narrativas que marcaram a cultura, o ideário e a própria vivência cotidiana e percepção de realidade da população gaúcha. Uma primazia que dividiu nesse período com o **Correio do Povo**⁵, estabelecendo uma duradoura disputa política e também de hegemonia na produção de percepções do real sobre o cotidiano da população.

Essa produção de significados perpassa a própria ideia do jornal enquanto produtor de narrativas. Para identificar essa produção e a presença específica do periódico é preciso avançar primeiro para a reflexão analítica a respeito da própria natureza do jornal enquanto mídia, forma cultural, ferramenta de interferência na percepção cotidiana da realidade, reprodução de elementos de ideologias específicas e sua história e a história das técnicas envolvidas na sua produção.

A história de um periódico e dos periódicos é fundamental para a compreensão da própria história da produção de narrativas e das técnicas envolvidas nas representações. Essa história permite que a análise das representações sobre Luiz Carlos Prestes por **A Federação** seja um capítulo que possua uma substância própria, capaz de permitir a compreensão das operações

⁵ O **Correio do povo** foi um jornal fundado em primeiro de outubro de 1895, onze anos depois, portanto, d'**A Federação**, e por muitos foi considerado o primeiro jornal do Rio Grande do Sul que traduziu a transição para um tipo jornalismo mais ativo no século XX. A principal disputa era de estilo de jornalismo e de inauguração de uma forma de imprensa que se tornaria a mais usual nos anos vindouros, a de um jornalismo que se pretendia isento e organizado tecnicamente de forma a manter um estilo cuja técnica o teria das opções políticas mais explícitas. Como contemporâneo d'**A Federação**, teve diversos momentos de embate, inclusive por introduzir um estilo que não o colocava imediatamente de um lado ou de outro das disputas políticas do Estado, enfrentando forte concorrência de outros jornais, e o embate sob fogo cerrado tanto do Federalismo quanto do Castilhismo (MACHADO, 2015).

simbólicas envolvidas em sua produção como portadoras de uma especificidade que as define a partir da realização delas por periódicos e pelo periódico em questão.

Apesar de a afirmação parecer óbvia, a identificação do estilo e da autoria de um discurso por parte dos periódicos envolve mais do que a escrita, inclui a diagramação, a tipografia, a localização do discurso no interior do jornal e a própria identificação do periódico enquanto portador de especificidades e enquanto mídia.

Cada periódico com sua assinatura, mas permanecendo como um veículo e tendo sua abordagem específica, com uma forma cultural própria a cada periódico, mas que compartilha elementos entre outros tantos. As especificidades que separam **A Federação** e o **Correio do Povo** não os tornam elementos externos à ideia do que é um jornal.

Um jornal, antes de mais nada, é portador de uma assinatura, como folha, como veículo e como forma específica de diálogo entre as necessidades de sistemas e sociedade que o produziram enquanto ferramenta de comunicação. Compreender esta característica é parte do caminho para a compreensão das produções de representação por periódicos.

1.1. Um Jornal

Um jornal é um sistema e é parte de um sistema. É parte da cultura e formador dela. Estes são elementos de debate a respeito da natureza dos periódicos que constam de parte importante dos estudos das mídias.

Os jornais, assim como via de regra todos os meios de comunicação, foram inventados por necessidades específicas de sociedades que levaram ao desenvolvimento de cada nova tecnologia de comunicação social e que respondiam a um sistema social, econômico e político, além de responder às crises próprias a ele (WILLIAMS, 2016, p. 33).

Necessidades comerciais, políticas, geopolíticas, militares, todas foram parte fundamental da produção de meios que canalizassem a resolução de problemas e demandas próprias das sociedades, estados e sistemas. Sociedades cada vez mais intrincadas em suas redes de relações e instâncias de poder exigiam maior complexidade na transmissão de informações. A própria luta pela direção da produção de emissões de informações foi parte preponderante das relações de força, da própria luta de classes, no teatro de operações da história.

As mídias se organizam em seus próprios sistemas. Sistemas que sofrem contínuas mudanças a partir das transformações conjunturais, tecnológicas e históricas no cenário em que atuam (BURKE; BRIGGS, 2006, p.15).

Os primeiros jornais respondiam às necessidades de uma organização social e política complexa que necessitava descentralizar a transmissão de mensagens para além das vias oficiais e combinava as informações políticas e sociais com os elementos próprios às novas formas de comércio, como anúncios e notícias comerciais. Com o tempo somaram-se às funções de transmissão de mensagens a construção de um papel mais propriamente político aos periódicos. Os jornais e revistas passaram de transmissores de ordens simples para agirem de forma mais explícita como mensageiros de processos ideológicos de construção de pensamento, isso dentro de um contexto em que se tornam parte dos aparelhos de reprodução ideológica, como igrejas e escolas. E essa ocorrência se dá especialmente quando mais e mais elementos se acrescentam às pressões sociais, como o da disputa por mais participação decisória por parte da população. A participação na vida política transformou a imprensa em uma nova instituição social (WILLIAMS, 2016, p. 34).

Enquanto instituição social a imprensa ecoava algo que já se sabia existir desde o século XVIII: a ideia de opinião pública (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 11). Esse eco reproduzia uma nova coleção de necessidades típicas de um sistema que se mantinha em acelerada transformação e influência na vida social. O capitalismo caminhou transformando a ideia de tempo, a organização social em torno do uso do tempo, rompendo com as tradicionais formas de percepção cultural em torno da vida, do dia, das horas, mudando as características do trabalho, disciplinando-o (THOMPSON, 2013, p.280).

E neste contexto se a escola ensinava a disciplina do tempo (THOMPSON, 2013, p.292), o jornal organizava a leitura da ideia de realidade, construindo em sua organização gráfica feita em mosaicos uma hierarquização dos fatos nas páginas dos periódicos (WILLIAMS, 2016, p. 56).

Essa uma ideia de real organizada a partir de hierarquias de importância de fatos, tornava a percepção do real como se o que é mais importante e visível nas páginas dos periódicos fosse algo natural e não como se a distribuição das informações nos e pelos jornais obedecesse à interesses organizados a partir de um controle editorial, um controle por quem julga a importância de cada fato. Esse

controle editorial existente é fundamental para a própria concepção do jornal enquanto forma cultural (WILLIAMS, 2016, p. 57).

E o que é afinal um jornal de acordo com esses acúmulos? O que é o periódico? Uma resposta direta e simples o colocaria como forma cultural, uma forma que age e reage à cultura, se transformando em parte dela. Assim como a televisão é uma tecnologia cultural (WILLIAMS, 2016, p. 24), o jornal, também, o é.

Essa tecnologia é um subproduto da sociedade, de um processo social determinado pelo processo histórico e pelo contexto. Dessa forma cada tecnologia está efetivamente presente no processo histórico e abraçado pela sociedade neste contexto quando adquire sentido de utilização, quando é utilizada por processos preexistentes na sociedade. A invenção das novas tecnologias, como o jornal foi e permanece sendo, não ocorre de maneira independente dos processos históricos na qual está inserida. Ela age e reage à dinâmicas e demandas sociais nesta conjuntura de sua produção e de forma circular acaba determinando e sendo um sintoma da sociedade em que nasce (WILLIAMS, 2016, p. 27).

A tecnologia, assim como a técnica, possui um caráter histórico, uma dimensão que não pode separar a existência de uma nova tecnologia da descoberta de novas percepções culturais. Como a perspectiva linear não pode ser separada do nascimento de uma consciência no sentido moderno do termo, da mesma forma a perspectiva linear não pode ser separada da sociedade em que surgiu e do humanismo florentino (GINZBURG, 1989, p.73). Ou seja, do caudal cultural que permitiu a existência no Renascimento em Florença de uma percepção intelectual sobre o mundo surge uma técnica, mas essa técnica responde também pela necessidade da sociedade em questão, e assim que é descoberta influencia a sociedade à sua volta. A tecnologia, e a técnica, podem ser consideradas um estilo, uma marca de uma época, e de um processo histórico que permanece em transformação a partir da eclosão de novas tecnologias, “um sistema integralmente expressivo” (GINZBURG, 1989, p.75).

O jornal é o resultado de uma tecnologia, e é ele próprio uma, que demanda uma série de técnicas que o tornam um produto do e para o meio, fruto e produtor de processos culturais. E por que o jornal é resultado de uma tecnologia e é ele próprio uma tecnologia? Porque o jornal não é a prensa gráfica inventada por Gutemberg em 1450 (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 24), é algo que surge a partir da

possibilidade de ser feito com a tecnologia produzida por Gutemberg. É um advento da tecnologia, uma leitura dela, uma nova tecnologia de produção de informações que só foi possível a partir de uma invenção prévia. E é uma tecnologia porque revoluciona o uso do papel combinado com o da tipografia, da organização da informação em colunas e posteriormente em mosaico, traduzindo seguidamente percepções da realidade e melhores formas de emitir informações sobre estas para que o receptor as adquira, e com elas o viés relativo ao produtor.

A revolução que produziu o jornal não poderia ocorrer sem uma demanda para que existisse, sem as condições históricas para que se espalhasse e se transformasse e se tornasse o que é hoje o periódico como forma cultural. A rápida expansão da produção tipográfica, primeiramente de livros, a partir da invenção de Gutemberg, fez com que em 50 anos de sua invenção já existissem máquinas de impressão em duzentos e cinquenta lugares da Europa (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 25).

A expansão não parou nos números do século XVI, obviamente, mas o impacto de cerca de treze milhões de livros produzidos e circulando após cinquenta anos da invenção de Gutemberg é um considerável exemplo da invenção relacionada ao contexto, e não apenas como uma ação consciente para cumprir uma demanda, mas como resultado de um processo que a exige e que causa novos processos e resultados. Um sintoma e uma nova determinação de processos históricos. Se o material impresso era parte da cultura popular já no século XVI, ele também era um produtor de uma nova percepção da sociedade pela nova forma de circulação de informações. Claro, essas informações possuíam uma autoria, escritores, inicialmente, e depois editores e jornalistas, mas a mídia, ou seja, o papel impresso, e o impacto das informações ali contidas, inclusive o da exigência do próprio saber ler, foram parte fundamental, seja como catalisadores de mudanças ou produtores dela, de uma nova fase da história (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 30-31).

A própria organização da imprensa em locais que produziam o periódico impresso foi uma transformação e indicou uma nova forma de trabalho, e de trabalho relativo à produção de significados. Se “um empreendimento colossal de transporte por mar e terra” requeria “a expedição diária de centenas de ordens e relatórios” (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 34), também exigia uma organização laboral para produzi-la. E com os jornais não era, ou é, diferente. A organização laboral para a

produção de sentidos, significados e operações simbólicas já é em si uma revolução. A existência da imprensa, do jornal, é, portanto um tipo de transformação, e parte de um conjunto de transformações, que faz da impressão de informações, opiniões, manipulações, uma parte significativa dos impactos em torno da existência dos periódicos.

Periódicos são uma ferramenta produtora de transformações a partir da própria intervenção no mundo da comunicação, da revolução na transmissão de informações. Com isso são também uma ferramenta de transformação da cultura, e também da própria ideia de realidade, pois a realidade passa a ser parte de um compartilhamento de percepções que ultrapassa os limites da comunicação boca a boca. Os jornais alteram a tradição da própria comunicação fazendo com que a leitura deles em voz alta faça parte de uma nova tradição de transmissão de informações (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 72).

A fonte de leitura do real deixa de ser apenas a leitura cotidiana, individualizada ou em grupo, e passa a ser intermediada pelo veículo impresso. A imprensa, como nova instituição social, é fundamentalmente uma concorrente da religião e do estado, e faz a intermediação da ideia de fato, de realidade. Se antes o pároco ou o juiz ou o administrador do estado eram as vozes de autoridade, com a imprensa eles ganham o acréscimo, e por vezes concorrência, dos jornais, e de seus proprietários e/ou redatores. O próprio papel do jornalista e do intelectual por vezes se confunde e se torna, como no Brasil em um reinado unido em vias de se tornar independente, um instrumento de transformação social a partir de sua ideia como um mentor da sociedade, fazendo do homem de letras parte da aristocracia da ex-colônia (LUSTOSA, 2000, p.33).

O corpo de trabalhadores que produz o jornal adquire, com esse papel do periódico como instituição social, o caráter de responsáveis técnicos pela produção de operações simbólicas de representação do real. E com esse papel tem o poder inerente a ele, pelo menos o poder coletivo de tornarem-se os intermediários da verdade factual, participantes de um espaço de sociabilidade, de fermentação cultural (DE LUCA, 2008, 140). As redações e oficinas passam a ter um papel similar aos dos cafés das grandes cidades, como os que recebiam os intelectuais do Iluminismo (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 38).

Um jornal é, assim, muito mais que o papel em que é impresso. É o operador e o resultado de todas as operações simbólicas que produz, é uma forma cultural que faz da própria utilização da tecnologia uma nova forma de tecnologia, ou seja, um transformador da própria técnica. É também uma instituição social que faz parte da produção de transformações da ideia de realidade, sendo ele próprio um resultado de transformações na percepção do mundo e das novas necessidades que surgem a partir delas.

E enquanto instituição social tem consigo o conjunto de relações sociais que a fazem existir, permanecer, ser um corpo vivo e pulsante de relações de solidariedade e sociabilidade, de rivalidades e organizações, hierarquias, afetos.

O jornal é mais que a técnica, a tecnologia, a leitura do real, a intermediação de significados ou a ferramenta de comunicação, é um elemento da sociedade, um impresso, uma organização de trabalho com suas hierarquias, ordens, escritórios, um prédio, um marco na cidade, uma comunidade e uma forma cultural que inclusive influencia o ler, o ato de ler em si, e a escrita, a forma de escrever e a técnica necessária de escrita para produzir o texto para o jornal, o texto que em dado momento se tornou jornalístico. O texto jornalístico é parte da leitura do tempo, parte da datação da informação, da ideia da informação com durabilidade, afinal “nada mais velho que o jornal de ontem” e é assim um instrumento para levar a comunidade à participação na vida social (BAHIA, 1990, p.9).

Esse processo faz com que o texto jornalístico seja parte intrínseca de um processo de autoria, atuando, enquanto produção escrita, na circulação e no funcionamento de determinados discursos em uma sociedade (CHARTIER, 2014, p.27), e possui uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45).

Essa autoria se reflete na paginação e diagramação, que são organizadas a partir de um determinado espectro de percepções estéticas, como uma identidade gráfica do jornal. Se a paginação organiza as matérias e as informações no jornal (BAHIA, 1990, p.116), produzindo uma cadeia de sentidos que obedece a uma dinâmica presente na linha editorial, a diagramação, que é um estágio superior da paginação (BAHIA, 1990, p.117), estabelece uma arquitetura das formas gráficas, organizando títulos, textos, ilustrações ou fotografias, de forma a produzir um padrão visual atrativo ao leitor. O jornal é, assim, também um autor no sentido que produz

uma narrativa textual e visual que induz a um tipo de recepção, a uma determinada relação de produção de sentido por parte do leitor. Esse conjunto de elementos faz com que os periódicos sejam um conjunto complexo que pede uma análise ampla de suas características, não apenas coletivas, mas também individuais, determinando quando possível sua organização enquanto autoria, instituição social, local de trabalho e forma cultural. Para isso é fundamental que olhemos cada um com a percepção de suas identidades e como atuam como fonte e objetos, o que faz deles de uma excepcionalidade única, embora identificável como de participantes de uma normalidade.

1.2. A Federação

A identidade d'**A Federação** é indistinguível da identidade do Partido Republicano Rio-Grandense, que por sua vez tem, pelo menos, uma forte marca digital de Júlio de Castilhos.

A face d'**A Federação**, o discurso, a autoria, a forma de organizar-se enquanto folha, e enquanto portadora de uma mensagem e de um conjunto de táticas de representação, tem uma linhagem que produz no Partido Republicano um eco do que é sua voz. De Venâncio Aires e Júlio de Castilhos até Lindolfo Collor, Otelo Rosa e Moisés Vellinho, seus editores foram figuras fundamentais do PRR⁶ e partícipes da produção das operações simbólicas que constituíam peças-chave das estratégias de defesa do partido, e do governo, do Rio Grande do Sul.

Ao contrário da diversidade da imprensa carioca da época, o Rio Grande do Sul, fosse na capital e no interior, possuía um quadro de publicações restrito ainda à forma de produção de periódicos ligadas a partidos (DUARTE, 2007, p.47). Esta tradição de periódicos como ferramenta de propaganda política é, diga-se de passagem, algo presente no cotidiano brasileiro desde que os jornais brasileiros não noticiavam, mas “produziam acontecimentos. Da partida do rei (abril de 1821) até o fechamento da Assembleia(novembro de 1823)”(LUSTOSA, 2000, p.16).

Os principais jornais ligados ao PRR eram **A Federação** e o **Diário Popular**, de Pelotas. Pelo Partido Federalista havia o periódico **A Reforma**. Entre os periódicos ligados aos dois partidos havia **O Correio do Povo**, identificado em alguns momentos como o “primeiro jornal gaúcho do século XX” (MACHADO, 2015,

6 Identificaremos o Partido Republicano Rio-Grandense pela sua sigla (PRR) daqui em diante.

p. 16), que buscava uma inclinação menos dualista para a imprensa local, inspirados nos ventos “modernos” que já pulsavam desde o fim do século XIX na imprensa da capital da República, e que vivia a febre das novas tecnologias que se instalavam na cidade.

As inovações tecnológicas impulsionavam mais e mais veículos e periódicos da capital da República, e também novas formas de comportamento e cultura. O cinema, o daguerreótipo, o telégrafo, a linotipo, as Marinoni⁷, invadiam o imaginário social e impactavam o dia a dia da sociedade carioca. Os novos periódicos da capital não tardavam a introduzir as novidades na produção de suas folhas (BARBOSA, 2010, p. 21-22). O impacto dessas inovações influenciava a formação paulatina de um novo modelo de texto que se vinculava a uma ideia de imparcialidade, consolidado nos anos 1950, mas já embrionário no início do século XX (BARBOSA, 2010, p.151).

Porto Alegre, uma cidade em contínuo crescimento, uma capital com uma identidade forjando-se na explosão da modernidade das novas edificações, maquinários e demandas de uma população crescente, via paulatinamente suas ruas mudarem dos nomes pitorescos dos *velhos tempos* para a celebração de nomes de homens públicos de renome, e já exigia uma história em meio a uma materialidade da urbe que mudava, e com isso transformava suas sociabilidades (PESAVENTO, 2004, p.183). Em Porto Alegre o reflexo das inovações técnicas, que alterava o cotidiano da cidade e do estado, não chegava a alterar de forma enfática o processo de produção jornalística dos veículos partidários, mas alterava de forma camuflada o cotidiano da imprensa no Rio Grande do Sul. Os mesmos periódicos que raramente utilizavam efeitos gráficos ou implementavam novas formas de identificação de uma produção mais moderna das notícias, inauguravam novas formas de publicação a partir da publicidade, atendendo a demandas contemporâneas, e utilizava das novas tecnologias para expandir sua tiragem, e nessa aparente contradição repousava a ligação umbilical entre periódicos e a cidade que os tinha como veículos. Em meio a esta contradição a posição de assumir a linha política, a própria parcialidade, já no cabeçalho da primeira página

7 Impressora francesa específica para a produção de jornais. As Marinoni foram importadas pelos principais jornais do país, como o Estado de São Paulo, que trouxe uma do exterior em 1927. A impressora era “[...] dotada de aparelhos de rotogravura – processo de impressão artística.”(SCHOLZ, 2011).

(DUARTE, 2007, p.48), sintetizava uma postura do jornal que era moderno na impressão e na área comercial, mas conservador na escrita, diagramação e uso de fotografias.

Essa linha política era, no caso d'**A Federação**, uma linha francamente positivista, mas esse positivismo tinha uma faceta própria⁸, identificado com o principal líder do PRR e fundador do periódico: o *Castilhismo*. A doutrina organizada por Júlio de Castilhos divergia de interpretações do positivismo por outras vertentes das elites brasileiras, impondo um modelo centralizador e autoritário único, que negava a privatização do espaço público pelas oligarquias agrárias e se colocava como fundador de uma percepção virtuosa da apropriação deste espaço não como uma propriedade privada da classe a que pertencia, mas como demanda e missão de uma determinada especificidade de percepção do real, um “regime de virtude” (RODRIGUEZ, 2005, p.33).

Esse regime, no entanto, tinha virtudes discutíveis. A própria relação entre a burguesia mercantil, financistas e charqueadores, que enxergavam no perfil intervencionista do *Castilhismo* uma oportunidade de impor sua hegemonia, e a facção republicana *Castilhista* que precisava de um aparelho de estado dirigido de forma autoritária para se consolidar no poder (AXT, 2005, p. 120), tira muito das virtudes do regime e o diferencia muito menos em relação a outros projetos de consolidação política republicana país afora. O perfil de negar a privatização do aparato estatal, por exemplo, era positivamente um slogan, incorporado por uma interpretação personalíssima, e personalista em torno de Castilhos, do *Positivismo*. A questão que se impunha era que setor da burguesia agro-mercantil consolidaria sua hegemonia política e qual partido ecoava a voz destes setores. Nesse sentido entendemos que o *Castilhismo* inovou no perfil de autoritarismo que pôs em prática e no grau de sucesso na unificação em torno de si do apoio popular e da elite agro-mercantil, se enxergava como defensor de um “regime de virtude”, e tinha sucesso na construção em torno de si da representação desta virtude, porém sem corresponder na prática cotidiana à diferenciação virtuosa em relação a outras abordagens republicana da ocupação do espaço político. O *Castilhismo* foi uma base ideológica extremamente poderosa, que produziu inovações na leitura do

⁸ A diferenciação é necessária porque haviam outros veículos positivistas e uma disputa entre diversos grupos de positivistas pela hegemonia sobre a interpretação que faziam.

Positivismo e influenciou gerações inteiras de líderes que foram sustentação da política rio-grandense e brasileira, mas sua concretização não produziu uma novidade no âmbito da virtude.

Júlio de Castilhos foi fortemente influenciado desde nascimento pela percepção cultural de classe e de seu status, seu papel na sociedade relativo à sua posição na escala social. Não seria incorreto entender que a influência de uma cultura de liderança autoritária e fortemente hierárquica o tornaria partidário de uma perspectiva onde o líder atua com perfil centralizador, de forma similar aos caudilhos. Castilhos torna-se republicano por influência d'**A Democracia** “do Chico Cunha”, o professor Francisco Xavier da Cunha, editor e redator do jornal citado e professor do Colégio do Professor Gomes, onde o proprietário, Fernando Gomes, não tinha embaraço em fazer circular o pensamento republicano compartilhado por ambos, e onde Júlio fora estudar em 1877 e onde conheceu seu então amigo e futuro cunhado, Joaquim Francisco de Assis Brasil (SANTO, 2005, p.21).

O *Castilhismo* seguia a prática e o pensamento de Júlio de Castilhos a respeito de seu papel e de sua organização partidária, e até de sua classe. Nascido em Cruz Alta em 29 de junho de 1860, o líder do PRR não podia deixar de ser identificado como um membro da elite gaúcha, uma burguesia agrária comparável em sua formação com a *gentry* inglesa e sua relação com a burguesia industrial e comercial das cidades (THOMPSON, 2012, p.216). O paralelo não é absurdo se entendermos que as particularidades da formação da burguesia agrária do sul do Brasil não excluem as similaridades de comportamento e de estruturação hierárquica entre ela e a *gentry*.

Essa elite que se mostrava como nova, era, na verdade, uma renovação da velha elite agrária imperial, que se modernizava ao assumir também papel de proa nas cidades e capitais. Os bacharéis, que foram considerados como nova elite regional pela historiografia até a década de 1970, eram na verdade “em sua maioria socialmente originários das regiões de criação de gado e/ou beneficiamento de produtos derivados desta atividade e/ou de cidades com características comerciais ou administrativas” (GRIJÓ *apud* MARTINY, 2018, p. 99).

Essas relações mais do que íntimas entre a “nova” elite gaúcha e a “velha” elite imperial foram paulatinamente comprovadas, inclusive com a relação entre as

duas elites, que afinal eram a mesma, sendo inclusive essa uma relação de sangue (MARTINY, 2018, p.97).

Os laços entre Júlio de Castilhos e Assis Brasil eram um exemplo, e mais que próximos. Além de amigos próximos e confidentes, eram cunhados, formando uma união que tangenciava a de sangue. Castilhos inclusive relatava por carta ao cunhado, amigo e colega republicano, dificuldades em se manter na capital gaúcha em seus primeiros anos como bacharel, dificuldades essas relativas, dado que o cabeça de ponta do PRR não se furtou a usar seus contatos advindos de suas relações familiares para conseguir trabalho e renda (MARTINY, 2018, p.98). O irônico é que Assis Brasil se tornaria em pouco tempo, já em 1891, quando confrontou o apoio de Castilhos e do PRR à manutenção do Marechal Deodoro na Presidência da República e fez oposição à nova constituição estadual, um inimigo figadal de Castilhos e do partido.

As dificuldades relatadas por Castilhos não poderiam ser separadas das relações políticas que ele mantinha na capital. O republicanismo era oposição direta à monarquia, e nem mesmo seu status de filho da elite o excluía dos preços políticos relativos à sua posição republicana (MARTINY, 2018, p.97). Mesmo com dificuldades o advogado nascido em Cruz Alta se manteve na capital também, e talvez principalmente, com os rendimentos provenientes do meio rural do qual buscara se distanciar, sendo sócio de seu irmão (MARTINY, 2018, p.103).

Essa posição ambígua, de oposição e parte da elite agrária que tentava deixar de ser, o permitiu se envolver com a fundação do PRR e d'**A Federação**, lhe permitiu trânsito e subsídio à ação política. A ação política o conduziu para a fundação d'**A Federação** em primeiro de janeiro de 1884 (SILVA.; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p.169). E foi seguindo um caminho de oficialização de um descontentamento da ala liberal radical da elite brasileira com o Império a partir da publicação no Rio de Janeiro do Manifesto Republicano em 1870, que acabou não criando uma organização partidária nacional. O Partido Republicano foi criado em São Paulo apenas em 1873, na província do Rio de Janeiro apenas em 1888, seis anos depois da criação do PRR em 1882 (MARTINY, 2018, p.106).

A Federação seguiria uma tradição do jornalismo rio-grandense, de ser um veículo de difusão ideológica cujas circunstâncias políticas, e não os conceitos jornalísticos, determinavam o nascimento e trajetória (RUDIGER, 1993, p.16). O

cerne d'**A Federação**, no entanto, dava um passo adiante na compreensão de seu próprio papel enquanto folha, abraçando uma identidade menos flexível em relação aos periódicos tradicionais que existiam no Rio Grande do Sul desde 1821 (RUDIGER, 1993, p.14).

Não era parte das características do periódico oficial do PRR a variação de linha editorial de acordo com as benesses das forças políticas que capitalizavam as tipografias, nem o aluguel a estas dos jornais produzidos por elas. **A Federação** seria desde seu início, com Júlio de Castilhos e a partir dele, uma ferramenta de publicação do ideário do PRR, um agente orgânico da luta partidária (RUDIGER, 1993, p.24). E como agente orgânico da vida partidária se consolida no Rio Grande do Sul e no Brasil como instituição social. O jornal não era mais um produto das oficinas tipográficas, ele era um local com redação, oficina tipográfica própria e identidade editorial alinhada ao partido (RUDIGER, 1993, p.24).

Além disso, **A Federação** não era apenas uma ferramenta do partido, era também uma ferramenta de consolidação de um determinado tipo de convicção republicana em disputa com outras. Se o PRR foi fundado em 1882, não significava que não haviam antes dele organizações republicanas (clubes e núcleos) no estado e em Porto Alegre. Pelo contrário, “[...] entre 1878 e 1882 – ou seja, entre a fundação do Clube Republicano de Porto Alegre e a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense –, houve um crescimento significativo do republicanismo no estado” (MARTINY, 2018, p.107).

Essa profusão de organizações não significava uma convergência completa. Havia disputas pela direção do ideário republicano e positivista que exigiam uma ferramenta para que o PRR conseguisse ser um farol que aglutinasse em torno de si a hegemonia do republicanismo no estado. Esse farol traria consigo a luz da percepção republicana de seu fundador: Júlio de Castilhos.

Castilhos ao retornar a Porto Alegre em 1880 encontrou com seus companheiros de Faculdade de Direito em São Paulo e também com velhos conhecidos do movimento republicano da província, como Venâncio Aires e os irmãos Porto Alegre, auxiliando-os a potencializar os ânimos republicanos no combate a um terceiro reinado, cada vez mais aventado, embora pouco provável de se consolidar. Essa ação deu um novo fôlego ao republicanismo que ajudou a acelerar mudanças de rumo no movimento republicano gaúcho. A fundação do PRR

em 1882 sob convocação do Clube Republicano de Porto Alegre já colocava as jovens lideranças recém-retornadas ao estado entre as lideranças do novo partido (MARTINY, 2018, p.111).

Castilhos já em 1884 não só fazia parte da comissão executiva do Partido, como compunha a comissão que organizaria o programa dos candidatos do Partido Republicano (MARTINY, 2018, p.114). Júlio de Castilhos compunha, então, formalmente a elite do Partido Republicano Rio-Grandense. **A Federação** transforma-se já no nascedouro de uma potente ferramenta de combate ao improvável terceiro reinado, sendo também uma potência pela luta abolicionista e propagadora do programa do PRR na disputa contra a Monarquia e depois como veículo oficial do partido, com forte protagonismo na luta de representações quando da “Questão Militar”⁹ (RUDIGER, 1993, p.30). O periódico agia como meio de formação político doutrinária da população, mais do que ferramenta de propaganda, mas de agitação político-ideológica (RUDIGER, 1993, p.25).

Esse jornal era, como o jornalismo partidário da época, essencialmente opinativo, sendo responsável pela veiculação da opinião e do programa dos partidos junto à sociedade civil (RUDIGER, 1993, p.26). Nesse sentido a atuação do jornalismo partidário não se diferenciava do jornalismo atual enquanto ferramenta de incentivo à participação na vida social, mas sua posição enquanto doutrinador efetivo e assumido da sociedade era tecnicamente parte de um outro tipo de texto jornalístico. O jornalismo da atualidade exige uma roupagem que, formalmente, separa informação de opinião, e este processo já se iniciava naquele período (BARBOSA, 2010, p.152).

De ferramenta de combate ao improvável terceiro reinado a veículo de propaganda político governamental, **A Federação** guiou sua trajetória pelos ditames das necessidades do PRR, primeiro como oposição ao governo provincial (e nacional), posteriormente como arma do governo contra seus adversários. E a constituição do dia a dia do jornal incluía a passagem do texto final do jornal ao chefe do partido ao fim de cada dia, mantendo-se e consolidando-se como

9 Série de confrontos entre militares e autoridades civis ocorridos entre 1884 e 1887 e que tinham como causa o aumento da autoestima e profissionalização do exército, aumento de prestígio e de apoio popular, sem contrapartida junto ao governo imperial. A sucessão de conflitos pavimentou o crescimento do movimento republicano, mesmo com os principais líderes do exército envolvidos na questão não tivessem de início desejo pelo fim da monarquia (SILVA, 2010).

ferramenta de produção de hegemonia da tradução *Castilhista* do positivismo *Comtiano* (RUDIGER, 1993, p.32).

Essa tradução não era apenas uma tradução enquanto mensagem, mas também se refletia na condução d'**A Federação** e do Partido. A forte centralização vista na produção diária do jornal não era existente apenas ali, era também um reflexo da própria comissão executiva do PRR e marcou com mão férrea a identidade do partido e do periódico. E a centralização recebia críticas do Partido Republicano a nível nacional, mas era defendida a ferro e fogo por Castilhos e seus aliados (MARTINY, 2018, p.120). A linha de críticas era respondida por Castilhos com uma proclamação de independência que não estava em desacordo com a luta pela República a nível nacional, ou seja, assim como o federalismo permitia uma independência dos estados, os espaços regionais do Partido também deveriam tê-la observado, seguindo seus próprios caminhos e diretrizes (MARTINY, 2018, p.121).

O peso dessa tradição produziu uma identidade d'**A Federação** que a seguiu durante toda a sua trajetória até 1937 e fez com que possuísse um estilo que a identificava como folha e como ferramenta, inclusive em relação a seus co-irmãos republicanos. Essa linha de autoria se organizava para a produção de um tipo de texto jornalístico que a identificava enquanto produtora de representações e de outras operações simbólicas. A partir da ação de diretores como Venâncio Aires, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves de Oliveira, Pedro Moacyr, Pinto da Rocha, Evaristo do Amaral Júnior, Carlos Penafiel, Lindolfo Collor, Décio Coimbra e Othelo Rosa, **A Federação** expressava a opinião hegemônica do partido e sua difusão era controlada com mão férrea por sua direção e editoria. O diretor do jornal atuava dividindo o papel de diretor, editor e gerente, promovendo do controle editorial à produção de textos, além de gerir comercial, política e administrativamente o jornal. O controle absoluto da produção de mensagem foi fundamental como defesa do governo republicano de 1889 a 1930. Apenas quando em 1937 foram extintos os partidos políticos, sua voz se tornou oficialmente a de um diário oficial, perdendo sua característica de forte veículo opinativo (FRANCO; ROZANO, 2010, p. 86).

O periódico se estruturava em um formato pesado, quase nunca utilizando ilustrações e fotografias, com um estilo de texto francamente agressivo na defesa do partido e do governo, enquanto também inaugurava novas formas de ser ferramenta do partido e do discurso com a publicação de publicidade comercial (DUARTE, 2007,

p.60). Aliava assim o texto e a prática de defesa de uma política com a forte influência de propaganda do poder econômico pela publicidade de suas empresas. Era um contexto de cidade em expansão, uma economia na qual uma forte migração do campo para a cidade a provia de mão de obra e demanda por consumo, um processo que juntava ao desenvolvimento do complexo colonial um forte investimento em indústria e comércio para acompanhar este aumento de demanda advinda do crescimento populacional (PESAVENTO, 2002, p. 263). Era natural que os periódicos se adaptassem às novas exigências culturais e econômicas, que auxiliavam inclusive na sua viabilidade obedecendo tanto à demanda em propaganda e veiculação de notícias quanto a de programa político alinhado aos diversos interesses participantes deste processo. A conjuntura fortalecia a expansão do mercado jornalístico, dos periódicos e revistas e **A Federação** não podia jamais se distanciar e deixar de agir neste processo histórico, por isso a manutenção do texto de propagação do programa político pode se distanciar do cada vez mais presente estilo de texto jornalístico que buscava separar opinião do fato, sem que, no entanto, o periódico se furtasse a utilizar meios contemporâneos de financiamento da operação prática da propagação da mensagem. O periódico não deixava assim de ser vanguarda na introdução de novos elementos de financiamento no jornalismo produzido no Rio Grande do Sul, enquanto mantinha meios tradicionais de produção jornalística. A autoria e a forte presença do programa político, e das opiniões centralizadas e sob controle, não impedia que ocorressem contradições na sua produção a partir da diagramação (como veremos à frente).

A tribuna d'**A Federação** não apenas se tornava porta-voz de um partido e ideário, mas também de um processo de franca modernização do estado com a ampliação da malha ferroviária e a chegada de novas tecnologias. Assim como na capital do país (BARBOSA, 2010, p.21), Porto Alegre e o Rio Grande do Sul vieram a vida mudar de forma drástica, com a euforia do novo assumindo um poder transformador na vida cultural da cidade e do estado (DUARTE, 2007, p.60). Em uma conjuntura de profunda transformação na vida social e econômica do país e do Rio Grande do Sul, o discurso francamente político-partidário, de enfrentamento diário, seguindo a linha de Júlio de Castilhos (DUARTE, 2007, p.61), fazia d'**A Federação** uma ferramenta que atuava ajudando as mudanças na percepção do real, que atuava como auxílio para a ampliação de uma percepção de nova ideia de

tempo, cidade, trabalho, cultura; uma influenciadora da cultura cotidiana que juntava a aceleração do tempo presente, no impacto da modernização conservadora capitalista em curso, no período com um feroz discurso de defesa do viés positivista hegemônico e específico da linha positivista *comtiana* de Júlio de Castilhos. Essa linha, mencionada a percepção de uma “pureza de intenções” como fator fundamental e determinante, estabelecia um forte teor onde a moralidade era o núcleo central do governante e por sua vez do governo, cujo papel era o de guiar a inexorável marcha da sociedade para um equilíbrio racional (RODRIGUEZ, 2007, p.63).

O eixo político que defendia Castilhos n’**A Federação** era o que entendia que o governo tinha como papel uma posição de conservadorismo que atuasse pelas melhorias sociais em nome de um processo de avanço controlado por um governo forte (RODRIGUEZ, 2007, p.64)

O papel político-partidário do periódico se alinha ao papel de transformador da cultura e fiador do real e do texto (CHARTIER, 2017, p.29) e produz uma ferramenta de potencialização do conflito, opondo a quem não assume a percepção hegemônica proposta pelo emissor o caráter de transgressor. O transgressor social aqui é inimigo do progresso e do avanço, ou seja, todo opositor do PRR e d’**A Federação** era qualificado, praticamente automaticamente, como um adversário, inimigo mesmo, do progresso social rumo a um equilíbrio racional da sociedade.

A fiança da percepção do cotidiano, a produção de sentidos, a dinamização do que é a opinião pública letrada, a transformação qualitativa, são comuns a todos os periódicos, mas a forma como o espectro de campos simbólicos manuseados por **A Federação** são tratados como informação e texto, faz com que as abordagens da oposição por ela se alinhem a um feroz e agressivo texto de defesa de uma interpretação específica das modernizações sistêmicas.

Esse texto cria uma assinatura que apesar de possuir relações com outros conteúdos jornalísticos, como os de variedades e esportivos (DUARTE, 2007, p.63), não conseguiam tirar a especificidade d’**A Federação** em sua produção.

E essa produção mantinha a linha de feroz mantenedora da luta por hegemonia, inclusive por não ser a única folha que se alinhava ao republicanismo positivista, recebendo a concorrência do **Correio do Povo** neste campo, embora este se afastasse do campo do jornalismo partidário (DUARTE, 2007, p.63).

Alinhada ao texto estavam a paginação e a diagramação. Estas assumiam seu caráter de hierarquização e arquitetura das informações (BAHIA, 1990, p.116-17) para propor uma operação de organização do fato que estipulava uma série de sentidos. Estes sentidos produziam uma clara priorização da mensagem partidária mais bruta, localizadas nas primeiras páginas, enquanto as notícias eram espalhadas em blocos menores no interior do jornal.

Dividida a diagramação em sete colunas, por vezes diagramadas juntando umas às outras, subdividindo-as em relação aos textos ou utilizando formas de produção visual que fortaleciam o destaque a determinadas informações em relações às outras, a diagramação n'**A Federação** produzia um efeito visual que ampliava o destaque do que o controle da linha editorial acreditava ser passível de obtenção de ênfase, especialmente o discurso do PRR em ataque a seus adversários e na defesa do governo e partido. Outra ferramenta era a variada utilização de fontes inclusive na primeira página, permitindo a clara identificação de assuntos e opiniões de interesse prioritário em relação a outras informações secundárias, embora pela localização ainda entendidas como importantes. Essa diagramação não era uma técnica exclusiva d'**A Federação**, por óbvio, mas é fundamental indicar como o periódico a utilizava.

Informações como a menção a Luiz Carlos Prestes como partidário da “esquerda ultra vermelha” (A FEDERAÇÃO, 23 de março de 1929, p.5) ou que o colocam como “ingênuo czar mercantil” que soltaria um manifesto à nação (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5), tinham o mesmo peso da informação que este havia raspado a barba (A FEDERAÇÃO, 16 de fevereiro de 1929, p.6). Todas eram paginadas no interior do jornal, diagramadas para serem visíveis de forma fortuita, muitas vezes ladeadas por notícias sobre turf e pouco acima da notícia sobre empate entre o “São Cristóvam”¹⁰ e a equipe paranaense Britannia (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).

Enquanto isso, os ataques aos adversários tinham grande destaque, talvez só comparáveis aos textos de Lindolfo Collor ou as publicações do governo, que sempre ganhavam as primeiras páginas. O ataque ao Parlamentarismo como imoral, cuja defesa era atribuída pelo jornal a Assis Brasil (A FEDERAÇÃO, 4 de janeiro de 1924, p. 1); a posição a respeito dos sediciosos de 1924 como “Falsos salvadores

10 Grafia do jornal para o São Cristóvão da capital da República.

da Pátria” (A FEDERAÇÃO, 04 novembro de 1924. p.1); a culpabilização ao *Assisismo* que estaria “contra a ordem e a lei” (A FEDERAÇÃO, 28 agosto 1924, p.1); todas as passagens tinham extremo destaque em relação às demais notícias. Essa ênfase através da paginação e diagramação compunha uma organização visual do texto e através deste conjunto estabeleciam uma assinatura, uma autoria.

Essa assinatura seguia o modelo *Castilhistas* e o afã para a construção do positivismo republicano à sua maneira. Seja ultrapassando a comissão executiva do PRR ao fundar clubes republicanos em outros municípios, acionando especialmente sua rede familiar, no caso do clube de São Martinho e no clube de Cruz Alta (MARTINY, 2018, p.121), seja intervindo com colegas da Faculdade de Direito do largo de São Francisco em São Paulo para manter as relações entre o PRR e o Partido Republicano nacional (MARTINY, 2018, p.124), Castilhos organizou a influência do PRR e sua constituição, lutando contra as dificuldades de manutenção da vida orgânica do partido. As relações familiares e de amizade entre os bacharéis republicanos que retornaram à província foram facilitadoras, construindo a partir delas relações políticas duradouras (MARTINY, 2018, p.125).

Impossível a partir desses elementos não entender a dinâmica dos laços familiares e das relações entre indivíduos como elementos presentes e fundamentais para a análise dos processos históricos, coletivos e amplos, como participantes fundamentais de eventos complexos e duradouros. A presença das relações individuais e familiares foram fundamentais para o contexto histórico envolvendo Castilhos e a própria fundamentação d’**A Federação**, para além apenas de sua fundação. Impossível ignorá-las ou descrevê-las ocultando-as para a análise e compreensão dos problemas gerais (LEVI, 2016, p. 22).

As respostas às perguntas que a fonte e o objeto suscitam exigem uma percepção que não pode optar pela fragilidade das generalizações na história (LEVI, 2016, p. 25). O contexto espacial e temporal constrói situações específicas e não reproduzíveis que exigem exercícios de micro-história para identificá-las. A relação de Castilhos com sua família e seus amigos, e destes com o PRR e **A Federação**, forjam elementos que identificam como uma elite produz um processo de construção de hegemonia, como esta elite é, mas também como relações particulares e de parentesco são elementos da própria produção de processos históricos, representações a partir destes e de fundamentos de processos mais complexos e

amplos. A *gentry* gaúcha seria um elemento solto se não permitisse a percepção de um parâmetro de uma formação de classe que possui elementos pelo menos identificáveis com outro processo similar. Essa caracterização poderia ser ignorada se a formação da classe e suas relações de parentesco não fossem parte da formação de uma identidade visível de ação partidária e, com ela, de um tipo de discurso e sua produção a partir do uso da imprensa como ferramenta e instituição social. O próprio uso da imprensa como ferramenta possui elementos técnicos que forjam uma identidade exclusiva do periódico e a identificação deste como autor em uma rede de operações simbólicas que permitem o uso da análise da produção do texto jornalístico, assim como a análise da produção visual de operações simbólicas a partir do texto em conjunto com a arquitetura da paginação e da diagramação.

Seria omissão não entender que processos similares ocorreram com as diversas relações entre classe e posse de meios de comunicação, mas é fundamental que cada processo seja compreendido em seu contexto, dando a cada um a excepcionalidade normal que lhe é própria. **A Federação** é aqui um personagem fundamental de um enredo histórico que caminha em paralelo com os eventos a seu redor, que relata e a partir deles produz discursos e direcionamentos político-partidários, mas também de um conjunto de trajetórias pessoais e coletivas. **A Federação** foi parte fundamental da biografia de Júlio de Castilhos como sua obra, logo ele que não se notabilizou como autor de livros e outras obras (MARTINY, 2018, p.110), mas foi autor de um estilo, e de um periódico. E também se notabilizou como parte da biografia de Assis Brasil e Luiz Carlos Prestes, como algoz e adversário do PRR e do jornal. Não à toa Castilhos dedicava à **A Federação** um “amor de pai” (MARTINY, 2018, p.131). Impossível não identificar no discurso de Castilhos, auto elogioso e afirmativo sobre seus sacrifícios para com o movimento republicano (MARTINY, 2018, p.132), com o estilo produzido por **A Federação**.

A condução do processo de formação do jornal, na condução de sua viabilidade, na execução e identificação pessoal com a produção de um estilo e uma face republicana positivista própria, angariando recursos e com empenho pessoal na elaboração do projeto, foram elementos com enorme e firme participação, centralidade até, de Castilhos (MARTINY, 2018, p.132). O parentesco e as relações de amizade, incluídas no mesmo, são patrimônio fundamental das estratégias de sobrevivência e mobilidade social do grupo, especialmente sob o ponto de vista de

influência política (LEVI, 2015, p.15). Mesmo sendo elite, eram parte de um grupo em franca disputa pelo controle do estado com um viés específico dentro do republicanismo, cuja disputa por hegemonia continha uma interpretação própria até do positivismo e que constituiu uma linhagem política com herdeiros e legado. Essa luta por hegemonia foi possibilitada por sua capacidade de angariar fundos e de sensibilizar para isso, no interior do PRR, “[...] grupos ligados ao setor mais tradicional da economia sul-rio-grandense (pecuária) e de setores comerciais e urbanos foi essencial para a sobrevivência do partido e para a criação de uma imprensa republicana” (MARTINY, 2018, p.134).

Estes grupos se organizavam como classe, de acordo com uma dinâmica de elementos culturais e políticos que repousam em homens que partilhavam uma identidade, interesses, tradição, sistema de valores e experiências sociais. Eles eram responsáveis pela maneira como a máquina, o sistema, trabalhava, consistiam na condução do processo de organização social do sistema em contraponto com a base da sociedade contra a qual institucionalizavam seu domínio, mas, ainda assim, se estabeleciam como uma classe, digna da definição pela agência que possuíam, enquanto indivíduos, para além da própria identidade coletiva (THOMPSON, 2012, p.171). A agência de Castilhos mobilizou a consciência e a produção da identidade que desaguou na consolidação do PRR e d’**A Federação** como vozes desta classe. E é por isso que é possível identificar em **A Federação** o caráter de instrumento desta classe, propagador de seu discurso e do discurso da ordem que possibilita sua manutenção como eixo de poder. E como tal é também instrumento de “[...]relações significativas que excedem o parentesco; redes de clientela e proteção, redes de amizade e de reciprocidade, redes de crédito e de troca”(LEVI, 2016, p.18).

Para atender estas redes era preciso fazer com que a ferramenta chegasse nas mãos de leitores. Para tal Castilhos não poupou esforços para conseguir assinantes, instigando a Antônio Augusto Uflacker e Venâncio Aires, respectivamente, gerente e redator do jornal quando da sua fundação, a compartilhar com ele a tarefa de conquistar leitores fiéis e financiadores de sua obra (MARTINY, 2018, p.136). Esse esforço ampliou o acionamento das redes de correligionários e de relações pessoais e partidárias, organizando um crescente número de assinaturas, que permitiram uma capilaridade importante d’**A Federação** no interior do estado, com sua mensagem noticiosa, mas também assumidamente

doutrinária, fazendo isso parte da própria propaganda feita por Castilhos a respeito da folha (MARTINY, 2018, p.136). Entre os acionados por Castilhos para a obtenção de assinantes, um animado ator na obtenção destas, estava Assis Brasil, que declarou ter remetido listas a toda parte e que estava, assim como seus companheiros, animado com os resultados (MARTINY, 2018, p.137). Mal sabia ele que iniciava aqui a criação de uma ferramenta que o teria como alvo principal de ataques no futuro.

Com todo este esforço **A Federação** iniciou sua trajetória em primeiro de janeiro de 1884 com, pelo menos, quinhentos assinantes, possivelmente mil, considerando a marcha com que cresciam as assinaturas (MARTINY, 2018, p.137). Em maio de 1884 Castilhos assumiu a redação d'**A Federação**, finalmente assumindo o cargo que lhe fora oferecido já na conferência do Partido que decidiu pela criação do jornal, substituindo Venâncio Ayres e permanecendo no cargo até 1888, alegando dificuldades financeiras. Retornaria ao cargo somente em agosto do ano seguinte assumindo a tarefa de manter e ampliar o número de agentes que o jornal possuía no Rio Grande do Sul e no país (MARTINY, 2018, p.140). A importância dos agentes se dava pela atuação na conquista de assinaturas e na distribuição do jornal e **A Federação** possuía trinta e sete agentes no Rio Grande do Sul e nove em todo país, concentrados em São Paulo (Capital, Campinas e Santos), Minas Gerais (Ouro Preto, Pouso Alegre, Santo Antônio da Jacutinga, São Sebastião do Paraíso e São Joaquim da Serra negra), além da capital da República, o Rio de Janeiro (MARTINY, 2018, p.141).

A existência desses agentes deixava claro que o jornal era parte também de uma estratégia de disseminação nacional do viés positivista específico do PRR e de Júlio de Castilhos. E dava à **A Federação** o caráter de instrumento importante da própria disputa interna entre os diversos grupos existentes no interior do Partido Republicano nacional, e das elites que os controlavam. O recrutamento dos agentes fazia parte das relações familiares e de parentesco no interior do PRR (MARTINY, 2018, p.142), reforçando a rede de apoios e o caráter de instrumento de estratégias de sobrevivência e de mobilidade social de uma classe (LEVI, 2015, p.15). Estes agentes, que atuavam como colaboradores, distribuidores e arrecadadores a partir das assinaturas, foram fundamentais para o assentamento d'**A Federação** como um grande periódico (MARTINY, 2018, p.142).

Esta rede propiciava a publicação de notícias do país e do mundo, e sua estruturação e manutenção deu ao periódico seu caráter de potência enquanto ferramenta. As estratégias de fortalecimento de uma imprensa republicana no estado do Rio Grande do Sul fizeram d'**A Federação** um sucesso e com isso a própria carreira de Castilhos foi alavancada na política estadual e no PRR. **A Federação** foi o instrumento que possibilitou que a liderança de Castilhos fosse fundamentada, a partir do nome que o identificava como diretor na capa do jornal (MARTINY, 2018, p.145), mas também com o discurso que estruturou e fez nascer, construindo em torno dele uma identidade inseparável d'**A Federação**.

O estilo de Castilhos se tornou visível, regional e nacionalmente, e serviu como legado para os redatores futuros. Sua liderança seguiu o mesmo caminho, tornando-o figura de proa do PRR e do estado, organizando em torno de si uma linhagem que seria sua seguidora na forma de se organizar e de produzir a escrita e o discurso que fizeram de sua autoria uma forma de fazer jornalismo no Rio Grande do Sul. Atribuindo à redação d'**A Federação** o epíteto de posição de “maior responsabilidade dentro do partido” (MARTINY, 2018, p.146), Castilhos deixava claro o tamanho da importância dada à imprensa em seu projeto político. Quando assumiu a presidência do estado, sete anos depois de fundar **A Federação**, Castilhos estabeleceu uma linhagem de poder que enfrenta a sequência de governos, o período conhecido como *governicho*, até a Revolução Federalista, com agressividade (SILVA, 2010).

Governou até 1898, e seguiu atuando, mesmo após sua morte com o estatuto ideológico e de estilo por ele criado, como fiador dos seguidos governos desde o primeiro governo republicano no estado, enfrentando as oposições que o obrigaram a renunciar e estabelecendo um parâmetro de combate que fez de seu legado um elemento presente nos combates posteriores feitos por seus correligionários às seguidas revoluções no estado. Ao dar conta do combate aos *Maragatos*¹¹ nas páginas d'**A Federação**, Castilhos organizou uma forma de escrita

11 *Maragato e Pica-Pau* foram termos cunhados para definir os dois lados em conflito durante a Revolução Federalista de 1893. Os *maragatos* representavam os liderados por Gaspar Silveira Martins, que eram federalistas e usavam lenços vermelhos ao redor do pescoço. *Pica-Paus* representavam os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, e usavam lenço branco ao redor do pescoço (NOLL, 2010). O termo *Pica-pau* se referia também ao quepe vermelho que as tropas republicanas usavam. O conflito foi representado na obra “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo, onde o personagem Licurgo Terra Cambará era um Pica-Pau sitiado por Maragatos no sobrado de sua família, na cidade fictícia de Santa Fé.

como base para o longo processo de disputa por hegemonia na política republicana no estado.

O conjunto textual que fez d'**A Federação** uma ferramenta da destruição de reputações dos adversários do regime republicano *Castilhista* foi construído a partir da intervenção do próprio Júlio de Castilhos nos embates diretos que teve com a oposição, mas ganhou uma forma que foi reproduzida posteriormente no combate aos rebeldes da Revolução de 1923 e aos revoltosos de 1924 a 1927. O tratamento de bandoleiros aos rebeldes de 1923 (FORNO, 2015) não é fruto de uma invenção relativa ao contexto, mas de um legado que se inicia na própria definição do Castilhismo e se fortalece no combate à Revolução Federalista, que deixa uma marca profunda no imaginário do estado, fazendo com que o próprio termo *federalista* ganhe com o decorrer do tempo um significado jocoso nas páginas d'**A Federação**. Identificar adversários como *Federalistas* se tornou uma artimanha para vincular a estes os traumas decorrentes da “Revolução da degola”.

A Federação foi a principal arma do PRR no combate a seus adversários, seguindo o legado de Castilhos, seu estilo e sua verve. Assim é a obra de um autor, uma obra que produz uma rede de estilo identificável em seu texto e se organiza como ferramenta de uma estratégia de manutenção no poder de um grupo específico da elite agrária e burguesa do Rio Grande do Sul. Um periódico que organiza em torno de si uma simbologia que faz com que seu papel de instrumento social, de instituição, seja perceptível e visível, além de fazer com que seu estilo, sua arquitetura visual, concretize um discurso, o torne palpável em papel. **A Federação** é a face visível do PRR, mas, muito mais que isso, é a face, o rosto escrito de Júlio de Castilhos e reproduzidor de um legado autoral. Essa marca indelével no jornalismo gaúcho organiza a própria conjuntura em torno de si e faz com que sua forma de atuação seja parte da própria história do jornalismo enquanto autoria. Do texto à arquitetura visual que o emoldura, **A Federação** caminha em uma trajetória de sólida identidade política, textual, visual e de ferramenta de estratégias coletivas de uma classe, de uma rede de relações familiares e de solidariedade, cuja centralidade da linha editorial refletia também a hierarquia no interior da produção de operações simbólicas pelo periódico.

Como um farol *Castilhista* na *Belle Époque* Porto-alegrense, **A Federação** iluminou uma trajetória pessoal e coletiva, de Castilhos e do PRR, em meio ao

agitado e revoltoso mar da história. Ajudou aos republicanos *Castilhistas* a atravessarem as ameaças e as guerras. E fez disso um processo identificável, especial em sua normalidade.

1.3. Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra¹²

A identidade política d'**A Federação** é indissolúvel de um processo anterior e que marcava e marca a história do Rio Grande do Sul em sua busca de produzir em torno de si uma forte vinculação com a militarização, a resistência às invasões estrangeiras e que se concentra numa simbologia relativa à Revolução Farroupilha.

Assim como no diálogo travado entre Bibiana idosa e o Capitão Rodrigo¹³, um espectro de suas memórias, dizendo a este que Licurgo Terra Cambará era uma continuação de Bolívar, assim como Bolívar, filho de Bibiana e Rodrigo, era uma continuação do Capitão.

Licurgo, um representante Republicano na Revolução Federalista, resistia com seu lenço branco no casarão de Santa Fé, sede da Família Terra Cambará, apossado por tropas do coronel Amaral, inimigo do Capitão Rodrigo Cambará, seu avô, revolucionário Farroupilha. Amaral foi de imperial a Federalista, enquanto a família Terra Cambará permaneceu fiel a um legado que vinha dos farrapos e se mantinha republicano, resistindo às investidas federalistas e impondo à Santa Fé a nova ordem republicana (VERÍSSIMO, 2013, p.8).

Licurgo e seu lenço branco era uma continuação de Rodrigo e seu lenço vermelho. A imagem da continuidade do legado da Revolução Farroupilha tem na obra uma representação de uma identificação contínua da memória rio-grandense.

A simbologia em torno da Revolução Farroupilha, sua defesa do federalismo e republicanismo foi o combustível fundamental para a ideia de Rio Grande do Sul segundo suas elites. Seja a partir de Gaspar Silveira Martins e o Partido Liberal histórico, em sua caminhada de oposição ao domínio conservador durante o Segundo Império colocada como defesa “[...]dos mais legítimos anseios de 1835”, mantendo-se guardião do legado da “Epopéia Farroupilha” (PESAVENTO, 1982, p.52), ou o *Castilhismo* e o Partido Republicano Rio-Grandense e sua defesa de um

¹² Adaptação do refrão do hino do Rio Grande do Sul para fins de título.

¹³ Diálogo presente no filme *O Tempo e o Vento*, em seus momentos finais, produzido e distribuído pela Globo Filmes. Especificamente em uma hora, vinte e cinco minutos e cinquenta segundos do filme (O TEMPO E O VENTO, 2013).

sistema baseado numa ordem que se pressupunha guardiã da evolução racional da sociedade rumo ao equilíbrio, o legado Farroupilha é central para a compreensão da história do Rio Grande do Sul e pode-se dizer que é um legado que permanece até hoje.

Não cabe aqui a esta pesquisa o trato do embate simbólico entre a Farroupilha e a Federalista como entidades divididas de forma maniqueístas, mas trabalhar a partir dos embates e significados dados, no âmbito simbólico, para ambas na perspectiva d'**A Federação** e de outras bases de operação simbólica, como a obra de Érico Veríssimo e até a literatura historiográfica.

Assim como todas as guerras são a mesma guerra, nas palavras da velha Bibiana, todas as Revoluções são a Farroupilha, todas as lutas se tornam uma disputa ancestral para a construção do que é o Rio Grande do Sul na concepção de suas elites e de seu povo.

A Revolução da Degola, no entanto, representava, sob o ponto de vista do estatuto ético erigido em torno da simbologia da Revolução Farroupilha, um rompimento moral com a ideia Farroupilha, reduzia a glória da busca da ordem republicana à vil e fratricida disputa entre lados opostos da luta republicana (PESAVENTO, 1983, p.74).

Fruto da instabilidade política e de disputas intestinas do ideal republicano nos primeiros anos da República, a Revolução Federalista marcou profundamente a alma gaúcha, transformando a definição de Revolução. Um símbolo presente no cotidiano como referência àquela que faria a todos cantar que servisse de modelo aos demais como uma façanha, foi deturpada por uma guerra civil de extrema violência, cuja marca era a imagem de irmão degolando irmão.

Um elemento sintomático da Revolução Federalista ser uma virada na própria percepção de revolução foi o ideário central do pensamento federalista ser a liquidação do *Castilhismo* (FRANCO, 2007, p.137). O álibi da luta contra uma doutrina, cujo autoritarismo combinava centralismo na condução da política da província com federalismo na defesa dos interesses regionais do Rio Grande do Sul na política nacional (PESAVENTO, 1983, p.77), fez com que a marca e o caráter específico desta revolução fosse prover uma expressão inversa ao ideário Farroupilha, como se fosse uma versão negativa e deturpada do mito fundador, uma negação enquanto identificação e identidade regional para o Rio Grande do Sul.

Essa marca atravessou todas as formas de combate textual a todas as sublevações armadas que ocorreram no Rio Grande do Sul e no país no decorrer dos anos seguintes ao fim da Revolução da Degola, e marcou profundamente uma geração de opositores como “Federalistas”, trazendo com o termo todo o peso de barbárie e banditismo vinculado a ele.

Assim como Licurgo era a continuação de Bolívar e este de Rodrigo, o bravo Capitão cujo sangue Cambará criaria em torno de si um símbolo de coragem e enfrentamento de seguidas batalhas, os opositores ao Partido Republicano eram os portadores do legado do Coronel Amaral, o traidor contumaz que em um duelo atingira Rodrigo com um tiro de arma de fogo, infringindo a regra de honra que impedia seu uso em um duelo de adagas (VERÍSSIMO, 2013, p.190).

O lema “Cambará macho não morre na cama”, com o qual Rodrigo construiu um legado simbólico que permaneceria na trajetória ficcional da família Terra Cambará como uma marca de identidade forjada a ferro e fogo (VERÍSSIMO, 2013, p.166), tornou-se uma raiz que se distanciava da marca da desonra da revolução da degola imposta por republicanos aos federalistas. À Revolução da Degola foi imposto o legado da vergonha como o R que se tentou gravar com uma adaga do Capitão Rodrigo na face de Bento Amaral (VERÍSSIMO, 2013, p.189).

1.4. As Revoluções

Segundo o dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, uma Revolução é uma tentativa de substituição no poder de seus ocupantes a partir de ações utilitárias da violência e que visa uma transformação estrutural no sistema político vigente. Difere do golpe de estado por essa característica específica, aliada à amplitude da ação, ou seja, enquanto o golpe de estado é uma fração violenta dentro de uma mesma elite em um sistema, a revolução assume características da rebelião e da revolta obtendo para existir um apoio popular que a sustenta (PASQUINO, 1998, p.1121).

Uma revolução pode ocorrer a partir de um golpe de estado, mas só se qualifica como revolução produzindo uma transformação estrutural no sistema político vigente, na economia e nas normas sociais. Uma revolução pode ser apenas a tentativa de efetivamente produzir as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, e que via de regra introduz a semente da transformação a

partir de seus exemplos, sendo dominada ou não pelas autoridades, obtendo ou não o êxito final a partir dos atos que promove, via de regra contendo violência dada a ausência de entrega de bom grado pela elite dirigente do poder que exerce (PASQUINO, 1998, p.1122).

E foi uma guerra civil que provocou a separação do Rio Grande do Sul do Império do Brasil e fez em 1836 existir uma República cravada na fronteira sul do vasto território brasileiro, com uma organização político-administrativa própria, um conjunto de relações internacionais, um projeto de constituição republicana e o rompimento de parte do clero do Rio Grande do Sul em relação ao do Império (PADOIN, 2006, p.39).

A chamada Revolução Farroupilha, no entanto, não produziu uma transformação nas relações socio-econômicas da província em relação à existente anteriormente no Império, e mesmo seu qualitativo como “revolução”, é discutível sob a abordagem teórica aqui posta, assim como a própria ideia do separatismo gaúcho e seu marco fundador da identidade, a própria Farroupilha, se choca com o discurso de ordeiro patriotismo atribuído ao gaúcho rio-grandense, diferente do gaúcho argentino e uruguaio (PADOIN, 2006, p.40).

A raiz de uma ideia de façanhas e de exemplo que o povo gaúcho do Rio Grande do Sul traz consigo e renova em seus centros de celebração de tradições, que reivindica a Farroupilha como estrutura de uma cultura a respeito do que é a identidade gaúcha, carrega as contradições das revoluções.

Estas contradições se formam a partir de especificidades do Rio Grande do Sul e sua formação como espaço fronteiro não apenas no que tange à territorialidade, mas também como local de fruição do debate político e ideológico, de forte presença da cultura letrada e da imprensa, de uma elite formada em espaços de amplo debate como sociedades literárias e também em aulas privadas e cursos superiores (PADOIN, 2006, p.41). Uma elite consciente, que possuía interesses econômicos e políticos com forte defesa do federalismo, em contraste à forte centralização administrativa e econômica do império pós constituição de 1824 (PADOIN, 2006, p.40).

Essa resistência continha um projeto de estado que atraiu forças econômicas, culturais e políticas que não se restringiram ao Rio Grande do Sul. O caráter federalista, e isso é fundamental, uniu em torno de parte da elite do Rio Grande do

Sul uma gama de interesses que ultrapassou as fronteiras da província (PADOIN, 2006, p.43).

E entre as contradições da Revolução estava a própria ideia de que toda a elite do Rio Grande do Sul foi Farroupilha, mas “[...] nem todo rio-grandense foi Farroupilha, como nem todo Farroupilha foi republicano e separatista” (PADOIN, 2006, p.43).

Haviam dois grupos entre os farrapos, o grupo da maioria, liderada por Bento Gonçalves, e o da minoria, liderado por David Canabarro. A defesa do federalismo era uma bandeira da maioria, assim como o do separatismo que unisse a província a algumas províncias vizinhas da bacia platina através de uma federação ou confederação (PADOIN, 2006, p.43). O grupo da minoria defendia ao federalismo não enquanto separatismo, mas enquanto autonomia administrativa para a província (PADOIN, 2006, p.44).

A ideia de federalismo, no contexto da Revolução Farroupilha, não estava ligada apenas ao conceito de República, era algo fundamentadamente passível de ser compreendido em uma ideia de estado monárquico. Inclusive houve tentativa de estabelecer na monarquia brasileira uma reforma constitucional, em 1831, que implantasse um tipo de federalismo com formação de assembleias provinciais e executivos municipais (PADOIN, 2006, p.45).

A divergência entre tipos de federalismos não era a única divergência entre Bento Gonçalves e Canabarro, a divergência se constituía na ideia de separatismo, no tipo de reformas, e até na ideia de República, mas não necessariamente na defesa do federalismo.

Importante para a compreensão do caldo cultural existente no Rio Grande do Sul ao tempo Farrapo é o entendimento da forte presença do Partido Liberal na província, em um período de domínio Conservador na corte, e sua defesa do federalismo e da descentralização mesmo antes de eclodir a Revolução (PESAVENTO, 1982, p.51).

A raiz da defesa de descentralização se dava no âmbito do desgosto da elite ver seus interesses negados pela nomeação do presidente da província a partir dos ditames da corte, num marco da centralização contestada desde a outorga da constituição de 1824 (PESAVENTO, 1982, p.37).

A falta de ou pequena participação na vida administrativa do país, o eco da sublevação da Banda Oriental (eco também da revolução constitucionalista do Porto de 1820), a Guerra Cisplatina contra a Argentina pelo apoio a esta sublevação que atingia fortemente o Rio Grande do Sul, mobilizando-o e organizando o “Exército do Sul” em uma campanha que durou até 1828 (PESAVENTO,1982, p.37), foram elementos que aliados à forte presença de debate político na província fundamentaram a base da ideia de revolução. Junta-se a isso a eclosão de outras tantas rebeliões durante o período regencial e a perda do gado uruguaio pela separação da Cisplatina do Império e se compreende a estrutura de interesses que levaram à eclosão em 1835 da Revolução Farroupilha (PESAVENTO,1982, p.37).

A estrutura da ideia de Revolução contida na Farroupilha, o sistema de valores defendidos, a própria duração, o peso simbólico na memória da população da província explica seu fundamento enquanto alicerce de uma ideia de identidade. A própria ironia do embate se dar centralmente em relação a ideia de federalismo, faz com que a Farroupilha seja um eixo de representação de valores que se transforma em oposição natural ao que foi a Revolução Federalista.

A construção ideológica do que se pretende de existência de federalismo em uma, e do que se chamou luta pelo federalismo na outra, a própria estrutura das representações da Farroupilha como contraponto das representações da Federalista como “Revolução da Degola” permite que se entendam as operações simbólicas em torno de ambas como parte de um processo que encontra elementos de formação quase perfeita de narrativas contraditórias. Afinal Canabarro não tentou degolar Bento Gonçalves, nem vice-versa.

A própria simbologia dos auto proclamados herdeiros da Revolução Farroupilha, os Liberais Históricos de Gaspar Silveira Martins, que se propunham defender “os mais legítimos anseios de 35”, foi arranhada ao se encastelarem no poder e se transformarem de atacantes da ordem em defensores do status quo. Quando depois formaram os batalhões de combate aos Republicanos na Revolução Federalista (PESAVENTO,1982, p.53), tornaram nítida a presença de lutas simbólicas que atravessaria gerações e ganham na ficção a forte figura de Bento Amaral e sua marca da desonra (VERÍSSIMO, 2013, p.189). No caso Bento Amaral pode simbolizar a síntese da desonra de trair os ideais Farroupilhas ao assumir o poder e depois de trair a república na Revolução Federalista.

Uma revolução que combatesse o *Castilhismo* do Partido Republicano, tido como centralista e autoritário, partiu concretamente do Partido Federalista, fundado em 1892, do Gaspar Silveira Martins, outrora Liberal Histórico (FRANCO, 2007, p.136).

Na insurreição organizada pelo partido Federalista surgiu o epíteto de “Maragatos”¹⁴ aos federalistas, cuja insurreição ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Sul, chegando a Paraná e Santa Catarina. Uma das causas da revolução foi o combate à reeleição de Castilhos para o poder no estado sem a participação de seus opositores nesta eleição, impedidos pelas manobras republicanas (FRANCO, 2007, p.136). Com esse gatilho se organizou uma reação violenta de parte a parte e que vinha sendo construída desde a renúncia de Castilhos em doze de novembro de 1891, quando entra em cena o “governicho” de Barreto Leite, membros dos Republicanos dissidentes, que tinha entre eles Assis Brasil, que era quem de fato governava com Barros Cassal (PESAVENTO,1983. p.79). Do governicho à Revolução Federalista, que explode em fevereiro de 1893, se seguiu uma crise institucional que opunha um partido Republicano extremamente organizado a uma oposição que encontrava nos Republicanos dissidentes uma força que soube se aproveitar de toda a crise envolvendo a substituição de Deodoro da Fonseca por Floriano Peixoto sem, no entanto, possuir meios de sustentar a dissensão (PESAVENTO,1983, p.79).

Também não acompanhavam a força de Castilhos junto aos meios militares gaúchos (PESAVENTO,1983, p.80) ou conseguiam reagir de forma eficiente ao bombardeio feito por **A Federação** contra qualquer opositor do PRR. Já os Federalistas possuíam meios de reagir e de se manter em disputa contra o PRR, inclusive por suas relações anteriores à proclamação da República advinda da experiência como mandantes políticos nos quadros do Império Brasileiro. A própria substituição de adversários que se aproveitaram de uma brecha (Republicanos Dissidentes) institucional por adversários com uma base social respeitável (Federalistas), foi parte do que possibilitou à divergência e oposição passar da fase de resistência para a insurreição ativa e capaz de manter um ato rebelde por dois anos e ainda obter meios de influir nos tratados de paz.

14 Epíteto colocado de forma pejorativa por seus adversários, alegando haver uma relação entre os rebeldes e os comandados de Gumercindo Saraiva, que vinham em parte do Departamento de São José, no Uruguai e eram originários da região espanhola de Maragateria (FRANCO, 2007, p.137).

O passado de Gaspar Silveira Martins lhe permitia uma maior liberdade de ação, mas fornecia também a Castilhos e **A Federação** meios de manter uma linha de ataque que acabava impondo aos republicanos pelo menos uma dificuldade em apoiar a Revolução: Castilhos acusava os Federalistas de buscarem o retorno da monarquia (PESAVENTO,1983, p.81). Os Federalistas também ampliavam o alcance da oposição ao Castilhismo e ao PRR que anteriormente só tinham entre os Republicanos dissidentes, primeiramente na União Nacional e depois no Partido Republicano Federal (uma aglutinação de liberais que atuavam na União Nacional, parlamentaristas, com os republicanos dissidentes, presidencialistas), forças que propunham uma resistência organizada(FRANCO, 2007, p.132). Esse alcance ficou nítido quando a revogação do desterro de Silveira Martins levou multidões à sua recepção em Porto Alegre em vinte e um de fevereiro de 1892 (FRANCO, 2007, p.133).

As relações exteriores entre os Federalistas brasileiros e uruguaios, que ficaram explícitas quando da invasão de Bagé por Gumercindo Saraiva atravessando a fronteira e pondo em prática planos de insurreição feitos desde o ano anterior (RECKZIEGEL, 2007, p.42), também tornavam os Federalistas inimigos mais duros e organizados que os que o PRR enfrentava antes. Essas relações faziam com que os Federalistas tivessem presença de apoiadores entre *Blancos* e *Colorados*, ou seja, obtinham força política e apoio, inclusive doações em dinheiro, de adversários no campo interno da política uruguaia. Silveira Martins encontrava-se assiduamente com o presidente uruguaio Herrera y Obes no Hotel Nova Barcelona, onde o líder Federalista se hospedava quando estava em Montevideu (RECKZIEGEL, 2007, p.47). As relações e o peso político forçaram aos *Castilhistas* a buscarem rearticular os laços com o governo central, enfraquecidos com o posicionamento de Júlio de Castilhos em apoio a Deodoro quando da crise que levou a sua renúncia (PESAVENTO,1983, p.80). O processo tornou possível o retorno de Castilhos ao poder, demovendo o Partido Republicano Federal. Este acabou se desarticulando com a concorrência com o Partido Federalista Brasileiro, que atraiu parte de seus membros, deixando dispersos os republicanos presidencialistas que não se sentiam representados pelo PRR e eram contrários ao parlamentarismo (PESAVENTO,1983, p.81).

Castilhos usava cada centímetro de espaço, nesse tenso cenário de reorganização política do Rio Grande do Sul, para abrir fogo contra seus adversários. Primeiro aproveitou a presença de Silveira Martins para atacar os Federalistas como restauradores da monarquia, depois os atacava como antagonistas dos militares, buscando reforçar o apoio da caserna à sua manutenção no poder, e a do PRR, e também antecipando o auxílio das forças militares federais (PESAVENTO, 1983, p.81). Inclusive foi fundamental para esse movimento o fato da Revolução Federalista acabar se tornando parte de um problema federal, a Revolta da Armada (SILVA, 2016). Vale lembrar que o apoio a Deodoro feito por Castilhos tinha eco da própria presença do Marechal no comando das guarnições do Rio Grande do Sul em anos anteriores à Proclamação da República em 1889, e que o próprio Castilhos fez uso disso para trabalhar o apoio destas guarnições ao movimento republicano que dava fim à monarquia (FAUSTO, 2016, p. 237).

Ou seja, o movimento que fortalecia o PFB¹⁵ tinha como efeito o também fortalecimento do PRR. Este insistia junto ao governo central alegando que com a perda de importância dos republicanos dissidentes era a única força partidária organizada representante de um governo legal no estado do Rio Grande do Sul e que tinha o apoio das forças armadas. Com o apoio do governo central, Castilhos impõe uma ampla perseguição aos Federalistas, que se refugiam no Uruguai e amplia a radicalização política no estado, com o PRR ampliando o autoritarismo do governo do estado sustentado na interpretação *Castilhista* do positivismo. O PFB reagia buscando reforçar o apoio no centro do país a seus ideais e ampliar sua influência, inclusive tentando enfraquecer a do PRR (PESAVENTO, 1983, p.84).

O PRR reorganizava a guarda-civil e a transformava em Brigada militar, ampliava sua dotação orçamentária e o aparato de repressão às oposições e os Federalistas respondiam com a compra de armamentos e a organização no exílio de uma reação armada (PESAVENTO, 1983, p.85).

A invasão de dois de fevereiro de 1893 eclodiu o inevitável: uma guerra civil localizada no Rio Grande do Sul entre forças opostas capazes de um longo e sangrento enfrentamento. Só que desta vez não estavam imperais em contraponto à República do Rio Grande do Sul e seus guerreiros Farrapos, mas duas vertentes que se posicionavam como herdeiros do legado de 1835. E na sangrenta guerra civil

15 Abreviatura do Partido Federalista Brasileiro e como o chamaremos a partir de agora.

a batalha não é só de armas em punho ou de balas, mas também envolve a guerra de narrativas. E em guerras, inclusive de narrativas, a primeira vítima costuma ser a verdade¹⁶.

Enquanto Republicanos tinham a seu lado forças militares organizadas no exército e na brigada militar, Federalistas tinham tropas organizadas por civis, ex-liberais, estancieiros da Campanha e seus homens (PESAVENTO,1983, p.86). O epíteto de *Maragatos* aos *Federalistas* era parte da guerra de narrativas, e tinha como função ampliar a ideia de que os *Federalistas* eram, na verdade, agentes de um inimigo maior, ou externo ou interno, como supostos monarquistas (PESAVENTO,1983, p.86). Essa tática se repete na qualificação futura dos revoltosos de 1923 e 1924 como bandoleiros e da rebeldia como barbárie.

Os *Federalistas* adotaram o epíteto e chamavam seus adversários de *Pica-paus*, em referência ao uso de quepe vermelho por parte dos *Castilhistas* em conjunto com a roupa azul. E a Revolução Federalista se inicia com *Pica-paus* enfrentando *Maragatos* em busca da conquista do poder no Rio Grande do Sul com uma escalada de violência nunca vista no estado, com a vulgarização da degola como meio de execução¹⁷ se dando democraticamente de lado a lado (PESAVENTO,1983, p.89). Esse fenômeno tornou difícil compreender como figuras como Silveira Martins, do lado *Maragato*, ou Pinheiro Machado, no lado *Pica-Pau*, foram coniventes com tal grau de barbárie.

O crescente de barbárie ampliou-se de tal forma que a cada ação violenta de um lado se dava uma ação mais bárbara ainda do outro. Houve casos como o de Bagé, quando o chefe *Maragato* Joca Tavares, vencendo *Castilhistas* e tropas federais, mandou degolar mais de trezentos homens jovens e jogar seus cadáveres nos rios e cuja resposta pelo republicano Firmino de Paula foi a degola de outros trezentos federalistas (PESAVENTO,1983, p.91).

A revolução tinha seu próprio peso para a República, mas ganhou o acréscimo da Revolta da Armada, ampliando as tensões na recém-proclamada República e obrigando o poder central a buscar soluções rápidas para evitar que estes dois focos rebeldes levassem ao cadafalso da recente experiência republicana.

16 A frase é atribuída ao senador americano Hiram Johnson: numa guerra, a primeira vítima é a verdade (BRICKMANN, 2008, Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/a-primeira-vitima-como-sempre-e-a-verdade/>>. Acesso em: 15 nov. 2018).

17 O peso simbólico da presença da degola como ação frequente originou a expressão “Isso é gastar pólvora em *chimango*”, não valia a pena gastar bala, podia ser feita na faca (PESAVENTO,1983,p.90).

Floriano, o Exército e os *Castilhistas* tinham agora como rivais as Marinha e os Federalistas, além de apoio uruguaio aos rebeldes gaúchos (PESAVENTO, 1983, p.94).

A Revolta da Armada continha elementos de uma forte cisão entre as forças armadas. De um lado uma Marinha cujos componentes tinham uma composição que posicionava o oficialato dentro de uma aristocracia que liderava marinheiros de extrato social mais baixo, do outro um exército que se propunha a ser cada vez mais um corpo composto de um oficialato advindo das classes médias, mais próximas dos soldados que comandavam (FAUSTO, 2016, p. 205).

Essa oposição não tornava o exército exatamente uma força armada composta de populares felizes em ali estar. Brigas, bebedeiras e roubos eram frequentes nos quartéis, o que tornava a perspectiva do recrutamento algo nada agradável entre a população. Na Marinha não havia casos como estes, porém ambas as armas compartilhavam o uso de castigos físicos (FAUSTO, 2016, p. 207). O processo de modernização do exército, no entanto, foi um processo contínuo, que paulatinamente veio a tornar cada vez mais atrativo para as classes médias entrarem no oficialato, e até para os mais pobres, seja pela organização de instrumentos de instrução, como a aproximação entre o exército e a Confederação Brasileira de Tiro com sua criação em 1896, um passo para aproximar o exército dos jovens de classe média, seja pela implantação em 1908 da instrução militar nos colégios secundários (FAUSTO, 2016, p. 209).

A marinha não acompanhou o processo de transformações modernizantes, mesmo com o exemplo do exército se consolidando como uma corporação cada vez mais moderna, especialmente pós Primeira Guerra Mundial, quando os “Jovens Turcos” e outras forças no interior do exército, produziram uma ampla marcha para a modernização da força a partir de 1912 (FAUSTO, 2016, p. 209).

As disputas pelo poder presidencial entre o oficialato do Exército da Marinha, os choques entre os jovens oficiais positivistas, unidos em torno de Floriano, com os velhos oficiais em torno de Deodoro e contra os governos civis, as rebeliões de praças de 1891 e 1892 (FAUSTO, 2016, p. 237), foram elementos que alimentaram uma conjuntura que somada às dissensões em território gaúcho fortaleceram um cenário de guerra civil e uma luta sangrenta como a gasolina alimenta o fogo em um incêndio. Esse incêndio já se iniciara em 1892 quando Floriano Peixoto enfrentou o

Manifesto dos Treze Generais, pedindo novas eleições e apontando a desordem sob seu governo, cujo clima de divisão entre as forças armadas foi a base da Revolta da Armada (FAUSTO, 1989, p. 43). A Revolução de 1893 era parte de uma luta maior em uma conjuntura de transformação da Primeira República na qual o protagonismo militar era forçadamente reduzido a um papel que só voltaria a ter destaque nos anos 1920.

A luta outrora restrita ao Rio Grande do Sul, agora com a Revolta da Armada se travava nos litorais do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, levando não só ao poder central, mas seu apoio financeiro, especialmente entre o empresariado paulista a temer o desmembramento da unidade nacional (PESAVENTO, 1983, p.95).

O empresariado paulista estruturou uma forte ação de apoio a Floriano mirando na manutenção da unidade nacional e organizando uma sucessão que mantinha como comandante do Partido Republicano Federal um civil simpático ao presidente, Francisco Glicério, e articulando um sucessor que se não era o preferido do presidente (Peixoto tentou indicar outro paulista, Rangel Pestana), não lhe era hostil: Prudente de Moraes (FAUSTO, 1989, p. 44).

A posse de Prudente de Moraes em quinze de novembro de 1894 significou o início da tarefa de pacificação, e também simbolizou a cessão do poder dos militares aos civis, obrigados que foram a ceder o poder depois da grave crise originada pela quebra de relações entre Exército e Marinha. E a paz foi alcançada em vinte e três de agosto de 1895 (PESAVENTO, 1983, p.95).

Ao ultrapassar as fronteiras do Rio Grande do Sul, e do país, levando ao envolvimento do governo federal, a Revolução fez com que a negociação de paz fosse feita entre os insurrectos e a união, mesmo a insurreição estando praticamente derrotada quando as negociações se iniciaram. A Revolução Federalista criou um impasse entre a Província do Rio Grande do Sul e o governo central além de um profundo impacto no cotidiano político provincial. O Governo Castilhos entendia que o general Inocêncio de Queiroz, negociador pelo Catete, era por demais benevolente com os insurrectos. Era conhecida a simpatia do general pelo *Federalismo*, o que complicava a recepção benevolente de suas decisões pelo PRR, e não ajudava nas relações entre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Catete, mesmo com a interferência de Prudente de Moraes repreendendo o negociador (FRANCO, 2007, p.138).

A paz fora assegurada, o fim das tensões não. E mesmo na derrota os Federalistas demonstraram poder para manter sua influência, aproveitar as fendas existentes no interior da República e conseguir benefícios.

A marca da “Revolução da Degola” foi duradoura e as tensões iniciadas com ela permaneceram tanto na tradição de coerção do PRR até que em 1906, com a lei Rosa e Silva, se reduzissem as crises constantes com a permissão da eleição de membros de outros partidos, mesmo que com as fraudes isso quase sempre significasse um direito à existência de minoria. A Revolução, no entanto, ao mesmo tempo que consolidou o PRR como força dominante, manteve a polarização política como característica do estado. Junto à coerção política foi organizado um contraditório exercício de poder em que se buscavam também consensos, primeiro com Júlio de Castilhos, depois com seu sucessor, Borges de Medeiros (PESAVENTO,1983, p. 97).

A tradição de autoritarismo aliado as barganhas e concessões fortaleceu também uma forma de ação que se refletiu no cotidiano das relações políticas até formar figuras públicas como Getúlio Vargas e métodos que perduraram não só no Rio Grande do Sul, mas também na própria história republicana brasileira (PESAVENTO,1983, p. 98). O próprio peso do estado na política nacional e suas relações com o exército seriam notados nos momentos em que o pacto entre oligarquias encontrava problemas em sua unidade, e será visto nas explosões de rebeldia em 1921, 1923, 1924 e 1930 (PESAVENTO,1983, p. 99).

No entanto, a “*Pax positivista*”, que poderia também ser “*Pax Castilhista*”, começa a sofrer ruídos diante da crise de hegemonia que se segue à crise financeira causada pelo resultado de encampações de empresas privadas de fornecimento de energia elétrica e de bondes das grandes cidades.

Para manter o controle sobre a sociedade civil e a economia, o PRR, já sob Borges de Medeiros, passa a defender a ideia de encampar empresas privadas com o fim de evitar o crescimento do poder de empresas cujos interesses não se relacionavam ao da classe dominante próxima ao governo (AXT, 2007,p.101). Ao mesmo tempo em que se possuía uma enorme necessidade de expansão de infraestrutura e de desenvolvimento econômico de um modo geral, a possibilidade de perda do controle sobre esse desenvolvimento pela elite urbano litorânea era um problema.

A hegemonia de comerciantes e financistas da capital e litoral era prioridade em relação ao desenvolvimento do estado, por isso o capital não alinhado, inclusive o estrangeiro, era interessante enquanto investia em frigoríficos na fronteira, porém não era interessante quando ameaçava a hegemonia desta elite intervindo nos negócios em suas áreas de maior influência (AXT, 2007,p.100). As encampações, portanto, foram meios de manter o controle desta elite urbano litorânea sobre a economia do estado, e em especial de Porto Alegre.

O resultado dessas ações foram uma crise financeira que abalou o prestígio do PRR e obrigou a uma recomposição de uma série de pactos entre elites que evitassem uma nova conflagração de conflitos. Além disso, a busca de uma ação que resolvesse essa crise através de empréstimos junto aos bancos regionais, em um momento em que com o fim da Primeira Guerra Mundial a demanda reprimida por importações estava em alta, levou a uma forte especulação em torno de moedas estrangeiras, aumento da inflação regional, alta de juros e redução de créditos que atingiram fortemente os setores estancieiros com a pressão sobre hipotecas deste setor, e deixaram clara a aliança entre Borges de Medeiros, charqueadores, comerciantes e financistas da capital e litoral. Além dos estancieiros a inflação alta e o aumento das taxas gerou forte descontentamento também entre as camadas médias, a classe média urbana e o proletariado. O proletariado já estava descontente com o descumprimento dos pactos entre a Presidência do Estado e o movimento operário depois da greve geral de 1917 e que se seguiu a uma violenta repressão nos idos de 1919. Com a crise financeira o descontentamento entre 1921 e 1923 ampliava-se de forma rápida (AXT, 2007,p.101).

Borges de Medeiros ainda foi apoiador nas eleições de 1922 do candidato Nilo Peçanha, em oposição a Artur Bernardes, devido à vinculação deste com a política de valorização do café que impunha um pesado preço para a economia do país como um todo, em detrimento das demandas de pecuaristas e outros setores da economia do Rio Grande do Sul. A oposição Federalista e Republicano democrática se colocou ao lado de Bernardes, fazendo com que a balança do poder central passasse a pender contra o PRR e Borges de Medeiros, que perdia também o apoio do partido republicano do eixo São Paulo e Minas Gerais (PESAVENTO,1982, p.85). Em uma crise política com profundo impacto na vida nacional imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, e que teve seu

aparecimento mais nítido em 1922, recuando em 1926 e reaparecendo em 1929 (FAUSTO, 2006, p. 403), o apoio a Bernardes foi um problema enorme para Borges de Medeiros

A crise interna e externa do Estado somadas estimularam a oposição no Rio Grande do Sul a compreensão de que havia chegado o limite do domínio de Borges de Medeiros e do PRR no poder do estado e sob a liderança de Assis Brasil pegou em armas reunindo republicanos dissidentes e federalistas formando a Aliança Libertadora (PESAVENTO, 1982, p.85).

O processo se alinhava com o descontentamento a nível nacional que unia civis e militares com a conjuntura da Primeira República, contra o governo e cuja radicalidade se corporificava na jovem oficialidade do exército que representavam em conjunto uma força política nada desprezível e profundamente anti-liberal (FONSECA, 1999).

No caldo desse descontentamento entre as forças armadas, que juntava *Tenentes*¹⁸ e *Jovens Turcos*¹⁹ e que, com diferentes abordagens, lutavam por uma modernização das forças armadas e do país, a conjuntura nacional continha um forte crescimento da participação populacional na política, a partir do crescimento da população urbana que ficou nítido depois da excelente votação de Rui Barbosa e seu programa moderadamente reformista nas eleições excepcionais de 1919, por conta da morte do presidente eleito Rodrigues Alves (FAUSTO, 2006, p.403). O descontentamento dos militares, não deixava de ser sentido no Rio Grande do Sul, que tinha desde a Questão Militar e depois com a Revolta da Armada, um aprofundamento de seus laços com o Exército, que ficou explícito no apoio de Castilhos ao Marechal Deodoro em 1891, esse havia sido comandante das forças no estado. Além de laços relacionados aos apoios políticos na esfera nacional, havia uma convergência programática entre militares e o PRR através de um

¹⁸ “Tenentes” era o epíteto dado a jovens oficiais e militantes de oposição ao governo Republicano, que agiam com apoio de parte das oligarquias brasileiras em oposição à oligarquia cafeeira e se propunham revolucionários (PRESTES, 1989, p. 87).

¹⁹ “Jovens Turcos” era o epíteto dado a jovens oficiais enviados pelo Exército do Brasil em missão à Alemanha em para estagiar em busca de uma modernização e aprendizado de novas técnicas e táticas militares e que se reuniam em torno da revista **A Defesa Nacional**. Receberam este nome pela comparação com grupos de oficiais turcos liderados por Mustafá Kemal e que buscavam fazer da Turquia uma nação moderna a partir de uma série de reformas (PRESTES, 1989, p. 76). Assim como os brasileiros estes oficiais turcos também haviam estudado na Alemanha, fazendo com que os brasileiros se orgulhassem de serem comparados com estes.

compartilhamento de impressões a respeito do positivismo em comum e também de concordâncias a respeito da política econômica e financeira (FAUSTO, 2006, p.404).

Se desenhava assim uma conjuntura explosiva, que já teve em 1922 o episódio conhecido como dos 18 do Forte, e que se manteria aquecida com os arranjos conspirativos dos participantes deste levante. Atuando na construção do que viria a ser a Revolução de 1924, que desembocou nos eventos conhecidos como da Coluna Prestes até a eclosão da Revolução de 1930, os conspiradores participaram do mesmo ambiente, mantendo seus artífices e participantes em atividade conspiratória constante. Uma atividade conspiratória que se via impedida de caminhos institucionais e entendia uma única saída possível: a insurreição (FONSECA, 1999).

Borges de Medeiros se candidata neste cenário a seu quinto mandato, contra ele foi lançada a candidatura de Assis Brasil e como era de se esperar venceu, sob a costumeira acusação de fraudes pelos derrotados, que pegaram em armas em uma série de levantes regionais pedindo a retirada de Borges de Medeiros do poder e uma revisão da Constituição Estadual de inspiração *Castilhist*a, acalentando ainda esperanças de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul devido ao status de desafeto que Borges trazia consigo ao não apoiar Artur Bernardes para a presidência nas eleições recém-realizadas (PESAVENTO, 1982, p.86).

Vale lembrar que o contexto dos anos 1920, engendra uma rara organização da oposição ao PRR que estabelece um combate ferrenho a Borges de Medeiros, cujo governo do estado durava já por durante cinco mandatos, e concentra seus esforços no combate ao governo que consideram autoritário e ditatorial a partir de uma frente unificada de opositores composta por adeptos de Silveira Martins oriundos do Partido Federalista e liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla e Moraes Fernandes, Republicanos “democratas” que eram liderados por Assis Brasil e Fernando Abbott e dissidentes republicanos recentemente rompidos originados das famílias Pinheiro Machado e Menna Barreto, cujos esforços superavam as dificuldades de alinhamento que forma frustradas anos a fio e que facilitaram a vida do PRR em sua consolidação de hegemonia (FORNO, 2017, 160-161).

A feição heterogênea dessa oposição tornou essa rara organização um feito que consolidou na união de antigos adversários campos de forte embate contra um

PRR que começava a enfrentar suas próprias dificuldades de organização, a chegada de novas lideranças e o próprio embate com o Catete e o pacto de elites que mantinha a Primeira República em pé e que já desagradava as elites de fora do eixo Rio-São Paulo.

Com o objetivo de rever a carta constitucional de 1891 e apagar as diferenças entre eles sob um manto de unidade, a oposição agora organizada se auto proclamava como “libertadores” e lançaram Joaquim Francisco de Assis Brasil como candidato a Presidente do Estado do Rio Grande do Sul na eleição de 1922. À derrota para Borges de Medeiros, que concorria a seu quinto mandato, se seguiu um conflito armado que durou até 1923 e teve como motivação a alegação das já famosas fraudes eleitorais promovidas pelo PRR.

A Guerra civil tomou conta do cenário político do Rio Grande do Sul com combates espalhados por todo o território do estado, perseguições se deram sem trégua até dezembro de 1923 quando através de um acordo de paz mediado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho se fez a paz .

A Revolução eclodiu com combates de norte a sul. Tropas do deputado Artur Caetano dominam a parte da Serra; o Coronel Pedroso ocupa Piratini e Canguçu; revolucionários conquistam Alegrete e Quaraí; em julho Zeca Netto ocupa Pelotas, a Serra está sob fortes combates e praticamente nas mãos dos rebeldes, assim como Bagé, Vacaria, São Luís e Bom Jesus, e, mesmo em desvantagem militar, Honório Lemes conquista importantes vitórias, vence Nepomuceno Saraiva e leva a Borges de Medeiros a reforçar suas tropas (PEREIRA, 2006, p.91).

Os rebeldes conseguem apoio de parte do exército, como o apoio das tropas do General Fábio Azambuja. Esse processo, agravando a crise nacional que o levou a governar sob estado de sítio, faz com que Artur Bernardes envie em maio um emissário ao estado propondo paz. Borges se nega a aceitar o acordo diante da exigência da oposição de que renunciasse, confiante depois de vitórias importantes, levando ao federal a tentar novamente em junho. Nesta nova tentativa Borges acena com concessões, como a da revisão constitucional, a eleição de um deputado opositor e anistia aos rebeldes, mas sem aceitar a renúncia e o acordo novamente fracassa (PEREIRA, 2006, p.91).

As vitórias rebeldes em julho mantêm a enorme tensão no estado, mas não chegam a ameaçar as grandes cidades, com exceção de Pelotas, e tornam ao fim e

ao cabo o quadro equilibrado. enquanto isso mesmo se posicionando de forma neutra, havia por parte do governo Artur Bernardes uma simpatia não declarada pelos rebeldes, lembrando que Borges havia tido desacordos com Bernardes anteriormente. O presidente da República envia Tavares de Lima com uma nova proposta de acordo em que pesavam o reconhecimento da legitimidade do governo Borges de Medeiros, a reforma da constituição vedando a reeleição, a eleição do vice-presidente do estado, a ampliação das atribuições do legislativo, anistia ampla aos revolucionários e garantia à oposição de eleição de um deputado federal em cada distrito. Borges faz uma contraproposta em que sugere a reforma constitucional adotando a lei federal sobre eleições, garantia de um deputado por distrito à oposição, anistia ampla, colaboração para a pacificação desde que não incluísse nesta a necessidade de sua renúncia (PEREIRA, 2006, p.92).

Essas tratativas possibilitaram ao governo federal a percepção dos pontos negociáveis e avançaram na busca do pacto de paz. Borges já via com bons olhos um tratado de paz evitando que o vento favorável aos rebeldes se ampliasse e estes conseguissem pelas armas sua deposição. O novo tratado sugerido pelo presidente da República foi analisado em outubro e novembro, a vinda de Setembrino de Carvalho, que outrora foi simpático aos Federalistas quando da Revolução Federalista, era um sinal claro de Bernardes de suas inclinações, mas ajudou a dobrar a oposição que insistia que o acordo só sairia com a renúncia de Borges. Setembrino foi fundamental para dialogar e convencer a oposição a aceitar o pacto, convencendo principalmente Assis Brasil em abrir mão do ponto principal das exigências.

Assim, em quinze de dezembro de 1923, o acordo de paz de Pedras Altas é assinado por Assis Brasil, tratado como chefe Revolucionário, o que explica a centralização dos ataques posteriores em sua figura, por Borges de Medeiros, chefe legalista e por Setembrino de Carvalho representando o governo Federal (PEREIRA, 2006, p.93).

O “Pacto de Pedras Altas” foi uma tremenda vitória para a oposição, pois vedava, em linhas gerais a reeleição para presidente do estado e para intendentess municipais, revia o processo de eleições locais as adequando à legislação federal, garantia a participação das minorias na assembleia e no congresso e concedia anistia aos Revolucionários (FORNO, 2017, p.162).

Esse novo quadro político no Rio Grande do Sul explica muitas das motivações de hostilidades constantes em relação a Assis Brasil, o *assisismo* e a acusação a todos os participantes da revolução como “*Federalistas*”. As representações tinham como uma disputa que inclusive pretendia rever o empoderamento da oposição após a Revolução de 1923. Se nas eleições de 1913 foi eleito apenas um representante federalista, nas eleições de 1924 se ampliou a presença da oposição (AXT, 2007, p.94).

Os combates também lançaram luz sobre uma nova geração de republicanos como Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, Firmino Paim Filho e de *Federalistas* e *Assisistas* como Batista Luzardo, que seriam fundamentais nos processos que levaram à Revolução de 1930.

A oposição, no entanto, não saiu do Pacto de Pedras Altas plenamente unificada, haviam dissensões inclusive que acusavam Assis Brasil de traição e que também entendiam que o Pacto, que conteve inegáveis avanços com relação ao papel da oposição e sua institucionalização, foi uma concessão que era mais derrota que vitória, pois não alcançou o objetivo principal de depor Borges de Medeiros (FORNO, 2017, p. 163).

A ausência de uma completa sensação de vitória, as dissensões entre os opositores levou a novas reuniões, em especial uma em janeiro de 1924 que buscava aparar arestas e fundar uma nova agremiação que contivesse em seu interior todos os adeptos do confronto com o PRR e que pudesse ser mobilizada para os novos enfrentamentos eleitorais possíveis no quadro pós-Pedras Altas. Essa mobilização se consolidou no congresso realizado na cidade de São Gabriel onde foi fundada a Aliança Libertadora, inicialmente organizada para construir uma organicidade no campo opositor com vias de participação nas eleições de maio de 1924 para os cargos de deputado federal e senador, mas que teve efeito duradouro influenciando a política local nos anos vindouros. Sete dos candidatos da Aliança Libertadora tiveram êxito: Wenceslau Escobar, Plínio Casado, Lafayette Cruz, Arthur Caetano, Pinto da Rocha, Antunes Maciel Júnior e João Baptista Lusardo (FORNO, 2017, p. 163).

Borges de Medeiros enfrentaria os efeitos deste processo e da Revolução de 1924 no Rio Grande do Sul, onde Zeca Neto, Assis Brasil e Honório Lemes participariam de um levante que levaria os comandados de Luiz Carlos Prestes e

Siqueira Campos a unirem-se aos rebeldes de São Paulo, comandados por Miguel Costa e Ítalo Landucci em um périplo marcante que obrigou a Artur Bernardes a governar sob Estado de Sítio e preparou a ampliação das alianças que desaguaram na Revolução de 1930, mas antes estabeleceram em território gaúcho uma aliança entre oposições que levou, em 1928, Vargas a substituir Borges de Medeiros como Presidente de Província e dois anos depois líder de uma reviravolta na política do país.

Esse processo, que eclode em 1922 e se torna paulatinamente uma ampla de revolta que substitui a primeira República pelos vencedores da Revolução de 1930, pode ser analisado como um vasto movimento de reorganização do estado e da política nacionais pela convergência de descontentamentos das elites com a ascensão de demandas populacionais, organizadas ou não, das classes médias e das classes populares (PRESTES, 1989, p. 62). Os *Tenentes* e os *Jovens turcos* eram reflexos dentro do exército de movimentações rebeldes e transformadoras existentes na sociedade. As greves, em geral a Greve geral de 1917, deixaram claro que os mais pobres, operários ou não, não estavam dispostos a aceitar para sempre que o acordo de elites que sustentava a República os mantivesse alijados dos processos e dos ganhos. Os movimentos armados de Canudos e Contestado, assim como as Revoltas da Vacina e da Chibata, eram memórias que ficaram de que os descontentamentos não eram recentes e eram praticamente transversais.

A Revolução de 1924, que desencadeou a Coluna Prestes foi um penúltimo passo antes da demolição da Primeira República pela Revolução de 1930, e continha uma rede de descontentamentos que puseram em lados opostos *Tenentes* e *Jovens turcos*. Esse embate ficou exposto quando Bertoldo Klingerm um dos *Jovens turcos*, liderou em maio de 1925 a reorganização das tropas legalistas matogrossenses e as pôs em combate com os ex-*Tenentes* Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias e o próprio Luiz Carlos Prestes. Klinger seguiu em vários momentos impondo derrotas aos membros da Coluna até que movimentos militares comandadas por Prestes o impossibilitaram de seguir com sua manobra de uso de caminhões para ter vantagem tática (MAYER, 2010).

Klinger organizava suas ações usando uma leitura da guerra de movimentos, enquanto Prestes inovava adaptando esse conceito com elementos das lutas rebeldes mais próximas das lutas de partizans, elementos também discutidos depois

das missões militares de aprimoramento na Europa, praticamente iniciando, ao menos no Brasil, o uso de um tipo de manobra de guerra de movimentos mais próxima da guerra de guerrilhas.

A manobra de Prestes foi tão marcante e fundamental para a sobrevivência da Coluna quanto foi influente para outros líderes revolucionários como Fidel Castro e Mao-Tsé Tung (O ESTADO DE SÃO PAULO, 07 jun. 2008). A relação com Mao pode ser considerada como iniciada quando Prestes dividiu com ele e Stálin uma cadeira no comitê executivo da Internacional Comunista em 1935 (ABREU; CARNEIRO, 2016).

As relações da Revolução de 1923 com a Revolução de 1924 são eloquentes, e se dão primeiramente com a própria relação da oposição ao PRR no Rio Grande do Sul com Artur Bernardes, relação que fica explícita nas páginas d'**A Federação** a partir dos debates entre Federalistas e outros membros da oposição como Simões Lopes. Quando a Revolução de 1924 eclode a partir da ocupação de São Paulo por forças comandadas por Izidoro Dias Lopes e Miguel Costa, a oposição ao PRR se divide na Assembleia dos Representantes. A grande maioria da bancada oposicionista opta por apoiar Bernardes, isolando Batista Luzardo (FORNO, 2017, p. 164).

Enquanto na Assembleia a posição majoritária era de apoio ao Presidente da República, na imprensa a história era outra, o que levou a Borges a desencadear um ataque frontal à já frágil liberdade de imprensa:

(...) diversos órgãos de imprensa foram censurados, tiveram sua circulação suspensa ou proibidos de veicularem notícias sobre os levantes, como por exemplo, Fanfa Ribas do **Correio do Sul** de Bagé (exilado no Uruguai), Arnaldo Mello do **Correio da Serra** de Santa Maria e Júlio Ruas de **O Bandoleiro** de Alegrete, processados por publicarem “informações julgadas inconvenientes à ordem pública”²¹.

Da mesma forma, **O Libertador** de Pelotas, por conta própria suspendeu sua circulação e o **Correio do Povo** em Porto Alegre, folha auto proclamada apartidária, sofreu censura rígida em torno de seus editoriais e informes. Além disto, as perseguições e prisões também atingiram personagens de destacada atuação na guerra civil de 1923, como por exemplo, Theodoro Klemann, membro do estado maior de Zeca Netto, feito prisioneiro em Pelotas e Mario Garcia, chefe da Divisão Missioneira

de 1923, apreendido em Santiago do Boqueirão acusado de envolvimento com os rebeldes militares (FORNO, 2017, p. 165).

A situação posteriormente foi se invertendo, apesar das negativas de Assis Brasil, Honório Lemes, etc, de movimentarem-se em apoio à Revolução e contra Bernardes, atendendo às solicitações da própria maioria da bancada oposicionista na Assembleia (que chegou a sugerir a Lemes a formação de “batalhões patrióticos” em defesa de Bernardes), que chegou a ler, através do deputado Maciel Jr, uma carta de Assis Brasil que dizia, desmentindo uma possível vinculação com o movimento armado: “nenhuma liga (FORNO, 2017, p. 166).

Assis Brasil e Lemes, no entanto, já discutiam com Prestes e Siqueira Campos uma participação em um levante armado nos fins de 1923. Com Prestes articulando em reuniões políticas em todo o interior gaúcho, especialmente Santo Ângelo, uma ação com os chefes *maragatos*, a visita de Juarez Távora em fins de 1923, um dos articuladores nacionais do movimento antibernardista, dando conta de um levante próximo a ocorrer em São Paulo (REIS, 2014, p.41), ficava claro que o processo de negativa era uma manobra diversionista que ficou clara depois da execução dos levantes militares no Rio Grande do Sul em outubro de 1924 em apoio à Revolução iniciada em São Paulo, que contou com o apoio de Zeca Netto e Honório Lemes. Os paulistas já haviam desocupado São Paulo em direção ao interior a partir de fins de Julho, depois se dividindo e uma ala indo na direção de Catanduvas e outra seguindo pelo interior, particularmente a Coluna da morte de João Cabanas²⁰, levando a Prestes e aos rebeldes que partiam do Rio Grande do Sul a uma luta para ultrapassar o cerco legalista e levá-los ao encontro da coluna paulista, juntando forças de Santo Ângelo, São Borja, Bagé, Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete e Cachoeira, buscando com o apoio dos comandantes *maragatos* superar os inimigos (REIS, 2014, p.50).

²⁰ Cabanas não se juntou ao restante da Colunas e seguiu pelo interior paulista comandando um pelotão que era conhecido pela extrema violência e que gerou em torno dele uma série de lendas como a de uma suposta invulnerabilidade. Exilou-se em 1925, com a cabeça posta a prêmio pelo governo federal, e retornou posteriormente para apoiar a Revolução de 1930, participando dela até apoiar em 1935 a Aliança Nacional Libertadora, por seu perfil contra o latifúndio, a miséria, o imperialismo e o fascismo, e mantendo-se na oposição a Vargas quando do golpe do Estado Novo. Seguiu em luta com um espectro nacionalista e progressista, apoiou Vargas nos anos 1950 (ABREU, 2010).

Levantaram-se, no entanto, apenas as forças de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja, Uruguaiana, inicialmente comandado por Juarez Távora, que viera de Foz do Iguaçu e assumido logo por Honório Lemes, Alegrete e Cachoeira (PRESTES, 1989, p. 119). Santa Maria, comandado por Costa e Silva, havia se comprometido a participar, porém se omitiu, com seu comandante ficando sem apoiar nem as forças legalistas, tampouco aos rebeldes (REIS, 2014, p.50).

A deserção dos chefes *maragatos*, ainda em janeiro de 1925, ocorreu antes mesmo das forças comandadas por Prestes superarem o cerco para se juntarem aos paulistas e marcarem definitivamente a Coluna na história do país. Prestes dizia que “para o gaúcho, passar para Santa Catarina era emigrar” (REIS, 2014, p.57) .

No âmbito parlamentar, no entanto, o apoio à revolução se deu amplamente por parte da bancada oposicionista a partir da oficialização do apoio das lideranças de 1923 à causa (FORNO, 2017, p. 168). As próprias tropas dos chefes *maragatos* que se exilaram no Uruguai e Argentina junto com seus chefes em 1925, tornaram a fazer tentativas de invasão ao estado de 1925 a 1927, comandadas por Zeca Netto e Honório Lemes, insistindo nas tentativas de depor Borges de Medeiros (FORNO, 2017, p. 169).

Assis Brasil foi menos participativo no âmbito militar, mas foi fundamental para, com a anistia e retorno ao Brasil nos anos posteriores à Coluna, reorganizar a oposição no caminho da constituição do Partido Libertador através dele participar da Frente Única em apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (FORNO, 2017, p. 170).

A transformação das conjunturas marcadas pelas revoluções produziu no Rio Grande do Sul uma série de elementos que fizeram da forma como a identificação do gaúcho se dá e a própria polarização fossem parte intrínseca da política. A referência constante à Revolução Farroupilha, dela ser um modelo das façanhas, inclui uma operação simbólica onde a perspectiva positiva a seu respeito constitui um capital simbólico em disputa pelas forças políticas existentes, passível de ser implementado como percepção durável de princípios e de uma forma onde é possível um exercício de poder simbólico (BOURDIEU, 1996, p.107-108). A cada movimento desde o fim do Império até a Revolução de 1930, se dava uma disputa sobre o caráter da qualidade da Revolução, se disputava o capital simbólico envolvido em torno dela e para a luta se organizavam as formas cabíveis de lançar

sobre o outro os epítetos que o desqualificassem diante dos olhos da plateia. Com a *Farroupilha* como base simbólica para o trabalho representativo d'**A Federação** e do texto de Castilhos e seus herdeiros, a Revolução Federalista, a Revolução de 1923 e a Revolução de 1924 ganharam automaticamente o epíteto de bandoleirismo, pois ameaçavam o elemento simbólico fundador de um tipo de texto que representava no PRR uma ordem que era destruída pelo caos rebelde. E quanto mais elementos de ruptura apresentavam, e as de 1923 e 1924 eram até na forma frontalmente rompedoras com a ordem defendida pelo PRR, mais aptos a receber o epíteto negativo estavam os levantes. É fundamental aqui observar o caminho da própria oposição organizada tanto na busca de assumir para si o rótulo de bandoleiros e tratá-lo como uma ressignificação quanto na busca, em 1924, de evitar um alinhamento automático à ruptura com Bernardes e só assumir a defesa dos rebeldes quando suas lideranças se puseram a seu lado de forma ostensiva.

Para Castilhos, **A Federação** era a “maior responsabilidade dentro do partido” (MARTINY, 2018, p.146), e ele deixava claro que essa posição lhe permitia o uso do jornal como arma de consolidação da mensagem republicana e de feroz disputa pela hegemonia política do PRR no Rio Grande do Sul. A oposição se apropriava de seus símbolos utilizando os meios à mão tanto para desqualificar a arma republicana (PESAVENTO, 1983, p.88), quanto para disputar os símbolos e epítetos lançados contra ela tornando-os positivos para si (FORNO, 2015), formando uma luta para consolidação sobre suas posses do capital simbólico disputado.

As representações organizadas por **A Federação** seguem uma linha de produção de texto jornalístico visto a partir do estilo e da autoria de Júlio de Castilhos, mas também se organizavam dentro da concepção da qualificação das representações dentro do sistema de valores que tinha, nos ideais revolucionários de 1835, um esqueleto que fez das Revoluções marcas políticas que vão além das batalhas.

Entender as representações sobre Luiz Carlos Prestes precisa passar pela compreensão das revoluções que precedem 1924 e fazem possível o esqueleto das operações simbólicas que se seguiram às representações do capitão. Se não as revoluções como o seu cotidiano e a completude das ações que a constituíram, pelo menos é preciso observar as revoluções como estrutura simbólica sobre a qual se ergueu a singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem que tornaram

possível que o estilo que determinou a autoria de Júlio de Castilhos. Da mesma forma é preciso, e foi possível, entender como foi produzida a possibilidade que fez deste estilo o produtor da autoria d'**A Federação**, no sentido de autoria como uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45).

Se o jornal era a face visível do partido, o sentido escrito da alma partidária, a forma física em papel do *Castilhismo*, a revolução era (e é) o mito fundador de uma ideia de república que produziu lados opostos da polarizada política rio-grandense. As diferentes revoluções que perpassaram a história do Rio Grande do Sul fundaram uma base sobre a qual se defendem valores até hoje e sobre a qual se organizaram mais de um tipo narrativa e trajetória, que fez com que houvessem formas de revolução que foram tratadas de forma diferente obtendo qualificações como capital simbólico que a tornavam passíveis de serem identificadas como revoluções que foram positivas e àquelas que traziam consigo a marca da desonra.

As façanhas das revoluções serviram de exemplos para que novas tantas outras façanhas fossem representadas por **A Federação** e que a obrigasse a produzir um tipo de representação que construía novas figuras públicas que não se encaixavam mais na base textual *Castilhista*. A autoria d'**A Federação** encontrava agora um desafio que faria com que sua autoria tivesse de adaptar-se a uma percepção inovadora da própria ideia de inimigo retratado pelos textos que publicava. Se Bolívar, filho de Bibiana e Rodrigo, era uma continuação do Capitão Rodrigo, Farrapo combatendo imperiais, Licurgo Terra Cambará, Republicano contra Federalistas, era uma continuação de Bolívar, Republicano contra Monarquistas (O TEMPO E O VENTO, 2013). E a continuidade de revoluções faria com que a trajetória dos lenços, e da família Terra Cambará, pusesse em lados opostos e complementares novos, Rodrigo e Turíbio dividindo-se entre lutadores e políticos, abraçando Getúlio ou Prestes. E o continente se faria retrato e depois arquipélago na produção de símbolos que envergariam faces novas de uma política que se estruturara a partir da primeira Revolução.

2. Um certo Capitão Luiz Carlos Prestes

O Capitão que faria de Santo Ângelo a Moscou uma trajetória que marcaria a política brasileira do século XX, viveu anos a fio como um professor, um engenheiro, mas principalmente um filho, de uma casa onde a cultura e a divisão entre o positivismo e o catolicismo marcou a alma de uma das maiores figuras públicas da história do Brasil. O militar Luiz Carlos Prestes foi promovido a capitão em outubro de 1923 (ABREU; CARNEIRO, 2016), e se tornou um professor de futuros generais. A cassação de sua patente em 1936, no entanto, interrompeu sua trajetória como militar e não permitiu que este alcançasse a qualificação que apenas a história daria a ele, e que o estado só reconhecesse quando a Comissão da Anistia o promoveu a General de brigada em 2005 (Folha de São Paulo, 20 de maio de 2005).

Prestes, no entanto, foi sempre um capitão, que promoveu com sua liderança profundas disputas no campo político e simbólico, mas cuja trajetória só veio a ser conhecida depois que nos mares agitados das revoluções perseguiu um sonho que por mais de vinte e sete mil quilômetros desbravaram o país e fizeram seu nome uma marca, um ícone de rebeldia que precisou ser mostrado, descrito, pelos jornais, revistas e pelo povo país afora.

Prestes nasceu em três de janeiro de 1898 em Porto Alegre e morreu em sete de março de 1990 no Rio de Janeiro, cidades onde sua atuação foi marcante e de onde partiu uma trajetória que marcou a história do Brasil, levando à construção de memoriais em sua homenagem pelo país²¹. Viveu quase cem anos de revoluções.

O Capitão Luiz Carlos Prestes montou em seu cavalo em Santo Ângelo movido por um idealismo que viu nascer em seu pai e reconheceu em companheiros de armas, e posteriormente em livros e partidos que o faziam romper com antigos parceiros. O Prestes que lutou contra a Primeira República de 1922 a 1927, namorou o comunismo desde 1928 e começou a produzir textos onde a influência do marxismo-leninismo já era visível. Ironicamente só entrou no PCB em primeiro de agosto de 1934, quando ainda residia em Moscou, por imposição da Internacional Comunista, e só depois do “soco na mesa” do camarada Manuilski (REIS, 2014, p. 165), praticamente às vésperas, portanto, da Revolta Comunista de 1935, uma tentativa de revolução promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), reduzida

²¹ Existem os memoriais da Coluna Prestes em Palmas e Santo Ângelo e o Memorial Luiz Carlos Prestes em Porto Alegre.

a “Intentona Comunista” por seus adversários²². Sua entrada no partido não foi das mais fáceis e nem se traduziu em liderança imediata, mesmo com seu claro caminhar na direção do mais dogmático comunismo pelas mãos de camaradas argentinos. Só foi inicialmente aceito a partir de sua ida a Moscou, onde em auto-exílio morou anos a fio antes de retornar ao Brasil. Um retorno, com cunhos épicos, pois se deu em uma viagem iniciada em dezembro de 1934, com chegada em São Paulo em 17 de abril de 1935, já com Olga²³ (REIS, 2014, p. 173).

Prestes ampliava assim seu alcance político conquistado pelo périplo na Coluna que levou seu nome, tornava-se a maior figura pública da esquerda brasileira da primeira metade do século XX e uma das maiores personalidades políticas de todo o século. Foi fundamental na resistência à ditadura Vargas e à ditadura civil militar de 1964, sendo parte da consolidação do Partido Comunista do Brasil²⁴ (PCB) como principal partido comunista do país e construtor ainda da redemocratização do Brasil depois da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Sua indomável tendência à rebelião foi fundamental para conduzi-lo como uma liderança que foi fundamental na história do Brasil praticamente até o fim de sua vida.

A transformação do PCB de 1935, um núcleo pequeno, na potência que se tornou levaram anos de trabalho árduo do rebelde da Coluna Prestes. Da aliança com Vargas²⁵ em 1945 e a eleição de Prestes ao senado pelo Distrito Federal no mesmo ano com votação recorde para a época, 157.397 votos, foram percorridos diversos caminhos, com a estada em vários estados, sendo recebido por públicos não menores que 70 mil pessoas, na Praça da Sé em Salvador, em que o Capitão forjava sua unidade com o país (REIS, 2014, p. 229).

Exercendo um papel central no PCB, enfrentou as balas da polícia em manifestações nos anos 1940, a ditadura Vargas, a perseguição dos militares na

22 Movimento armado promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) buscando uma revolução popular, também conhecido como Intentona Comunista, designação que foi cunhada pelos meios oficiais como forma de depreciar a ação, devido ao termo significar “intento louco, plano insensato”. Foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal, em 24 de novembro no Recife e no dia 27 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal (ABREU, 2010).

²³ Olga Gutmann Benário foi esposa de Luiz Carlos Prestes com o qual foi presa em 1935 em uma residência localizada na rua Honório nº 279, no subúrbio carioca do Méier, depois do fracasso da Revolta Comunista de 1935. Foi deportada para a Alemanha em 1936 onde permaneceu presa até sua morte em 1942 executada na câmara de gás em um campo de concentração (PAULA, 2010).

²⁴ O PCB foi conhecido como Partido Comunista do Brasil de sua fundação até que a conferência nacional realizada em agosto de 1961 promoveu a mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro (ABREU, 2010).

²⁵ Com a redemocratização do Brasil em 1945 se reaproximou de Vargas em nome “da união nacional” (ABREU, 2010).

ditadura civil militar de 1964, que entre os ditadores haviam alunos seus na Escola de Realengo, até que em idade avançada enfrentou o isolamento político constituído tanto pela recusa a seguir orientações que considerava reformistas pelo PCB, quanto pela negativa de aliados na esquerda em receberem uma liderança daquele tamanho em suas fileiras.

As divergências de Prestes com o PCB foram construídas com o tempo desde a resistência à ditadura em 1964²⁶ e se ampliaram durante a década de 1970. A paulatina produção de um racha é exposta já outubro de 1978, quando uma reunião do comitê central do PCB em Sofia expôs a oposição clara entre o Capitão e Armênio Guedes na avaliação da “crise pela qual passava o país” o papel dos movimentos sociais e do movimento operário, chegando próximo do ponto de ruptura (REIS, 2014, p. 399). Entre 30 de janeiro e três de fevereiro de 1979, em um subúrbio de Praga, nova reunião do Comitê Central ampliou a crise. Não só sua liderança foi questionada internamente por um partido atingido por denúncias de comportamento ético discutível, como a própria idade avançada tornava-se motivo de críticas políticas (REIS, 2014, p. 415). Tratado como “esquerdista” avesso às mudanças do mundo que permitiam o avanço do euro-comunismo, uma nova perspectiva que alterava a perspectiva da “[...] divisão metafísica entre ação política e perspectiva socialista” (REIS, 2014, p. 421), Prestes encontrava-se desconfortavelmente em minoria no partido que ajudou a tornar uma pedra fundamental para a organização política da esquerda brasileira. Seu retorno ao Brasil em 1979 fez com que os caminhos que percorreu o levassem a uma ruptura, entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o partido que fez crescer.

Aproximado a Brizola pelo próprio PCB em artigos da “direita” do Partido n’**A Voz Operária**, Prestes e sua filha Anita tentavam a todo momento manter o leme do partido alinhado não à perspectiva que consideravam um retrocesso antissocialista, mas a uma perspectiva revolucionária que Prestes via como de possível radicalização a partir de 1978 e que ganhava fôlego como a Revolução Sandinista e a Revolução Iraniana (REIS, 2014, p. 422). O PCB, ao contrário, defendia que era necessário garantir a “sobrevivência e unidade do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)” para evitar retrocessos (REIS, 2014, p. 424).

26 Prestes sofria críticas a respeito de suas posições em resistência à ditadura civil-militar de 1964 de alas como a liderada por Carlos Marighela e que junto com Mário Alves, Manuel Jover Teles e Jacob Gorender propunha a preparação da luta armada (MALIN, 2010).

Quando retorna ao Brasil em 20 de outubro de 1979, depois da lei da Anistia, Prestes é aguardado milhares de pessoas²⁷, mais gente do que verificado quando da chegada de Miguel Arraes ou de Leonel Brizola (REIS, 2014, p. 428). Ali, contrariando a linha de oposição moderada defendida pelo PCB e com o qual agora tinha divergências públicas, Prestes em um discurso improvisado, proferido sobre a carroceria de uma kombi camionete, atacou ferozmente a ditadura, que para ele ainda persistia, e expunha à luz do dia as divergências mantidas em silêncio com o comitê central do PCB (REIS, 2014, p. 429). O racha visível se ocupou de ser ampliado pro ataques de lado a lado pelos jornais, em entrevistas ao **Jornal do Brasil** principalmente, em que Prestes colocava questões como o da existência de “um PCB ligado a mim”, a possibilidade de um novo partido e citando o caso do PC Australiano, segundo ele tomado pela direita, onde os “comunistas verdadeiros” fundaram um partido alternativo. Indo mais longe, o Capitão declarava sua dedicação vitalícia ao comunismo, “ainda ser recebido pelos soviéticos” apesar de ter sido destituído do cargo de secretário-geral em 1979 (REIS, 2014, p. 434).

Em março de 1980, quando os operários do ABC Paulista²⁸ entravam em nova greve, Prestes assina sua ruptura definitiva com o PCB, chamando pela “Carta aos Comunistas”, publicada pela grande imprensa, a atual direção do PCB de responsável por sua “desmoralização, divisão e aniquilamento”. Acusa a direção também de tornar o partido “dócil instrumento de legitimação do regime”, um partido reformista, portanto. À ruptura final se somaram tentativas de construção de um novo partido, todas inócuas. Da mesma forma falhou a busca de filiação em partidos do “campo popular”. A entrada tanto no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como no nascente Partido dos Trabalhadores (PT) foram um insucesso absoluto. O PMDB lhe negou o ingresso e o PT, por sua vez, não ficou exatamente entusiasmado com a ideia. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) de início também não se entusiasmou com sua entrada devido à divisão de holofotes com seu líder máximo, Leonel Brizola, e com isso não lhe ofereceu mais do que a

²⁷ Na descrição de Reis há uma imprecisão no número, colocando que entre cinco mil e quinze mil pessoas aguardaram Prestes (REIS, 2014, p. 428).

²⁸ Nome pelo qual é conhecida a região de Santo André, São Bernardo e Diadema. Nesta região se concentrou uma série de greves conhecidas como as “Greves do ABC” e parte importante da história recente do movimento operário, como a origem da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e da própria história de Luiz Ignácio da Silva, o Lula, uma das principais figuras públicas da esquerda Brasileira (BADARÓ, 2010).

“presidência de honra”, sem lhe prometer legenda. Prestes estava isolado, inclusive por seus aliados na esquerda (REIS, 2014, p. 450).

Só quando das eleições em 1982 o isolamento foi quebrado devido a seu apoio explícito a Brizola para o governo do Rio de Janeiro. O apoio desaguou em uma ação explícita e com energia inesperada para alguém com 84 anos. Não à toa, esperando o apoio de Prestes, Brizola concedeu legenda a candidatos dos núcleos *prestistas* (REIS, 2014, p. 454).

A vitória, a campanha, posteriormente a campanha das “Diretas Já”, não foram suficientes para que Prestes retornasse à vida política como outrora. Mesmo a companhia de ex-camaradas não era para ele tão interessante. Em 1984, o PCB decidiu afastá-lo da convivência partidária. Prestes não era mais bem-vindo no partido que fez crescer, também não via condições para a fundação de um partido comunista alternativo. Embora no PDT existissem núcleos *prestistas* fortes, e que existem até hoje, e estes fizessem também em 1984, com sua participação, um Encontro Nacional em Porto Alegre, nada foi o suficiente para tornar possível a fundação de um partido que permitisse ao Capitão a realização de seu planejamento político (REIS, 2014, p. 461).

Estava ali, à margem, isolado, defendendo ainda, de forma considerada radical, posturas que eram tidas como “esquerdistas”, apoiadas muitas vezes pela esquerda de PT e PDT e denunciadas como radicais em excesso pelo seu antigo partido. Em 1989 participou das eleições apoiando no primeiro turno Leonel Brizola, elogiado como um homem portador de uma imensa “integridade moral” e no segundo turno apoiando um núcleo formado por PT e PDT, participando inclusive do comício final onde discursou defendendo a unidade de esquerda (REIS, 2014, p. 475).

Em 1990 viaja a Fortaleza, no Ceará, para passar momentos de calma devido a uma internação por anemia profunda e sinais de depressão posterior à derrota político-eleitoral de 1989. Hospedou-se na casa de praia de amigos. Apenas um militante do PDT sabia onde ele estava e levava para ele jornais diários. A anfitriã, Martine, de origem francesa, admirava sua postura humilde, pois “[...] esperava ver um gigante e era um homem pequenino” e se admirava pois “estava hospedando uma lenda, que, no entanto, comportava-se como um cidadão comum” (REIS, 2014, p. 477). A viagem pareceu revigorar-lhe, no entanto, ao chegar no Rio, sentiu-se mal

e foi hospitalizado no dia 28 de fevereiro de 1990. Em março havia entrado em coma e no dia 7 de março de 1990, às duas e meia da madrugada, deixava a vida.

A caminhada de Prestes nunca chegou ao fim. Seja na Coluna ou mesmo na vida, o Capitão foi um perseguidor da utopia e do sonho. Um lutador disciplinado que fez do caminho um eterno exemplo, mantendo-se radical aos noventa anos e cuja voz firme se mantinha, seja em reuniões de estudantes ou em entrevistas como ao programa Roda-Viva da TV Cultura. Tinha consigo a marca de um Capitão que mesmo idoso ainda era chamado de “esquerdista” por “equilibrados” membros de uma esquerda que paulatinamente se tornavam o avesso da revolucionária personalidade de Luiz Carlos Prestes.

A grande marcha do Capitão inovava com sua disciplina e rebeldia características por implementar no Brasil um caminho reconhecido de honra e firmeza programática que nunca lhe abandonou, para o mal e para o bem, e que lhe deu seu lugar característico na história. Esta caminhada teve início no Rio Grande do Sul, onde deu seus primeiros passos e de onde, do berço, cavalgou para inscrever seu nome na história.

2.1. O Berço Republicano do Capitão

Um rosto. Luiz Carlos Prestes foi anos a fio um rosto marcante e marcado na cultura política brasileira. Uma trajetória de inegável peso para a história da Primeira República e do país.

Este rosto, no entanto, que tanto representava, representava-se a partir de uma pessoa, uma trajetória individual que ganhou fama e constituiu-se a partir de uma série de relatos, discursos, imagens e construções impossíveis de serem produzidas sem a ação humana, cotidiana, do Capitão Luiz Carlos Prestes.

As muitas faces do Capitão nasceram de atos, palavras, epopeias, amores e disputas, que, assim como suas representações, conquistaram corações e mentes, e construíram rejeições e outras disputas em outros tantos corações e mentes.

Antes de percorrer milhares de quilômetros pelo país ao lado de, entre outros, Miguel Costa, Siqueira Campos, Juarez Távora, João Alberto e Lourenço Moreira Lima e antes de ser chamado de “Cavaleiro da Esperança”, Prestes viveu os altos e baixos de uma vida construída com muita luta por sua família de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, de uma situação favorável economicamente a uma vida dura que exigiu

de sua família inclusive a força de resistir ao olhar incriminador de uma sociedade conservadora (PRESTES, 2006, p. 10).

Líder de uma epopeia rebelde contra a Primeira República que fundamentou uma luta de representações que atravessou décadas, Prestes ironicamente era filho de um republicano positivista gaúcho com enorme prestígio no estado onde Júlio de Castilhos fundamentou sua trajetória e seu legado positivista republicano.

Luiz Carlos Prestes era filho de Maria Leocádia Felizardo Prestes e de Antônio Pereira Prestes (REIS, 2014, p. 8). Antônio, militar como seria o filho, teve trajetória menos gloriosa na Escola Militar do Rio Grande do Sul, com situações de franca rebeldia contra o comando da escola, saindo do estabelecimento sem licença, sendo repreendido e preso, obtendo por conta de suas atitudes uma licença para estudar no Rio de Janeiro, na “Escola Militar da Corte”, onde formou-se Alferes em 1889, sendo designado para servir na escola superior de guerra onde ampliou sua característica de “homem de cultura” (REIS, 2014, p. 8), estudando por um ano astronomia, geodésia, alemão, acústica e meteorologia, e onde engajou-se de forma firme no movimento republicano, tendo sido testemunha ocular da Abolição da Escravidão e foi participante ativo da Proclamação da República.

Antônio havia sido partícipe dos célebres “pactos de sangue” firmados entre jovens republicanos sob a liderança de Benjamin Constant por carta em apoio ao notório líder republicano (PRESTES, 2006, p. 9).

Maria Leocádia recebera excelente educação e forte formação católica. Era fluente em francês e conhecedora da boa literatura francesa e portuguesa, estudara piano, pintura, canto e declamação e assim como o marido era adepta da tomada de partido e de posição, voluntariosa, defendia com eloquência seus pontos de vista, com profundo interesse pela política, gosto que transmitiu aos filhos (PRESTES, 2006, p. 10).

Luiz Carlos nasceu, portanto, em uma família que lhe forneceu o germe de uma atitude firme na luta pelo que acreditava, do gosto pela ciência, pela leitura e pelo conhecimento científico e artístico. No mesmo dia de seu nascimento seu pai fora nomeado como secretário da Comissão de Engenharia Militar.

Em janeiro de 1899, seu pai Antônio recebeu um elogio do Presidente da República por seu bom desempenho em serviço e a nomeação para adjunto da primeira seção da direção geral de engenharia.

O trabalho de Antônio não parava de ser reconhecido e em 1900 recebeu novo elogio de seus superiores. Em março nasce sua filha Heloísa, registrada em Niterói, o que indica que a família residia então no Rio de Janeiro.

Em 1901 a família volta ao Rio Grande do Sul, quando Antônio foi designado para trabalhar em Alegrete, e sofre com o clima, tendo sua esposa Leocádia sido erroneamente diagnosticada com tuberculose, dado o quadro de gravidade da doença que a afetava e a obrigou a retornar a Porto Alegre deixando o marido só.

Antônio ficara só em um ambiente que causara horror à sua esposa, com um corpo de oficiais que tratavam soldados e praças com enorme brutalidade.

Este ambiente viu o patriarca da família Prestes sofrer o primeiro de vários derrames cerebrais, que o deixou hemiplégico e o fez assistir impotente ao furto de suas roupas e livros por colegas da companhia, em 1903.

Antônio retorna a Porto Alegre para tratamento, é considerado apto ao trabalho em março de 1904, volta a ter problemas de saúde em abril e em vinte e quatro do mesmo mês recebe uma ordem do ministro da Guerra para se recolher à Capital Federal com o fim de dispor de melhores condições de tratamento (REIS, 2014, p. 11).

O Capitão Antônio volta ao Rio de Janeiro para tratamento médico na mesma época em que a escola onde se formara foi fechada. Sua saúde piora de forma terrível, tendo Prestes declarado que de 1903 em diante sua saúde só piorava, ele mesmo tendo pouco a dizer sobre o pai. Leocádia em cartas à família em 1907 deixava claro que a saúde do marido continuava precária. Antônio veio a falecer em doze de janeiro de 1908, nove dias depois do aniversário de seu filho Luiz Carlos Prestes (REIS, 2014, p. 13).

Prestes recorda-se fortemente de sua chegada à Capital, onde chegou aos seis anos para residir na casa da avó paterna que ficava na rua Barão de Itapagipe, na Tijuca. Nesta casa se hospedaram o casal, três crianças e Amélia, empregada negra da família de Leocádia, a quem Prestes reconhecia como mãe.

O infante Luiz Carlos em seus primeiros seis anos de vida experimentou várias mudanças, viu o pai doente e a mãe indignar-se com injustiças ocorridas no seio do exército onde o pai trabalhava. Também vivenciou as divergências políticas entre Maria Leocádia e Antônio, que se chocavam em relação ao positivismo, contra o qual Leocádia se levantava, o repudiando por seu caráter materialista e pelo

oportunismo e hipocrisia que ela atribuía a seus chefes. Além disso, a mãe criticava as interdições alimentares, como a de comer carnes e ovos²⁹, que para ela foram a causa da morte de seu marido e de seu irmão (REIS, 2014, p. 10).

Prestes também viveu em uma família que participava intensamente do cotidiano da Primeira República, tendo seu pai mais que uma participação periférica na construção da República contra a qual seu filho se insurgiria a partir de 1922 (PRESTES, 2006, p.9).

As nomeações do pai, os elogios, o retorno ao Rio para tratamento, não se tratavam apenas de pequenos gestos que faziam caridade com um indivíduo sem importância na cadeia de comando (REIS, 2014, p. 10). Antônio Pereira Prestes podia não ser um prócer da Primeira República, mas era um republicano conhecido e respeitado o suficiente para receber um tratamento digno de sua importância na máquina do estado. Sua passagem pela Escola militar e sua relação com Benjamin Constant reforça os indícios de que não era apenas um engenheiro reconhecido por seu trabalho.

Um dos elementos que talvez explicassem essa proeminência, e também o fato de Luiz Carlos não ter se tornado positivista como o pai, pode ser identificado no profundo engajamento de Antônio na causa republicana e positivista, tendo ele mantido em sua casa uma célebre “biblioteca positivista”, apenas não tendo ingressado na igreja positivista por influência de sua esposa Leocádia (PRESTES, 2006, p. 9), fato que pesou profundamente para o jovem Luiz Carlos que aos dezoito anos converte-se ao catolicismo, mesma religião da mãe (PRESTES, 2006, p. 11).

A família logo mudou-se para Botafogo, para uma residência na esquina da rua Dezenove de Fevereiro com a rua General Polidoro, próximo ao Cemitério São João Batista, e, posteriormente, para outra residência não muito longe dali, na rua Conde de Irajá, onde o capitão Antônio Pereira Prestes veio a falecer em doze de janeiro de 1908.

Antônio viu com desgosto a República decantar, tornar-se fissurada em facções, com o afastamento dos militares da vida pública, remoendo amarguras no interior da caserna. Faleceu enquanto a República ruía paulatinamente e o Rio

29 A Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, da qual Antônio Prestes fazia parte, tinha entre os valores que defendia o não consumo de qualquer alimento de origem animal, especialmente a carne, evitando assim o sacrifício de “nossos companheiros animais”, nas palavras de Miguel Lemos(LEMOS, 1902).

Grande do Sul iniciava um a caminho e ascensão político-econômica no país a partir dos anos 1910 (LOVE, 2000, p.124-125)

Conflitos ocorriam à larga. Canudos anunciara que a República responderia “à metralha” às revoltas. A Revolta da Vacina agiu como um berro contra a invasão de um tipo de estado que através da vacina, para os revoltosos e elementos conservadores da sociedade, violava corpos e se organizava como uma representação abusiva de uma civilidade supostamente científica e se constituía oprimindo pobres, silenciando o humano em nome da construção de uma cidade linda, mas sem seu povo (REIS, 2014, p. 12). O Contestado veio reforçar uma percepção de República onde qualquer resistência à marcha de transformação que incluísse pobres e pretos seria tratada com violência.

Os ideais republicanos na prática desvaneciam qualquer percepção de avanço e progresso, derretendo, enquanto o avanço das razões de estado incorporava negociatas, como as que acusavam as demolições de cortiços para a construção da nova cidade do Rio de Janeiro de atender a interesses não republicanos de pessoas como Carlos Sampaio, Prefeito do Rio em 1920, e Vieira Souto, que atuaram juntos antes no arrasamento do morro do Senado (CHALHOUB, 2011, p. 55).

As classes pobres eram agora “classes perigosas” e ofereciam não apenas o perigo relacionado ao crime ou à rebelião, também eram vistos “cientificamente” como classes que ofereciam o perigo do “contágio”, ou seja, eram não apenas vítimas da febre amarela e outras doenças presentes na Capital, mas também participantes do contágio, como se fossem sócios dos mosquitos e vírus na infecção dos demais moradores da cidade não acometidos da doença da pobreza (CHALHOUB, 2011, p.29)

A Revolta da Chibata em 1910 expôs velhas feridas marcadas a chicote nas peles negras de marinheiros e na tênue película de modernidade com a qual se cobria a República. Os marinheiros negros se levantavam contra a permanência de sua condição de oprimidos na República que lhes prometeu liberdade e igualdade. República esta que, se os libertou da escravidão, não os permitiu alterar seu lugar na estrutura social (CHALHOUB, 2001, p.88). A modernidade que tratava pobres como “classes perigosas” deixava claro que a criminalização da pobreza e a forte estratificação social seria mantida com base em forte repressão aos miseráveis

(CHALHOUB, 2001, p.76). A questão social era vista não como objeto de exame pelo estado, mas como alvo da filantropia (COHN, 2000, p.387).

No mesmo ano a morte do pai, Prestes é estimulado por Maria Leocádia a prestar exame para o colégio Militar, gratuito e bom lugar de estudo para os órfãos de oficiais e que permitia às famílias sonhar com uma carreira estável e segura para seus filhos. No primeiro exame, ainda carente de melhor preparação, Luiz Carlos falhou, necessitando cursar uma escola pública, com o fim de melhor se preparar para o concurso no ano seguinte.

Na escola o então menino franzino sofreu com o rude tratamento recebido dos colegas, que o tratavam de forma violenta, levando-o a reagir a dentadas, sendo punido por isto pela professora. Jurando não voltar mais à escola pela injustiça sofrida, o menino Luiz preparou-se contando com a forte presença da mãe, que tomou para si a tarefa de fornecer ao jovem tudo o que ele precisava para conseguir sucesso no concurso vindouro.

Em 1911, Prestes finalmente passa no concurso para o Colégio Militar, iniciando uma carreira militar que foi relativamente curta (PRESTES, 2006, p. 12). Seu nome, no entanto, não foi publicado na lista final, pois o privilégio a filhos de oficiais da ativa excluindo outros, por vezes melhores colocados, era normalizado. Leocádia viu-se obrigada a buscar corrigir a injustiça a partir da interferência do General Bento Ribeiro, amigo íntimo do Capitão Antônio e nomeado pelo Marechal Hermes prefeito do Rio de Janeiro, que retificou a lista, matriculando Prestes e outros órfãos que sofreram a mesma injustiça (REIS, 2014, p. 15).

Prestes iniciava assim seu caminho na corporação que voltava a figurar como participante ativo da vida política nacional, desde o ano anterior, quando da eleição do Marechal Hermes da Fonseca como Presidente da República em pleito onde concorreu contra Rui Barbosa (FAUSTO, 2006, p. 405).

No colégio, Prestes enfrentou dificuldades, mas também obteve uma sólida formação e construiu uma amizade para toda a vida com o também aluno, e futuro Marechal, Henrique Lott. Este, avisado por um amigo de seu pai, o Capitão Sampaio, ajudou o franzino calouro a aclimatar-se no Colégio, oferecendo proteção, conforto e estímulo nas adversidades.

Na vida, Prestes defrontou-se com censura aberta e velada à sua mãe, Maria Leocádia por unir-se a Eugênio Agostini. Durante o período em que durou o

relacionamento, deu a luz à sua irmã Lígia em agosto de 1911. Leocádia enfrentava o duplo tabu em torno da condição de mulher e viúva na época de seu segundo casamento: em que a mulher só poderia casar para procriar e o que determinava às viúvas uma vida de celibato cuja trajetória de interdição do desejo só finalizava com a morte (REIS, 2014, p. 16).

Lígia, filha de Eugênio, jamais teve a paternidade admitida por Prestes e sua família. Ela e sua irmã Lúcia, foram sempre tratadas como filhas de Antônio Prestes, embora tivessem nascido, respectivamente cinco e três anos depois da morte do patriarca Antônio. A paternidade de Lúcia e de Lígia, nascidas depois da morte do Capitão Antônio, mas sendo identificadas como filhas do patriarca, é parte do manto de interdição que se ergueu sobre a vida íntima da família e muitas vezes nunca confrontados por seus biógrafos (REIS, 2014, p. 16).

O tabu enfrentado por sua mãe teve reflexo no cotidiano da família, com as visitas escasseando e as relações com os parentes deteriorando a ponto da família nunca mais ter pensado em voltar a Porto Alegre. Estes fatores pesaram na construção pela família de um pesado manto de silêncio, discrição e mistério.

Em 1914, o estouro da Primeira Guerra Mundial estimula acalorados debates no interior da Escola Militar. Além da tomada de partido, ocorriam debates em torno das manobras e do teatro de guerra.

Em 1916, ainda no contexto do conflito, Prestes conclui o curso no Colégio Militar com a condição honrosa de ter sido o único no último ano a obter nota dez em todas as disciplinas. Obteve assim um lugar no memorial do Colégio, até que sua condição futura de rebelde e comunista fizesse a administração recortar o quadro retirando seu nome da posição de melhor entre cinquenta e quatro alunos da turma, quadro em que, hoje, aparecem apenas cinquenta e três (REIS, 2014, p. 19).

Prestes e a família levavam uma vida modesta, Maria Leocádia dava aulas na rede pública de ensino complementar noturno, para adultos, complementando a pensão que recebia pela morte do marido.

Luiz Carlos entra na Escola de Formação de Oficiais, em Realengo, no Rio de Janeiro, também conhecida como Escola de Realengo, e inicia uma trajetória similar à que viveu no Colégio Militar, onde com muita dedicação superava obstáculos que iam desde sua compleição física e do assédio e trotes sofridos por conta dela, até a formação insuficiente que recebera no Colégio.

A Escola de Realengo tinha um perfil mais “profissionalizante” em relação à politizada e “cidadã” Escola da Praia Vermelha onde os debates em torno da Revolução Russa de 1917 e das greves gerais de 1917 e 1918 em São Paulo e Rio de Janeiro eram comuns. Já em Realengo, Prestes recorda de nunca ter sequer ouvido falar em tais acontecimentos, exceto pelas providências tomadas pelo comando da escola na defesa da própria escola e da fábrica de cartuchos vizinha da mesma.

Os cadetes reagiam de forma negativa àquelas agitações, formados que eram para combater a “desordem”, inclusive debatendo a possibilidade de formar um esquadrão de cavalaria para “meter a espada nos operários em Bangu”(REIS, 2014, p. 24).

A trajetória de Prestes na Escola era de dedicação intensa aos estudos e a partir de 1919 à família. Seu soldo ajudava de forma importante na manutenção da casa e neste ano, como aspirante a oficial, ele deixava de ser aluno interno e voltava a viver com a família. Dedicava-se também à leitura de jornais e ao acompanhamento dos assuntos gerais. Prestes lia junto com a mãe o **Correio da Manhã** e não ficava alheio à efervescência política da época.

Luiz se forma em trinta de dezembro de 1919 como engenheiro militar, assim como o pai, com uma das três melhores médias finais da escola, só comparável à de outros dois colegas que também teriam seus nomes marcados na história do Brasil: Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Permanecendo adido à Escola de Realengo, Prestes foi promovido na mesma data de sua formatura à segundo-tenente da Arma de Engenharia. Sua colação de grau ocorreu no mês seguinte, em 1920, quando Prestes recebe o título de Bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar (REIS, 2014, p. 27).

Formado em primeiro lugar, tinha direito a escolher onde desejava servir o Exército e, por preferir ficar ao lado da família dando suporte a sua mãe e irmãs, Prestes escolheu ficar no Rio de Janeiro. Foi designado para a primeira Companhia Ferroviária, em Deodoro, bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro onde estão localizados diversos quartéis do Exército.

O Segundo-Tenente organizou escolas para a alfabetização de Cabos e Sargentos na Companhia, com o fim de melhorar a formação da tropa. Na Companhia também viu repetirem-se os maus-tratos que o oficialato, inclusive do

corpo médico, dedicava aos subalternos, tendo ocorrido caso de óbito com a ingestão de óleo de rícino, prática cotidiana naquela unidade. Em 1921, Prestes foi promovido a Primeiro-Tenente e em outubro do mesmo ano assumiu o comando da Seção de Engenharia da Escola Militar.

Iniciava-se neste mesmo ano um confronto contra a candidatura Arthur Bernardes já no interior do Partido Republicano, com Borges de Medeiros denunciando esta candidatura como um reforço à política de valorização do café e dos estímulos às economias dos estados do sudeste, quando o Brasil necessitaria de finanças equilibradas (FAUSTO, 2006, p. 408). As eleições de 1922 antecipavam-se agitadas.

Enfrentando enormes dificuldades para fornecer formação de qualidade a seus alunos, com problemas desde a falta de material para aulas práticas até livros condizentes com a formação exigida, Prestes pede demissão da Escola, sendo demovido da primeira solicitação pelos alunos que muito o queriam bem, entre eles Edmundo de Macedo Soares, que viria a ser Ministro da Justiça de Getúlio Vargas e Castello Branco, que viria a ser o primeiro Presidente da República durante a ditadura que se iniciou em 1964. Prestes volta atrás, mas retoma a solicitação no ano seguinte, desta vez de forma inequívoca, e é demitido em vinte e dois de fevereiro de 1922, sendo novamente designado para a Primeira Companhia Ferroviária de Deodoro. É em Deodoro que Prestes toma contato inicial com a parte prática das conspirações contra Arthur Bernardes.

Se ainda em 1921 Prestes participou de reuniões no Clube Militar, tendo sido contrário à manobras práticas de rebelião, em 1922 a postura foi diferente (REIS, 2014, p. 33). O episódio das “cartas falsas”³⁰ de Arthur Bernardes inflamou a já crescente intervenção dos militares no problema sucessório, e o incêndio não foi debelado quando Bernardes triunfou nas eleições de março de 1922 (FAUSTO, 2006, p. 409).

Participante ativo da rebelião, Prestes abraçou a tarefa de organizar a dissidência na Primeira Companhia Ferroviária de Deodoro. E ele a tinha fechada nas missões de cortar as comunicações entre a Vila Militar e o centro da cidade e

30 O episódio trata de cartas atribuídas a Artur Bernardes e dirigidas a Raul Soares, Ministro da Marinha, que as teria perdido, e publicadas no Correio da Manhã em 9 e 13 de outubro de 1924. Nas tais cartas o candidato a presidente, posteriormente eleito, entre outras coisas fala da dissolução do exército “pois a defesa da nação não pode estar confiada a canalhas”(REIS, 2014, p. 33). Bernardes jamais reconheceu a autoria das epístolas.

ocupar os paióis de munições. A Vila Militar estava designada a ser alvo das ações por parte do futuro General Costa e Silva, assim como o Forte de Copacabana seria levantado por Siqueira Campos e Euclides Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca.

O desenrolar da rebelião, no entanto não teve o sucesso planejado. Prestes caiu doente, acometido de uma febre posteriormente diagnosticada como paratifo. Na Vila Militar a prometida rebelião permaneceu no âmbito do planejamento, sem execução alguma, com um eloquente silêncio como resposta aos tiros de canhão combinados, disparados no Forte de Copacabana. Sem seu comandante a Companhia Ferroviária nada fez, restando à rebelião basicamente a ação ocorrida no forte de Copacabana (REIS, 2014, p. 35).

A montanha pariu um rato³¹, mas um rato possuidor de uma dramaticidade que deixaria um legado: Os 18 do Forte marcharam marcando seu nome nas páginas da historiografia e gerando um legado que dois anos mais tarde eclodiria na epopeia da Coluna Prestes.

O *Tenentismo* deixou uma influência persistente na vida política brasileira, sendo visto por vastas camadas populacionais como depositário de esperanças de transformação nas estruturas vigentes (FAUSTO, 2006, p. 409).

Como resultado da participação na rebelião, Prestes seria transferido para o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, a quase quinhentos quilômetros da capital Porto Alegre e localizada no noroeste do Estado, fronteira com a Argentina. Em Santo Ângelo que Prestes faria seus movimentos de recuperação das tropas, de democratização do acesso ao rancho, gerando uma proverbial e duradoura relação de fidelidade entre o comandante e seus comandados. Na “geladeira” e no “Quadro suplementar”, embora reconhecidas suas capacidades técnicas, Prestes iniciava, apesar do isolamento que lhe foi tentado impor, a trajetória rebelde que o tornaria famoso e legaria a seu nome o epíteto de “Cavaleiro da Esperança”, conquistando primeiro a tropa que lhe foi designada, e em seguida ampliando as costuras e conspirações que desaguaram nas marchas e combates da Coluna Prestes a partir do primeiro núcleo de conspiradores da região das missões (REIS, 2014, p. 38 – 39).

31 Referência a uma frase de Horácio, e também presente na obra de Esopo, que se refere a situações cujas expectativas não são confirmadas pelo resultado final, e no original é *parturient montes, nascetur mus*, o que em tradução livre significa “A montanha pariu um rato”. É de uso comum em vários artigos e textos acadêmicos e políticos (MORÃO, 2018).

É a partir da chegada de Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo e de sua trajetória como líder da chamada Coluna Prestes que se inicia aqui a análise de suas representações pelo jornal **A Federação**.

Essas, no entanto, foram analisadas tanto sob o ponto de vista da própria interlocução do jornal com as lutas de representação ocorridas a partir das caminhadas e lutas pelas quais Prestes construiu sua participação na história do Brasil como por suas características específicas. Ou seja, pela forma como o jornal reproduz técnicas de representações dirigidas a Prestes e como estas remetem à outras, produzidas anos antes. Além disso, foi preciso analisar as transformações nas operações simbólicas relativas à produção de representações.

É fundamental aqui explicitar como o jornal usou as práticas de diagramação e o texto jornalístico para gerar um *modus operandi*, cuja narrativa de construção de uma imagem de Prestes percorria os caminhos da produção escrita e da linha editorial e política do PRR.

Também é especialmente importante entendermos aqui que, em nossa percepção, o *Tenentismo* tem menos o caráter de movimento de massas contido na defesa de Anita Prestes do que um movimento das classes médias urbanas e setores da oligarquia descontentes, e cuja trajetória desencadeou uma série de rebeliões que podem ser compreendidas como um movimento com assinatura e sentido claro que percorre boa parte dos anos 1920 e se fazem presentes de, pelo menos, 1922 até a Revolução de 1930.

Seu impacto na vida política nacional e seu avanço no imaginário popular como elemento de formação de esperanças de transformação não foram pequenos, porém estes fatores não se desenvolveram para torná-lo um movimento de massas.

O legado deixado pelo *Tenentismo* ao movimento de massas se deu muito mais na produção de uma organização hierarquizada de movimentos, sindicatos e partidos que paulatinamente foram abandonando as organizações horizontalizadas e abraçando as influências do movimento *Tenentista* (FAUSTO, 2006, p.410).

A própria formação intelectual e militar da geração dos “*Tenentes*”, feita na Escola de Realengo e não na Praia Vermelha, reduziu a formação positivista dos oficiais e ampliou a formação técnica e profissionalizante. Esta característica, paradoxalmente, formou militares mais atentos ao cotidiano, mais coesos enquanto grupo e com uma perspectiva menos afeita às abstrações e mais voltadas à

percepção de si como servidores da sociedade, o que justifica sua maior participação no dia a dia político do país (FAUSTO, 2006, p. 410 – 411).

O movimento que foi paulatinamente ampliando sua influência a ponto de conquistar uma maioria de apoio na própria oligarquia e nas classes médias urbanas à revelia da penetração nas massas do apoio às lutas empreendidas pelos grupos envolvidos na disputa, chegando a participar em peso do Governo Vargas pós-Revolução de 1930.

“*Tenentes*” e “*Jovens Turcos*” representavam uma dualidade na defesa de participação do Exército na vida pública do país. Os “*Tenentes*” com uma visão pragmática e intervencionista. Os “*Jovens Turcos*” com uma percepção de não intervenção ou ativismo diretamente político. Adquirida com a experiência da missão de envio de jovens oficiais para Alemanha de 1906 a 1910, cujo fim era transformar o Exército em um corpo moderno, tendo-os inserido no treinamento do Exército Alemão como se oficiais alemães fossem, a linha política dos “*Jovens Turcos*” era a defesa de um ativismo político que exercesse influência na sociedade, sem participação direta, mas compartilhavam com os “*Tenentes*” do desejo de modernização do país, defendendo que cabia à corporação militar o dever de “construir a nação” (PRESTES, 1989, p. 76).

A própria resistência dos “*Jovens Turcos*” com relação ao ideário promovido pelos “*Tenentes*” era um sinal de cisão entre as camadas médias e na própria burguesia nacional (PRESTES, 1989, p. 76;87). Se os “*Jovens Turcos*” defendiam a não participação dos militares na política, embora defendessem profundas reformas nas Forças Armadas e no país, os “tenentes” reproduziam a ideologia da intervenção no cotidiano político brasileiro que sustentava a própria existência do Exército enquanto corpo desde a Proclamação da República e que já existia nos debates promovidos pela força desde a Guerra do Paraguai (FORJAZ, 2016).

A fundação, por parte dos “*Jovens Turcos*”, da revista **Defesa Nacional** auxiliou os esforços do Marechal Hermes da Fonseca em modernizar o Exército com a difusão do aprendizado adquirido, na missão que enviou estes jovens à Alemanha com fins de treinamento, através de um perfil editorial técnico, com a tradução de regulamentos do exército alemão, técnicas de treinamento, práticas e costumes (FAUSTO, 2016, p.215).

Esse movimento modernizador ganhou fôlego com a “*Missão Francesa*” que em 1920 levou oficiais à França para ampliar o aprendizado de novas técnicas de treinamento e combate, aperfeiçoamento de oficiais, tornando o ensino militar mais técnico, com a criação de escolas específicas para cada especialidade militar. O intuito dessa missão se relaciona com a impossibilidade de dar curso ao impulso renovador a partir da perspectiva germânica depois da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial (FAUSTO, 2016, p.216).

Os “*Tenentes*” no entanto iam além da perspectiva modernizadora, embora acabassem por utilizar parte dessa perspectiva em suas ações, pois desenvolviam uma continuidade da ideia de “soldado cidadão” que teve curso em primeiro momento durante a “Questão Militar” e que consistia na identificação do dever militar o intervir na política. Isso refletia uma afirmação militar em contrariedade ao papel marginalizado que a corporação ainda tinha para a sociedade civil. Esta tomava o soldado como um cidadão de segunda classe, e o praça deveria deixar de sê-lo. Para tal era fundamental assumir uma cidadania plena sem deixar de ser militar. Já para Benjamin Constant, o soldado era um cidadão armado que tinha um papel como cooperador do progresso (FAUSTO, 2016, p.229). A perspectiva do soldado cidadão é retomada pelos “*Tenentes*”, no entanto, já sem a base positivista, e se sustenta pela origem do soldado a partir do seio do povo, e não da elite política e na necessária intervenção deste a partir das conveniências que lhe dispunha a constituição republicana, que deixava a cargo dos militares a compreensão das ações políticas intervencionistas “dentro da lei” no que tange à desobediência às autoridades governamentais. Para os “*Tenentes*” a intervenção era um valor intrínseco à compreensão do soldado cidadão como um ator que tinha uma perspectiva sociológica de ação política, mesmo mantendo a farda e estando sujeito à hierarquia militar (FAUSTO, 2016, p.230).

A participação dos “de baixo” nas revoltas ocorridas desde 1922 é discutível, não só pela dificuldade de análise de fontes que contenham informações que dediquem indícios necessários para um quadro verossímil do real a partir do cenário, mas também pelo caráter de pouco envolvimento das massas nos eventos ocorridos (PRESTES, 1989, p. 101). No entanto, é possível identificar entre as lideranças *Tenentistas* uma origem prioritariamente considerada de famílias pobres, tendo em vista que Juarez Távora, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos e João Alberto, e até

Luiz Carlos Prestes, vinham de famílias que não eram de origem nobre (embora a família Prestes não fosse exatamente de origem humilde como vimos). Os Távora inclusive confessaram que a entrada no exército foi a forma com que identificaram a possibilidade de permanecer estudando (FAUSTO, 2016, p.203).

A descrição da população por Lourenço de Moreira Lima denota uma distância enorme entre o movimento e a população, com o tratamento de “matutos” ou menções à distância entre a fala dos rebeldes e do povo e até zombaria do relator da Coluna sobre os hábitos dos “pretos” de beijar a mão de padres, como o ocorrido entre pessoas humildes pretas encontradas pela Coluna em Goiás e o “Padre” Manoel de Macedo (LIMA, 1945, p. 194 – 195).

Esta prática povoou os relatos a respeito de Prestes e da Coluna, criando uma representação onde a mesma “nunca foi derrotada” e de seu caráter “de massas” ignorando características da própria Coluna, seu distanciamento do povo, erros assumidos pelo próprio Prestes e questionamentos a respeito dos danos materiais causados pela marcha (REIS, 2017, p. 75 – 76).

Aqui, como no filme de John Ford, entre o fato e a lenda, imprimiu-se a lenda³².

No mundo dos jornais, havia no período da Coluna Prestes uma enorme batalha de desinformação e censura que provocava o isolamento da Coluna, rompida raramente, muitas vezes com apenas o jornal impresso pela própria Coluna, **O Libertador**, como ferramenta (REIS, 2014, p.55).

Do início da grande marcha das tropas lideradas por Prestes em vinte e oito de outubro de 1924 até a desmobilização da Coluna em três de fevereiro de 1927, a lenda se estabeleceu através de uma luta de representações que envolveu a imprensa apoiadora e a oposição.

Uma lenda que causou uma mudança na própria representação de Prestes por jornais que antes lhe eram contrários, como **A Federação**.

Se durante o período em que a marcha atravessava o país a desinformação e a censura imperavam, depois do término da coluna sem sua rendição, o debate se transformava nas fissuras do próprio regime. Desde três de janeiro de 1927, com o

32 Referência ao diálogo existente no filme “O Homem que Matou o Facinora” (The Man who shot Liberty Valance, 1961), de John Ford, quando o editor do **Shinbone Star** sorri após a revelação por parte do Senador Ransom Stoddard (James Stewart) de que fez toda a sua carreira política em cima de uma frase e diz: “Quando a lenda se torna realidade, publica-se a lenda”(CASTRO, 2009).

fim da censura, a imprensa oposicionista já tratava da mitificação de Luiz Carlos Prestes (REIS, 2014, p. 111).

Já a primeira entrevista concedida em vinte e cinco de fevereiro de 1927 a Rafael Correia de Oliveira d’**O Jornal**, já no exílio em La Gaíba, publicada em três partes a partir de dez de março do mesmo ano, desenhava um Luiz Carlos Prestes incapaz de ser percebido como o facínora que a imprensa governista representava (REIS, 2014, p. 109).

Iniciava-se assim, aos 29 anos, a trajetória de uma representação que deixava de lado o Capitão disciplinado, melhor aluno da Escola de Realengo e se iniciava a trajetória do “Cavaleiro da Esperança”.

O mapeamento desta representação mitificadora de Prestes tem seu espaço e tempo específico, em tarefas a serem levadas a cabo em outras análises e pesquisas. Coube a esta investigação estabelecer como se deu e os parâmetros da produção das representações de Prestes nas páginas d’**A Federação** e como esse contexto e esta conjuntura influenciaram nestas representações.

Mais ainda, buscamos estabelecer quais as técnicas de representação envolvidas na produção de um Luiz Carlos Prestes que inicia nas páginas do jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense uma figuração como personagem secundário de uma batalha de significação onde o grande inimigo era em primeiro lugar Assis Brasil, e em segundo e terceiro lugares Zeca Neto e Honório Lemes, e posteriormente chega a ter, nas páginas onde outrora era apenas um vil rebelde representante da barbárie, o epíteto de “Napoleão Brasileiro”.

O caminho pelo qual o Farol do positivismo gaúcho iluminava o oceano do legado de Júlio de Castilhos, para atrair todos os barcos para seu cais designando a seus opositores o caminho da representação da barbárie, e em seguida passa a declinar da narrativa que seu faixo de luz inicialmente demonstrava é o que buscamos analisar, definindo os passos pelos quais o jornal abraçou sua narrativa e a transformou para adequar-se a um processo de cisão da Primeira República onde o próprio endosso dos Republicanos Gaúchos à República de 1899 se transformaria em forte oposição e os antigos inimigos se transformariam em firmes aliados.

Ao contrário das representações dos opositores envolvidos na Revolta de 1923 como bandoleiros, desta vez a própria **A Federação** transformaria seu relato no decorrer do período.

Saindo das mesmas técnicas que obrigaram à oposição, Republicano Democrata e Federalista, a publicar o **Álbum dos Bandoleiros**³³ (FORNO, 2015), como ferramenta de disputa narrativa, na direção de uma adequação do discurso à nova conjuntura.

Se essa síntese biográfica é uma narrativa possível, um encadeamento da representação de Prestes promovida pelo seu biógrafo, Daniel Aarão Reis no caso, um processo de produção de significantes presentes na existência, na circulação e no funcionamento de determinados discursos em uma sociedade (CHARTIER, 2014, p.27), as representações por **A Federação** são uma prática discursiva autoral que não busca criar nesta representação um paradigma de isenção ou de construção de uma “verdade” com base em prova.

E é seguindo essa trajetória de produção de representações que buscamos investigar os mecanismos que a envolvem a partir do texto, da organização da narrativa em torno de Prestes e Assis Brasil, cuja produção gera uma história onde existem protagonistas, antagonistas e valoração moral às práticas de cada personagem.

Estabelecendo como se deu a produção do discurso autoral, utilitário de técnicas similares às da ficção aliadas às técnicas de disposição do discurso no corpo do jornal, posicionando-o com utilização de ferramentas de diagramação que ressaltam o eixo narrativo alinhado à linha editorial, que buscamos estabelecer um debate que vai de Prestes como catafalco de Assis Brasil até sua posição como “Napoleão Brasileiro” e um general “maior que o país” (A FEDERAÇÃO, 23 junho de 1928, p.9).

2.2. Um catafalco de Assis Brasil

Para discutir as formas de representação de Prestes podemos iniciar um estabelecimento do próprio processo de produção desta representação, descrevendo-o e discutindo as variedades teóricas envolvidas nessa investigação.

33 O **Álbum dos Bandoleiros** (1924) foi um álbum fotográfico impresso, organizado e publicado pela revista ilustrada Kodak em homenagem às oposições político-partidárias ao PRR na guerra civil de 1923 no estado do Rio Grande do Sul, Brasil (FORNO, 2015).

Para que o leitor tenha com o autor uma cumplicidade no percorrer das linhas que descrevem o objeto e sua investigação, optamos por estabelecer desde o princípio os parâmetros teóricos pelos quais as representações sobre Prestes por **A Federação** serão abordadas.

Como se trata da análise da produção de representações por um meio escrito entendemos que a categoria conforme proposta por Chartier, que entende representação como “[...] instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, 2002, p.21). Também a entende como parte de um processo que envolve disputas a seu respeito e uma assinatura relativa à posição social de quem a produz, ou seja, a representação não é neutra e atende a demandas culturais, percepções de classe e interesses objetivos (CHARTIER, 2002,p.17).

Porém, essa forma de analisar as representações não contempla totalmente o fenômeno específico ocorrido nas representações de Prestes por **A Federação**, não por insuficiência da categoria, mas por características do fenômeno.

O ato da produção de representações por **A Federação** estabelece um diálogo onde dois personagens têm a mesma relação entre si que possuía um catafalco e o rei em funerais. O manequim que representava o rei no funeral, evitando que sua imagem fosse vista como morta ou em decomposição, assumia características miméticas “exprimia de forma palpável a teoria jurídica do duplo corpo do rei” (GINZBURG, 2001, p.86). Esta percepção das representações se dá se o fenômeno for observado a partir de uma abordagem em que a variação de escala permite a identificação e o recolhimento de indícios que identifica por uma percepção minuciosa, microscópica até, uma percepção possível do real, driblando sua opacidade, tornando-o passível de ser compreendido como verossímil (GINZBURG, 1989, p.170).

Um fenômeno com duas formas de se estabelecer diante do analista poderia criar um caminho bifurcado, impeditivo de ser analisado, porém nos parece claro que exista uma relação simbiótica entre as técnicas de representação envolvidas.

De um lado as representações atuam conforme uma produção autoral do jornal, com inclusive uso de técnicas de produção narrativa que dialoga com a

produção ficcional (CHARTIER, 2017, p.29), e obedecendo ao viés de representar um discurso e um objetivo consciente (CHARTIER, 2002,p.17).

Por outro a produção de representações cria em torno de homens vivos, lideranças políticas, uma relação de duplo corpo, de simbiose simbólica, onde Assis Brasil e Prestes são a mesma pessoa, o mesmo ente, ao mesmo tempo que significam uma continuidade de valores que perpassam as duas identidades mesmo quando em dado momento deixam de ser a mesma identidade (GINZBURG, 2001, p.93).

Este fenômeno também faz de Prestes uma representação de Assis Brasil, enquanto se apropria desta relação entre representações para uma prática que faz do representado um novo corpo, possuidor de valores próprios e significados idem, transformando-se de catafalco em corpo independente de produção de símbolos a partir das transformações da conjuntura (GINZBURG, 2001, p.100).

E quem foi Assis Brasil para que fosse em torno dele construída uma completa organização de operações simbólicas envolvendo outros atores que com ele agiam como um duplo corpo de uma entidade maior do que o próprio representado?

Advogado, Assis Brasil nasceu em São Gabriel em vinte e nove de junho de 1857, e foi, até sua morte, em 1938, uma das principais lideranças da oposição ao regime *Castilhista* no Rio Grande do Sul.

Morreu em Pedras Altas, onde assinou o tratado de paz entre governo e rebeldes envolvidos na revolução de 1923³⁴ e onde foi escrito um dos últimos capítulos das rusgas frutificadas pela ruptura entre o caudilho e seus colegas da Faculdade de Direito de São Paulo, iniciada por sua ruptura em 1891 com Castilhos e o PRR, com quem militou na construção do Partido Republicano, e não só em terras gaúchas, desde sua chegada no curso de direito em São Paulo.

Um dos principais críticos de Júlio de Castilhos e à sua perspectiva do positivismo e do ideário político republicano, Assis Brasil se juntou no plano nacional a Rui Barbosa e Sílvio Romero e no estadual a Gaspar Silveira Martins, na crítica à forma como Júlio de Castilhos dobrou o positivismo e a ideia de república a sua vontade (RODRIGUEZ, 2007,p.77).

34 Pacto de paz assinado em 14 de dezembro de 1923 e que pôs fim à revolução de 1923 após 11 meses de luta (MOREIRA,2010).

Atuante como um dos principais teóricos do Partido Republicano, não só do Rio Grande do Sul, no século XIX, teoricamente próximo ao liberalismo de Locke (ANTONIOELLI, 2017, p.21), Assis Brasil foi também um ator fundamental na oposição política prática ao PRR e à linha *Castilhist*. Especialmente como defensor do parlamentarismo como forma de governo, era um forte adversário do regime *Castilhist*, inclusive da Constituição de quatorze de julho de 1891. Discordava da defesa pelos partidários de Castilhos, do autoritarismo do governo e da carta serem reflexo de uma contingência relacionada à difícil situação do Rio Grande do Sul.(RODRIGUEZ, 2007, p.79).

Cunhado de Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil foi parte da vida da grande figura pública do *Castilhismo* desde o colégio Gomes, da rua Duque de Caxias em Porto Alegre, onde compartilhou as aulas do professor Fernando Ferreira Gomes com Júlio de Castilhos, Joaquim Pereira da Costa, Alcides Lima, Álvaro Batista, Barros Cassal entre outros que posteriormente seriam parte do grupo republicano que fundou o Partido Republicano Rio-Grandense. Neste colégio, Assis Brasil dizia que lhe caiu a segunda fagulha republicana a partir da leitura do jornal **Democracia**, órgão oficial do partido republicano da época que era publicado desde 1872, mas que Assis Brasil chamava da “**Democracia** do Chico Cunha” (SANTO, 2005,p.21).

Assis Brasil continuou sendo parceiro de Júlio de Castilhos, sendo com ele partícipe do mesmo grupo, o *Club Republicano Academico*, onde propagavam desde 1876 os ideais republicanos através do jornal **A República**, tendo a seu lado outros estudantes gaúchos como Argimiro Galvão, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Alcides Lima (ANTONIOELLI, 2017, p.31). Em 1878 matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo, onde Júlio de Castilhos já estava, tendo se matriculado em 1877. Em 1879 fundou, junto ao cunhado e companheiros republicanos, o periódico **A Evolução**, no qual Castilhos escreve o artigo inaugural, dando prosseguimento ao jornalista cujo *debut* se deu aos quinze anos com um artigo publicado na revista mensal **Aurora**, publicação do Grêmio dos estudantes, a *Fraternidade escolástica*, do colégio Gomes (SANTO, 2005,p.22). Em 1882, Assis Brasil escreve junto com Alcides Lima, os livros publicados naquele ano referentes aos quarenta e sete anos da Revolução Farroupilha. Os livros foram parte de festividades que ocorreram durante o ano em louvor aos Farrapos. Uma das festas ocorreu em São Paulo, na

qual Assis Brasil se juntou a Alcides Lima, Álvaro Chaves, José Gomes Pinheiro Machado, Machado da Silveira e Pedro Lessa como oradores em uma comemoração com “uma parte litteraria e outra musical” da “imortal revolução do Rio Grande do Sul” (ANTONIOLLI, 2017, p.45).

Essa relação permaneceu forte, a ponto de Castilhos confidenciar dificuldades financeiras e pessoais para permanecer em Porto Alegre depois de formado (MARTINY, 2018, p. 98).

Os laços de sangue e de amizade não impediram, no entanto, que entre os dois republicanos nascesse uma cizânia que os colocaria de lados opostos da política do Rio Grande do Sul desde o início da república.

Os sinais de rompimento se dão quando Castilhos e Assis Brasil divergem quando da votação no Congresso dos novos Presidente e Vice-Presidente da República após a promulgação da Constituição de fevereiro de 1891. Castilhos e a bancada do Rio Grande do Sul votam em Deodoro da Fonseca, entendendo como meio de estreitar suas relações com o exército. Assis Brasil vota em Prudente de Moraes, candidato civil, com perfil tido como negociador e em quem Joaquim Francisco via qualificações que não enxergava em Deodoro, cujo perfil lhe parecia distante das qualidades necessárias a um homem de governo. Este foi um dos primeiros grandes dissensos entre ele e seus companheiros de propaganda republicana e que o levaram à renúncia a seu cargo na Câmara, entendendo-se incompatibilizado com os demais colegas de partido, retornando assim ao Rio Grande do Sul (PASSOS, 2006, p.19).

O rompimento definitivo ocorreria após a promulgação da Constituição do Rio Grande do Sul, em que Castilhos esforçou-se para instituir o espírito de sua interpretação do positivismo que legitimava uma percepção autocrática do Estado e um perfil autoritário que foi um particular instrumento que fez do Rio Grande do Sul um palco privilegiado de cizânias e guerras civis. Reforçando sua estima ao cunhado, Joaquim Francisco lança um manifesto onde reafirma e torna pública sua divergência com Castilhos a respeito de Deodoro, deixando explícita sua opinião a respeito do presidente como alguém pouco qualificado para o cargo, indicando que já havia discutido isso com o líder do PRR e comparando o pacto entre o partido e o

Marechal o pacto entre Fausto e Mefistófeles³⁵, que em princípio lhe deu força, poder, mas cujo preço traria resultados trágicos (PASSOS, 2006, p.20).

A participação de Assis Brasil na deposição de Júlio de Castilhos por apoiar o Marechal Deodoro depois do Golpe de Três de Novembro, quando o Presidente tenta um autogolpe e acaba sendo destituído do poder, ampliou a divergência, tornando-o mais do que um adversário. O fato de Joaquim Francisco ter assumido com Barros Cassal o governo, tratado como “*governicho*” pelo PRR e Castilhos, no lugar do prócer do PRR, uma figura pública já plenipotenciária no estado aos 31 anos, levou-o a um espaço específico na oposição. A partir deste período o combate a Assis Brasil teria como objetivo isolá-lo e dar a ele a cumplicidade com relação a toda e qualquer qualificação negativa possível.

Para completar o isolamento político de Assis Brasil, este era um adversário com divergências amplas tanto com Republicanos quanto dos Federalistas, ou seja, era tido como inimigo de ambos (PASSOS, 2006, p.22).

E mesmo não participando da Revolução Federalista, ou “da Degola”, coube a ele a vinculação a esta sempre que possível nas referências futuras n’**A Federação**, especialmente na Revolução de 1923, quando se inicia um ataque mais ferrenho a ele e aos demais participantes e prossegue durante os eventos da Coluna Prestes até que a conjuntura obrigasse **A Federação** a mudar seu texto e sua forma de tratamento a seus adversários, já sob Getúlio Vargas.

É sintomático que o tipo de ataque que viria a sofrer Prestes, localizados na primeira página em sua maioria, era endereçado antes da explosão da revolta de 1924 a Assis Brasil, muitas vezes utilizando a mesma terminologia.

Em quatro de janeiro de 1924, na edição 04 d’**A Federação**, a primeira página contém uma crítica à convocação de Assis Brasil de uma reunião entre as mais diversas correntes da oposição ocorrida em São Gabriel e que estava agendada para o dia doze do mesmo mês. A convocação era colocada como imoral, assim como a defesa do Parlamentarismo atribuída pelo jornal à Assis Brasil (A

³⁵ Fausto e Mefistófeles são parte de uma obra de Johann Wolfgang von Goethe intitulada “Fausto”. Na obra que Fausto faz um pacto com Mefistofeles (uma das encarnações do mal que ou era uma das várias formas de chamar o próprio Lúcifer ou Satã, ou um de seus aliados) onde se oferece a servi-lo no inferno quando morrer em troca da obtenção de tudo o que desejar. A alma de Fausto só lhe será tomada, no entanto, quando Mefistófeles criar uma situação de felicidade plena que causará no sábio o desejo de que aquilo nunca termine.

FEDERAÇÃO, 04 de janeiro de 1924, p. 1). É importante lembrar que era exatamente em São Gabriel em que Prestes estava lotado.

Ao lado do artigo consta um outro nomeado “A História dos Partidos políticos”, que contempla uma espécie de produção historiográfica que busca discutir a origem e o estabelecimento dos partidos políticos na cultura ibérica, sendo, porém, mais um artefato de ataque a Assis Brasil, novamente atribuindo a este um viés parlamentarista. Na página quatro da mesma edição, é reproduzida uma mensagem de Borges de Medeiros publicada em **O Paiz** onde ele combate “A revolução”. O artigo não indica se Borges de Medeiros adiantava conhecimento sobre uma conspiração ou se referia à Revolução de 1923, o mais provável, ou mais ainda à revolução como conceito, declarando que “a revolução paralisa”(A FEDERAÇÃO, 4 de janeiro de 1924, p. 4).

O tipo de ataque e a insistência no combate à “revolução” remete ao **Álbum dos Bandoleiros** e à prática já conhecida d’**A Federação** de construção no em torno dos adversários políticos de um processo de simbologia pejorativa (FORNO, 2015).

Porém, mais ainda, representava a repetição de uma técnica que aqui se dividiria entre ataques a Assis Brasil e Prestes, com variáveis irônicas entre-cortando para a permissão e documentação de discursos elogiosos, como quando Simões Lopes Filho³⁶ em discurso na Assembleia dos Representantes elogia o programa escrito e assinado por Assis Brasil como Presidente da Comissão Executiva da Aliança Libertadora e é contestado pelo representante do Partido Federalista, Demétrio Xavier que declara que o programa é francamente revolucionário e não endossado pelo Partido Federalista (A FEDERAÇÃO, 15 de dezembro de 1925, p. 10 – 12).

Na mesma edição, na página dois, consta um edital onde o Juiz Federal da Seção do Rio Grande do Sul, Doutor Luiz José de Sampaio, aceita denúncia de sedição feita pelo procurador da república contra Assis Brasil, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes e diversos outros participantes do levante de 1924 (A FEDERAÇÃO, 15 de dezembro de 1925, p. 2).

36 Idelfonso Simões Lopes Filho foi deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense por três mandatos. Também foi Ministro da agricultura do Governo Epitácio Pessoa (1919-1922). Em 26 de dezembro de 1929 foi responsável pelo homicídio do deputado Manuel Francisco de Sousa Filho, que tentava apunhalar seu filho (MOREIRA, 2010).

Um ano antes, em quatro de novembro de 1924, o jornal publica na íntegra o manifesto dos rebeldes de Santo Ângelo, assinado por Prestes, no qual este menciona a luta revolucionária por um novo país travada há quatro meses em São Paulo e afirma: “Todo país, de norte a sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos Revolucionários”(A FEDERAÇÃO, 4 de novembro de 1924 p. 1).

O Capitão inclusive descreve ao fim do documento uma decisão que seria levada a cabo por toda a trajetória da Coluna, que é a documentação de todas as requisições de animais, comida e materiais feitas pelos rebeldes, assinadas sob responsabilidade do Ministério da Guerra, conforme determinava a Lei Nº 4.263, de 14 de Janeiro de 1921³⁷.

Prestes termina a carta proclamando “Pelo governo Revolucionário do Brasil” e menciona em seu inteiro teor que o movimento obedece primeiramente às ordens do General Isidoro Dias Lopes e que por elas foram tomadas as guarnições de “Santo Ângelo, São Luiz, São Borja, Itaqui, Uruguiana, Sant’Anna, Alegrete, Don Pedrito, Jaguarão e Bagé”, que forças revolucionárias gaúchas se levantam também em toda fronteira até Pelotas e informa que Zeca Neto e Honório Lemes estão em apoio à Revolução “de acordo com o grande plano já organizado”.

Prestes deixa claro que havia uma longa conspiração em curso desde 1923, o que é confirmado tanto pelo relator da Coluna, Lourenço Moreira Lima (LIMA, 1945, p. 27-31), quanto pelo biógrafo de Prestes, Daniel Aarão Reis (REIS, 2014, p.41).

Porém, mesmo com a assinatura de Prestes e a menção aos revolucionários paulistas com riqueza de detalhes que menciona inclusive o armamento utilizado e a munição em posse dos rebeldes (O Capitão menciona o, segundo ele, total controle sobre a artilharia de São Paulo, inclusive pela posse de “vinte milhões de tiros”), com a declaração de que tudo foi levado a cabo com as ordens do General Izidoro Dias Lopes, e que a longa conspiração tinha seu centro bastante distante de Assis Brasil³⁸, **A Federação** introduz o documento com uma também ricamente detalhada narrativa no qual acusa os rebeldes que se levantam em Santo Ângelo e Alegrete de “Falsos salvadores da Pátria” (A FEDERAÇÃO, 04 novembro de 1924. p .1), informa

37 Lei Nº 4.263, de 14 de Janeiro de 1921: Código Civil, Art. 59.

38 Zeca Neto e Honório Lemes participaram desde o início, tendo sido a adesão de Assis Brasil posterior a todo o planejamento.

a luta de Andrade Neves com Borges de Medeiros para interromper a revolta e que o movimento está sendo derrotado, e o foco é inteiramente voltado ao *Assisismo*³⁹.

A riqueza de detalhes descrita pelo periódico tem na introdução da carta assinada por Prestes a menção ao fracasso do movimento, que reinava a calma em todo o estado e, em especial, acusações aos rebeldes de promoverem latrocínio, estelionato, saques nas casas de comércio e declarando “[...] ahí está o *assisismo*, ou se regojizando publicamente com as desgraças da pátria ou já de armas na mão atentando mais uma vez contra a ordem e as leis”(A FEDERAÇÃO, 4 de novembro de 1924, p.1).

Toda a descrição do movimento por **A Federação** restringe à figura de Assis Brasil toda a responsabilidade pelo que considera perturbação da ordem e busca de “desgraças para o país”.

E ao epíteto de criminosos, os rebeldes têm em conjunto a caracterização como portadores do estandarte da barbárie, já que a revolução ao romper com anormalidade infringe as normas que permitem o avanço e o progresso.

Prestes, e até Zeca Neto e Honório Lemes, são representados apenas como marionetes de Assis Brasil, representantes que acabam o substituindo, tornando-se ele e perdendo uma identidade clara, demarcada textualmente e numa prática organizada, e provavelmente documentada pelo governo Federal e da província, a nível nacional e sob as ordens do veterano General Izidoro Dias Lopes.

A assinatura no documento, a declaração de que o movimento iniciado em cinco de julho em São Paulo, cujas tropas eram “saudadas pela multidão”(LIMA, 1945, p.34), a ênfase na adesão de Zeca Neto e Honório Lemes e nenhuma menção à Assis Brasil, tudo era irrelevante.

Para **A Federação**, um movimento rebelde não poderia deixar de ter as digitais de Assis Brasil e por isto toda a ação era, por óbvio para o periódico (ou por necessidade de forte demarcação política entre o Partido Republicano e o Partido Federalista, cuja disputa no âmbito legal era enorme), de responsabilidade federalista e do velho desafeto, mesmo este sendo do Partido Republicano Democrático (PRD) (FORNO, 2015).

39 Terminologia usada pelo periódico para se referir aos seguidores de Assis Brasil identificando-os também como federalistas. Apoiadores de Assis Brasil não eram federalistas, o adjetivo buscava culpá-los pelos efeitos da Revolução Federalista de 1893-1895 e incluíam até Honório Lemes e Zeca Neto no epíteto. Assis Brasil era membro do Partido Republicano Democrático (PRD).

O Capitão Prestes não tinha identidade própria para o periódico, era um personagem da trama cuja produção de operações complexas ligava o discurso a uma unidade e coerência específica d'**A Federação** (CHARTIER, 2017, p. 28).

Esse personagem de uma narrativa em que uma eminência parda que, se não é o narrador, é um onipresente autor intelectual de uma trama recorrente, era parte de um processo onde tudo e todos eram tentáculos de Assis Brasil.

O jornal, cujo atributo de coparticipante na composição de sentido social para o tempo, o calendário e a própria verdade foi abordado no primeiro capítulo, ultrapassa a própria ideia de verdade que busca para si enquanto portador da mesma, assume, portanto, a característica de construtor de um discurso dirigido, com uma produção técnica que lembra a formação ficcional de personagens em romances e obras literárias em geral, com a descrição dramática de suas personalidades em um arco narrativo com qualificações morais específicas. Aqui o jornal atua como que criando em torno dos fatos operações literárias que se distanciam da “pulsão referencial do relato histórico” (CHARTIER, 2017, p.23).

Essa técnica ficcional, de produção de trama, onde os personagens assumem papéis definidos, onde uma divisão maniqueísta, binária, do real entre forças antagônicas que se definem de forma clara no cenário da realidade, toma para si a ferramenta de representação como busca de embasamento de sua própria estrutura de escrita. A prova da existência do fato conforme se exige no texto historiográfico, aqui se faz desnecessária. Ao contrário da historiografia, o texto ficcional estrutura-se em torno de suas afirmações sem a necessidade de comprovação. Se o real é fiador do discurso da história, na ficção, que se pretende informar do real sem abonar-se dele, o real é base, mas não se exhibe a prova dele (CHARTIER, 2017, p.25). Ao usar o texto conforme a ficção o faz, o texto jornalístico atribui a si uma forma de fiador da realidade sem a comprovação dela, ao mesmo tempo em que organiza sua narrativa como se construísse de personagens reais elementos cuja vida é similar à literatura e em cujo teatro de operações simbólicas as características arquetípicas manifestam-se com mais força do que a análise do cotidiano real de cada um.

Para que a trama seja consistente, o jornal representa os personagens como catafalco do grande vilão, cria-se aqui uma substituição, um duplo corpo onde

independente do grau de envolvimento de figuras que vão muito além das divisões políticas intestinas ao Rio Grande do Sul. Todos se tornam Assis Brasil.

Assim como a cabeça de uma estátua de imperador Romano foi adaptada ao corpo de outra estátua e o amálgama se tornou uma imagem de Santa Fé (GINZBURG, 2001, p.100), assumindo todo o peso da simbologia católica, que também dialogava com a própria ideia de divindade romana e que por isso não teve dificuldades de adaptar a simbologia, a cabeça de Assis Brasil tomava os corpos de revolucionários que se organizavam nacionalmente para bater-se contra o governo de Arthur Bernardes desde 1922.

O único contraponto à transformação da luta nacional em evento local foi a notícia incluída na edição de quatro de novembro de 1924 que remete ao levante de São Paulo, contudo esta notícia se esconde na página três do jornal, na parte de baixo, misturada com outras tantas notícias (A FEDERAÇÃO, 04 novembro de 1924, p .3).

E aqui vem outra característica das técnicas envolvendo as representações jornalísticas, que é o posicionamento das notícias e o foco “geográfico” delas sendo habilmente organizado de acordo com o efeito que se busca levar ao leitor.

Não é à toa que se cria uma narrativa quase ficcional dos acontecimentos, em que personagens se organizam enquanto substituições, como se a diversidade de atores fosse composta apenas de substitutos simbólicos de um personagem onipresente, que a tudo urde. Também não é aleatória a organização do discurso em posições específicas no jornal.

Cotidianamente eram feitos ataques a Assis Brasil, em praticamente todos os dias de 1924, com menções a sua falta de palavra com relação ao acordo de Pedras Altas e à imoralidade de convocação de um congresso para São Gabriel (A FEDERAÇÃO, 04 de janeiro de 1924, p.1) ou à acusação de que os “ex-chefes militares” não haviam deposto às armas (A FEDERAÇÃO, 07 de janeiro de 1924, p. 8) ou apenas críticas às traições de Assis Brasil, inclusive ao Federalismo (A FEDERAÇÃO, 10 de janeiro de 1924, p.1).

Em todos os casos, com exceção da crítica aos ex-chefes militares e a uma crítica a Assis Brasil publicada na edição de seis de janeiro de 1924, que foram publicadas nas páginas seis e nove respectivamente, todas as acusações e a

campanha contra Assis Brasil, e posteriormente Prestes, estavam presentes na primeira página do jornal.

No caso das críticas aos ex-chefes que não depuseram as armas conforme exigido pelo pacto de Pedras Altas na edição de sete de janeiro havia também uma crítica a Assis Brasil na primeira página do jornal (A FEDERAÇÃO, 07 de janeiro de 1924, p. 1).

Assis Brasil foi chamado de caudilho, arrivista, entre ataques ao congresso *assisista* nas edições de treze, quatorze, quinze e dezessete de janeiro. O congresso foi chamado de *maragato* em dezessete de janeiro de 1924 por **A Federação** (A FEDERAÇÃO, 13, 14, 15 e 17 de janeiro de 1924, p.1).

Em seis de março de 1924 a edição de número cinquenta e seis d'**A Federação** faz referência na primeira página à derrota eleitoral do Partido Federalista de Assis Brasil diante do Partido Republicano.

Não apenas menciona, mas ataca com acusações de sedição por parte de Assis Brasil, afirmando que seu partido não aceita a derrota e desde antes do pleito apela para a violência. **A Federação** ataca, sustentando que o Partido Federalista ignora a vontade de um povo já cansado da desordem que o partido faz desde a Revolução Federalista (A FEDERAÇÃO, 06 de março de 1924, p.1).

Ainda na edição de seis de março há uma menção a uma crise no Partido Republicano com ataques ao partido em São Paulo. Essa menção dá indícios de um descontentamento que acabaria se tornando mais que isso quando o partido no Rio Grande do Sul passou a ser dirigido por Getúlio Vargas (A FEDERAÇÃO, 06 de Março de 1924, p.4).

Na mesma edição há um poema satírico de título "Pó de Mico", na página dois, proclama:

O 'assisismo' porcalhão
 Cospe insultos todo dia
 Proclama revolução
 E grita: 'Que tyrania!'(A FEDERAÇÃO, 06 de Março de 1924, p.2)

E os ataques seguem na edição número cinquenta e oito (A FEDERAÇÃO, 08 de março de 1924, p.1) e na edição de número cinquenta e nove (A FEDERAÇÃO, 10 de março de 1924, p.1) com uma matéria principal logo na margem esquerda da primeira página declarando que Assis Brasil é um comediante.

Outro ataque nomeado “Cheque ao Rei” ironiza as expectativas de vitória eleitoral que deram em derrota, e é um verdadeiro deboche com o líder federalista (A FEDERAÇÃO, 10 de março de 1924, p.1).

Suas denúncias via carta ao Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, sobre a fraude eleitoral e a violência por parte dos partidários do PRR, são virulentamente atacadas sob título “Medo ou ameaça?”, o acusando de organizar um levante, remetendo ao terror de 1893 (FEDERAÇÃO, 10 de março de 1924, p.1).

A maior parte dos ataques concentram-se usualmente na primeira página do jornal.

Na edição sessenta e dois, **A Federação** acusa Assis Brasil e Honório Lemes de, através da carta enviada a Setembrino de Carvalho, criarem um álibi que permitisse que estes avançassem na produção de um quadro de ação revolucionária.

De março em diante seguiram os ataques, porém desde julho, quando a revolta de São Paulo se espalhou pelo Rio Grande do Sul, os ataques mudaram de tom e ampliaram os nomes envolvidos. As ironias sumiram, e embora Assis Brasil permanecesse como figura onipresente, por vezes oculta, os alvos eram mais nomes.

Na edição de dois de dezembro de 1924, de número 0279, **A Federação** publica, aparentemente na íntegra, um manifesto assinado por Izidoro Dias Lopes, Zeca Neto, Honório Lemes, entre outras lideranças políticas do Rio Grande do Sul, intitulado “Aos Rio-Grandenses”, onde os revolucionários estipulam as exigências do movimento. A publicação é precedida por um preâmbulo de ataques aos autores com vinculação de todos ao *Assisismo*. Todos são descritos como parte do movimento *assisista*, seguidores e sicários de Assis Brasil. Alguns são identificados como “Generais *assisistas*”. Até mesmo Izidoro Dias Lopes, cujo papel estava longe de ser o de sicário de uma outra figura pública de oposição ao Partido Republicano de igual tamanho e monta, é identificado como seguidor do caudilho. Mesmo o teor da produção técnica da publicação, inserindo-a em uma matéria que acusa os revolucionários de cínicos e ladrões, embute na publicação do manifesto o ônus da acusação prévia (A FEDERAÇÃO, 02 de dezembro de 1924, p.1).

O foco nos ataques às lideranças *assisistas* se prontificava a informar, na edição número 278 de primeiro de dezembro, que os rebeldes estavam a caminho de franca derrota, que só tinham quatrocentos ou quinhentos “bandoleiros de

Honório Lemes” e que Zeca Neto já havia desistido diante da derrota iminente (A FEDERAÇÃO, 01 de dezembro de 1924, p.1).

Porém se o jornal havia noticiado de forma discutível a derrota em Tupaceretan⁴⁰ (Prestes declarara que mantivera os governistas nas suas trincheiras mesmo estes tendo superioridade numérica e em armas), a notícia da derrota iminente era no mínimo equivocada (REIS, 2014, p.55).

Prestes chegou a Barracão⁴¹, rompendo com cerca de 800 soldados o cerco de algo em torno de quatorze mil homens, muito menos que os mil e quinhentos que haviam saído de São Luiz com ele (LIMA, 1945, p.109). O Capitão enviou carta ao General Isidoro Dias Lopes relatando o feito e criticando duramente exatamente os chefes militares gaúchos com os quais era vinculado ao nome de Assis Brasil por **A Federação**, acusando-os pelo abandono da luta (LIMA, 1945, p.109).

A informação era parcialmente correta no sentido do abandono da luta pelos “caudilhos”, porém a luta era muito maior que as questões internas do Rio Grande do Sul.

O foco, no entanto, era o uso da questão revolucionária como forma de atacar os inimigos internos. A própria ideia de que a autoria de todo o processo era dos caudilhos locais tomava para o jornal uma potencialização das representações muito mais fundamental que a própria busca de noticiar.

Nem mesmo a relação entre as disputas e a manutenção da República era combustível suficiente para que a narrativa se desviasse da atribuição à revolta de toda a linhagem que vinha da Revolução Federalista de 1893-1895, e que se renovara com a Revolução de 1923.

A busca de declarar que os rebeldes eram bandoleiros foi uma constante. Na edição de vinte e nove de novembro de 1924, ao noticiar o levante indicavam que apesar de não cometerem “abusos contra as pessoas, cometeram contra a propriedade todos os atentados”(A FEDERAÇÃO, 29 de novembro de 1924, p.1).

Novamente **A Federação** relata que os rebeldes deixaram um recibo de requisição militar, cujo intento era possibilitar ao alvo da requisição um pedido de indenização ao Estado, especialmente ao Ministério da Guerra, conforme a

⁴⁰ A redação contida n'A Federação é “Tupaceretan, porém se refere à hoje nomeada cidade de Tupanciretã, que fica na região das missões, como Santo Ângelo, Cruz Alta e Ijuí.

⁴¹ Barracão é um município ao norte do Rio Grande do Sul, próximo à Anita Garibaldi, fronteira com Santa Catarina.

legislação vigente. Porém o jornal atribui a estes recibos de pouco valor, não informa o previsto na legislação e atribui a partir desta ação um caráter daninho dos rebeldes para seus leitores.

Entre as descrições há a acusação a Honório Lemes, “De General a saqueador”. E segue na página dois o grau de ataques atribuindo aos rebeldes o caráter de mentirosos e covardes, saqueadores que só buscam romper com a ordem, transformando a batalha de Tupaceretã em “assalto”.

O detalhe é o cuidado dos rebeldes em documentar as requisições e em seu manifesto, Prestes declarar “Não queremos perturbar a vida da população, amamos a ordem como base do progresso”(A FEDERAÇÃO, 04 de novembro de 1924, p.1)⁴².

A Federação tem requintes de apuração demonstrando em sua primeira página que a munição que utilizavam os rebeldes chegavam de Buenos Aires, vindas da Irlanda (A FEDERAÇÃO, 02 de dezembro de 1924, p.1).

Na edição de cinco de dezembro de 1924, o então Deputado Getúlio Vargas faz vigoroso discurso atacando os rebeldes com acusações de rompimento do pacto de Pedras Altas, de traição a acordos feitos com o Presidente da República, o Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, e com Borges de Medeiros, jamais, no entanto, retirando dos rebeldes o valor da coragem. Getúlio dizia que não lhes podia negar “A bravura do gosto, entregando seus destinos à sorte aleatória das batalhas” (A FEDERAÇÃO, 05 de dezembro de 1924, p.1).

Interessante ressaltar que o mesmo Getúlio, já eleito presidente do estado, em 1929 daria entrevista à mesma **A Federação** declarando sobre Prestes na edição duzentos e oito de quatro de setembro de 1929:

Aliás, certa vez em São Paulo declarei publicamente que o capitão Luiz Carlos Prestes é um grande caráter, um grande espírito, um homem antes feito para construir do que para destruir, somente circunstâncias especiais o levaram a uma guerra civil. Não tenho razão até agora para modificar este conceito(A FEDERAÇÃO, 04 de setembro de 1929, p.1).

Ao leitor que se pergunta se as idas e vindas na cronologia são um erro de narrativa é preciso responder negativamente, dado que a estratégia da escrita aqui é promover um caminho cúmplice entre autor e leitor nas trilhas que produzem a

⁴² Há a reprodução desta página nas páginas 149 e 150 dos anexos desta pesquisa.

análise, nas pistas que identificam as representações e suas flutuações (GINZBURG, 2012, p. 14).

Neste sentido optou-se pelo estabelecimento de situações similares envolvendo os personagens, demonstrando similaridades e transformações do processo de produção de representações e as “contradições” dos discursos e da linha editorial do jornal.

É preciso também ressaltar que estas transformações ocorrem não apenas pelas transformações da conjuntura política e do próprio rompimento paulatino da unidade do Partido Republicano no Brasil (PRESTES, 1989, p.64), crise esta que **A Federação** não esconde existir, embora a oculte na página quatro (A FEDERAÇÃO, 06 de março de 1924, p.4).

Esta crise não seria menos irônica diante do fato de que Assis Brasil, vilipendiado diariamente por **A Federação**, acabasse se tornando parte da Revolução de 1930 liderada pelo mesmo Getúlio Vargas que o combatia em 1924, inclusive tendo este o nomeado Ministro da Agricultura do Governo Provisório (REIS, 2014, p.141).

Neste contexto Prestes, inicialmente ligado a Assis Brasil pelo jornal, foi paulatinamente se tornando um ativo importante no decorrer dos anos para o processo de combate ao pacto da Primeira República hegemônico por São Paulo, como um símbolo de transformação.

Esse processo levou a Getúlio a elogiá-lo, como supracitado, e do diretor do **Correio da Manhã**, o Doutor Rui Carneiro⁴³, apoiador de primeira hora da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa, ser citado em matéria na página principal do jornal em vinte e quatro de dezembro de 1929 por declarar: “Não tenho dúvidas que o nordeste irá às urnas com Getúlio Vargas e se preciso iremos às armas com Luiz Carlos Prestes!” (A FEDERAÇÃO, 24 de dezembro de 1929, p.1).

Na mesma matéria se coloca que o nordeste resiste e promove o avanço da Aliança Liberal “apesar das violências que ali o praticam os espolietas presidenciaes do Catete” (A FEDERAÇÃO, 24 de dezembro de 1924, p.1).

Prestes não se tornaria, no entanto, um personagem sem ambiguidades ou abraçado pela autoria do jornal como um líder parêlo a Getúlio Vargas.

43 Jornalista, deputado pela Paraíba de 1935 a 1937 e diretor do Correio da Manhã, da Paraíba. (PANTOJA, 2010).

No decorrer do mesmo ano de 1929, quando lhe choviam elogios em vários momentos na página do jornal, as críticas não eram menores, perpassando inclusive a seu comportamento “radical” e com menções a seu paulatino avanço na direção do comunismo ao ser mencionado como partidário da “esquerda ultra vermelha”, entre outras imprecações (A FEDERAÇÃO, 23 de março de 1929, p.5).

Entre as críticas a um manifesto publicado pelo Capitão, acusam Prestes de “ter encontrado um jeito de contar com todo mundo” e de “acender uma vela para Deus outra para o diabo”. Um detalhe importante é que é a primeira vez em todo o recorte cronológico que o jornal não publica o manifesto que se põe a criticar nesta matéria. Ao contrário de toda a produção do periódico, que efetuava a crítica aos manifestos de adversários, publicando-os, no entanto, neste caso foi omitido o inteiro teor do texto criticado. O manifesto inclusive já havia sido noticiado uma semana antes, em quinze de março de 1929, quando o jornal declara que o “ingênuo czar mercantil” soltará um manifesto à nação ou melhor: ““O Capitão Prestes, negociante de secos e molhados numa cidade argentina, vai deitar um manifesto à nação” é o que dizem os jornais e as agências de informações que exploram a hirsuta personalidade do ingênuo czar mercantil” (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).

A notícia é plena de ironias com o próprio valor de Prestes e sua profissão no momento, colocando que o manifesto foi redigido “entre pannos de toucinho e fardos de carne seca”. Na mesma edição o jornal cobra Assis Brasil e sua relação com Prestes. Diz **A Federação**:

RIO, 15 (‘Federação) Com o título “Escreva e rasgue”... “O Paiz” publica o seguinte tópico⁴⁴:

“O capitão Prestes, negociante de seccos e molhados numa cidade argentina, vae deitas um manifesto à nação.

É o que dizemos jornaes e as agências de informações que exploram a personalidade hirsuta do ingênio czar mercantil.

Accrescente-se, com solemnidade, que essa laboriosa peça política redigida entre pannos de toucinho e fardos de carne seca, em meio de alhos e cebolas, é um prato succulento, fornecido por atacado, pelo já famoso cabo d'esquadra aos seus clientes.

Há pormenores: a indigesta literatura do Capitão-general, envolverá uma porção de coisas, conterà sapiência de pasmar.

Mas isso até parece brincadeira.

Então o grande estrategista pedestre convenceu mesmo?

Que a nação se preocupará com a sua pessoa?

⁴⁴ A grafia foi mantida no original, por isso por vezes contém o que hoje é considerado erro de português, como a escrita em minúscula d ‘**O Paiz**

Tire o cavallo da chuva, moço.

A sua fala no paiz é uma boa pilhéria.

O Brasil tem muito que fazer para perder tempo com bobagens. Demais, que o festejado andarilho escreva manifestos, vá lá. é uma mania como outro qualquer. Mas que os dirija ao paiz, isso é que não.

Que escreva, pois, só para si mesmo, em segredo, e depois rasgue.(A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).

A referência ao tratamento de czar, a uma “hirsuta” personalidade e a seu aspecto mercantil podem ser relativos tanto aos aspectos mais diretamente ligados à sua manifesta guinada na direção do nascente comunismo, que seria referenciada na edição do dia 23 de março do mesmo ano, quanto à sua indiscutível liderança. O tratamento irônico à sua liderança não deixava de ser uma espécie de reconhecimento desta, mesmo que por caminhos tortuosos. A relação ente “czar” e Rússia, naqueles tempos envolvida no processo revolucionário de 1917, junta-se menção à sua barba, que é extremamente importante, e à vinculação desta à Revolução Russa.

O Capitão, no entanto, não era mais hirsuto em março de 1929, pois em dezesseis de fevereiro já havia sido noticiado na mesma folha que este havia raspado a barba(A FEDERAÇÃO, 16 de fevereiro de 1929, p.6).

E noticiava-se com gravidade: “Uma notícia curiosa: Luiz Carlos Prestes raspou as barbas!” e não parava por ai, declarando a enorme importância para os amigos do revolucionário, pois as fotos que circulavam pelo Brasil eram retratos solenes onde o capitão ostentava uma espessa barba negra que “recordam certas figuras de revolucionários russos”.

Insistia-se que suprimindo as barbas ele ficaria mais doce, mais manso, mais pacífico. É interessante atentar para os movimentos da representação de Prestes até aqui.

A vinculação deste com Assis Brasil, como apenas um entre muitos do séquito de Assis Brasil, autor intelectual, pelo menos, de toda a revolução protagonizava por Prestes no campo, durou até um determinado período.

Especialmente depois de 1926, com o agravamento da crise no interior do Partido Republicano, a narrativa posta por **A Federação** muda paulatinamente para a inclusão de Prestes entre os brasileiros a serem elogiados e respeitados.

Só que esse movimento não foi transformado por inteiro no próprio jornal.

Se o inegável interesse em Prestes permanece, ele não é acompanhado por uma mudança de narrativa elogiosa como a que o discurso de Vargas e dos

correligionários nordestinos da chapa Vargas – João Pessoa em 1929 gostariam de dar a entender.

Os elogios ocorrem, mas feito por figuras de proa do Partido Republicano e nas primeiras páginas, enquanto que no interior do jornal, as páginas que dão conta do cotidiano de Prestes utilizam um tom jocoso, irônico e desrespeitoso. O mesmo vale para Assis Brasil, que estava bem mais próximo de se tornar aliado de Vargas que Prestes. O texto é inteiramente diferente, às vezes na mesma edição ocorrem confrontos entre as direções da linha editorial e o discurso ocultado nas entranhas das dissensões. Outro elemento é o confronto exposto entre Assis Brasil e Prestes pelo “cetro sedicioso” que segundo o jornal era um confronto que ocorria depois da busca deste em ascender à “chefia platônica de quanto motim se forjou por estes Brasis afora nos últimos anos”. E não ficava só em Prestes, podendo segundo o jornal ocorrer que amanhã “Miguel Costa e Cabanas talvez pleiteiem o mesmo direito”(A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1)⁴⁵.

Estas variações de representações e ataques, que por vezes beiravam uma certa contradição rude, não deixavam em paz a figura pública Assis Brasil. A matéria principal da edição supracitada é um discurso proferido em Pelotas, no Theatro Guarany, onde o autor ignora o próprio discurso e tece uma longa história da carreira do Federalista, sob o ponto de vista de seus principais inimigos políticos e retoma as acusações de traição ao Pacto de Pedras Altas e à condenação da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes, atribuindo à Assis Brasil participação importante nela (A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1).

Ou seja, na mesma página de uma mesma edição Assis Brasil é o personagem onipresente que a tudo controla e está em disputa com Prestes, e até Miguel Costa e João Cabanas, pelo “cetro sedicioso”. Dois personagens em um: O Assis Brasil que a tudo ordena e a todos tem e o Assis Brasil que perde a majestade da sedição.

Antes, em quatro de dezembro de 1928, Assis Brasil abandonava, segundo **A Federação**, a vinculação com a Revolução por apoiar a anistia aos Revolucionários, enquanto Prestes declarava em alto e bom som “Não interessa a nós Revolucionários a anistia como arma política”. O próprio jornal questionava: “Como entender tal disparidade de ideias e de sentimentos?”.

⁴⁵ Há a reprodução da página do periódico indicado nos anexos desta pesquisa, na página 151.

O jornal não entendia, em sua categorização de revolução, um Prestes que declarava:

Ser revolucionário não é uma atitude mental, nem um estado de limitação à simples declaração verbal de simpatia pela causa. É a identificação completa com um ideal pelo qual se está disposto a sacrificar a carreira, a vida e os interesses com o objetivo único da grandeza comum (A FEDERAÇÃO, 04 de dezembro de 1929, p.1).

As idas e vindas das representações não paravam por aí. Em quinze de outubro de 1928 o deputado Simões Lopes Filho afirmava que o Partido Democrático Nacional foi fundado sob influência direta da “revolução liderada por Luiz Carlos Prestes”, que inspirou Assis Brasil. O Deputado tem sua fala colocada na íntegra com elogios a Assis Brasil, e a Prestes (A FEDERAÇÃO, 15 de outubro de 1928, p.58).

Estes pedaços do discurso do jornal entrecortado pelo uso das falas de deputados permitiu em vários momentos que as falas de opositores ao Partido Republicano, como Idelfonso Simões Lopes Filho, ganhasse protagonismo.

No caso deste deputado em específico não são poucas as vezes que recebe este espaço em **A Federação**, porém este tipo de espaço é ocultado tanto pela diluição do discurso como parte do relato do cotidiano da Assembleia dos Representantes, como é delegado às páginas internas do jornal, nunca antes da página quatro e por vezes, como neste número em que há a publicação de editais e documentos oficiais, na página cinquenta e oito.

A técnica da representação que norteia o discurso na página principal, notas e matérias que por vezes discordam do discurso da primeira página entre a página três e a página oito (Normalmente o jornal tem entre seis e oito páginas), é um elemento fundamental da leitura diária d’**A Federação** enquanto fonte.

A disposição do texto também discorre uma técnica de exposição das matérias mais importantes com uma mudança no tamanho da fonte, e do tipo da fonte, na apresentação de elementos do discurso. Uma crítica frontal a um adversário tem sempre um destaque posicional, estando no canto superior esquerdo da primeira página, e um destaque visual, a fonte maior na titulação do artigo. A própria tática de usar na mesma página dois tipos de ataque, ou no período onde havia a necessidade de aproximação com Assis Brasil e se buscava a aproximação

com Prestes, um ataque e uma busca de aproximação, era recorrente, especialmente nas proximidades da eleição de 1930.

Muitas vezes ataques que insinuavam elementos mais graves de oposição que as meras disputas locais eram relegados às páginas do interior do jornal e colocados em forma de insultos e ironias em matérias como à supracitada que chama Prestes de “ingênuo czar mercantil”, quando já há uma série de indícios de que o jornal sabia que Prestes estava se aproximando dos Partidos Comunistas.

Essa insinuação não ocorre apenas de forma jocosa.

Em vinte e sete de dezembro de 1928 o jornal já noticiava na coluna “Memorandum” que Prestes havia declarado ao jornal **A Esquerda** que “[...] aqueles tyranos do Brasil eram os últimos”. E o jornal ressaltava que “promete Prestes”, deixando o texto de **A Federação** com um espanto manifesto em suas linhas, e que nos informava: “aquele ‘promete’ é decisivo” (**A FEDERAÇÃO**, 27 de dezembro de 1928, p.1).

Há aqui uma informação cifrada da paulatina radicalização de Prestes no caminho do comunismo, dado que este se aproximava mais e mais do marxismo e declarava que esta época foi “[...] a época em que mais tive tempo de estudar o marxismo” (REIS, 2014, p.122).

Reza a lenda que Getúlio Vargas estava por trás de um emprego conquistado por Prestes no exílio argentino, oferecido pelo empresário Otávio Botelho e que permitiu uma melhora de vida que lhe forneceu o tempo necessário para estudo (REIS, 2014, p.122). Ou seja, há indícios interessantes que permitem a formulação da hipótese de que Prestes era observado de perto por Getúlio e que este provavelmente sabia, como sabiam seus colegas de Coluna Prestes, da paulatina conversão do Capitão ao marxismo.

Prestes amadurecia em 1928 a perspectiva de uma revolução “popular” e não uma revolução que para ele era um movimento de ação das elites. Ele mesmo reconhecia que quando perambulava com a Coluna Prestes, ele e seus companheiros não distinguiam os grandes e ricos proprietários de terras dos pequenos e pobres trabalhadores rurais, e que esta diferença ele só veio a perceber com a leitura marxista (REIS, 2014, p.123).

As representações aqui ocupam o lugar da exposição da autoria através do discurso e a partir desta de uma produção de significados diferentes em cada número, por isso por vezes as contradições.

Se o discurso acompanhava uma tradição que remetia à Revolução de 1923, e outras antes, de criminalização da rebeldia, esse tipo de atuação foi paulatinamente sendo superado por um discurso que condenava a ruptura, sem no entanto afastá-la de todo do cerne da ideia.

Claro que o processo se deu em uma conjuntura de transformação da própria relação entre o Partido Republicano Rio-Grandense e os demais co-irmãos, do sudeste em especial e do país como um todo.

Se desenhava há tempos uma ruptura do pacto das elites em torno da unidade republicana. Esta ruptura do pacto teve impacto direto no cotidiano e foi paulatinamente fazendo com que a população enxergasse em Prestes, e em Assis Brasil, soluções para a crise em que o país estava metido, economicamente inclusive.

Não à toa Prestes já aparece sendo votado em eleições desde 1926, como descrito na edição de oito de março de 1926, quando o Capitão aparece votado na eleição para parlamentar substituto⁴⁶. Votado na junta eleitoral que incluía São Sepé, Cachoeira, Caçapava, Lavras, Santa Maria, Rio Pardo, Santa Cruz, Santo Amaro, Venâncio Ayres, Estrela, Lajeado, Encruzilhada e Candelária. Prestes recebeu apenas um voto, porém iniciaria aí uma presença constante nas eleições posteriores (A FEDERAÇÃO, 08 de março de 1926, p.5).

É preciso lembrar que Prestes, em 1926, estava em plena marcha da Coluna Prestes, estando ainda em território goiano e caminhando paulatinamente para penetrar no nordeste depois de sair de Teresina em janeiro do mesmo ano e ir em marcha acelerada para entrar na Bahia a partir de Goiás (LIMA, 1945, p.229).

Um rosto, Prestes havia finalmente ganhado um rosto a partir de sua longa marcha pelos sertões do Brasil. Uma longa marcha de luta de representações que reverberavam entre diversas formas de transformação daquele que havia sido representado como um sicário de Assis Brasil, cuja irrelevância seria notável diante de outros nomes locais, verdadeiros “bichos papões” para o Partido Republicano,

46 A eleição em questão ocorreu por força da substituição de um deputado que perderia o mandato por assumir pasta de Secretário em 1926.

como Zeca Neto e Honório Lemes, todos em menor grau vilões asseclas do grande personagem maléfico que era Assis Brasil, e se tornara paulatinamente um hirsuto rosto, ou ingênuo czar ou “um homem antes feito para construir do que para destruir, somente circunstâncias especiais o levaram a uma guerra civil” (A FEDERAÇÃO, 04 de setembro de 1929, p.1), mas um rosto.

Um rosto de capitão, o rosto de um capitão que era construído em textos, nunca fotografado ou ilustrado por **A Federação**, mas que finalmente ganhava uma personalidade que tinha de ser separada da de Assis Brasil, transformada em outra coisa.

Um possível aliado, talvez? Um inimigo mais virulento, capaz de unificar em torno do novo *status quo* até inimigos figadais como Assis Brasil e o Partido Republicano Rio-Grandense? Um barbudo representante brasileiro da estética e da ética dos revolucionários russos?

O fato é que de 1924 a 1930 Prestes conquistou seu próprio rosto e sua própria descrição, uma curiosidade cada vez maior sobre seu programa, sua face, sua trajetória, seus defeitos e qualidades, e este interesse e esse rosto povoaram a descrição de suas representações e a posição deles no corpo d’**A Federação**.

Esse rosto agora era votado, repetidamente votado no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul em especial (REIS, 2014, p.111), durante uma campanha militar duríssima onde vinte e sete mil quilômetros foram percorridos e um exército de quase quatro mil homens chegou à Fazenda Capim Blanco, nas imediações da guarnição de San Martin, na Bolívia, reduzido a seiscentos e vinte homens (REIS, 2014, p.105).

Prestes aparece com 66 votos para senador na eleição de 1926 em Taquary nas eleições de vinte e quatro de fevereiro deste ano (A FEDERAÇÃO, 25 de fevereiro de 1927, p.2). Também tem um voto para senador na 12ª seção eleitoral, dois votos para senador na 4ª seção eleitoral e um voto para senador na 36ª seção eleitoral em Porto Alegre. Na edição de vinte e nove de março de 1927, Prestes aparece com 175 votos para senador no Rio Grande do Sul em um edital publicado na página quatro dando conta da totalização dos votos (A FEDERAÇÃO, 29 de março de 1927, p.2).

Não foi possível apurar se foram votos em que ele foi incluído na lista de votação no momento da votação ou se ele foi realmente candidato⁴⁷. E vale considerar que a oposição acusava o Partido Republicano de produzir recorrentes fraudes (PRESTES, 1989, p.72), podendo o candidato ter recebido mais votos.

Na edição de vinte e seis de novembro de 1927, Prestes recebeu um voto para Vice-Presidente em Alegrete (A FEDERAÇÃO, 26 de novembro de 1927, p.2).

Com o fim da censura o nome de Prestes insistia em aparecer nas listas de votação e nas edições de jornais, representando um novo rosto, um rosto que virava agora uma face da luta contra um governo em crise.

Mesmo que a entrevista concedida por Prestes em vinte e cinco de fevereiro de 1927 a Rafael Correia de Oliveira, de **O Jornal**, trabalhasse já com a construção da imagem que o batizava de “Cavaleiro da Esperança”, tomando emprestada a expressão usada por Izidoro Dias Lopes, inspirado na figura do Lazare Roche da Revolução Francesa (REIS, 2014, p.109), foi a partir do fim da censura imposta pelo governo durante o período de convulsão social que a construção do rosto de Prestes foi produzida.

Esta mesma face foi reproduzida por **A Federação**, depois de anos de forte censura e desinformação, quando se inicia a tentativa de aproximação entre Getúlio e Prestes⁴⁸.

A própria entrevista ao jornal **A Esquerda**, mencionada por **A Federação** (A FEDERAÇÃO, 27 de dezembro de 1928, p.1), foi dada a Astrojildo Pereira, membro do comitê central do PCB, na segunda quinzena de dezembro de 1927 e publicada em dois, três e quatro de janeiro de 1928, alcançando enorme repercussão (REIS, 2014, p.114). Astrojildo fora a Puerto Suárez com o fim de encontrar Prestes, o intuito de tentar sua aproximação com o comunismo e com isso ampliar os horizontes de um PCB diminuto e com influência reduzida naquele tempo (REIS, 2014, p. 116). As longas conversas encantaram Prestes, especialmente pelo rigor teórico apresentado por Astrojildo.

Prestes, em seu aniversário de trinta anos, em três de janeiro de 1928, já era reconhecido como “formidável guerreiro libertador” e já havia em **A Federação** o

47 Não foi possível apurar se foi candidato ou não, o voto era aberto e o candidato podia ser incluído nas listas de votação por terceiros.

48 Prestes se encontrou com Getúlio e Oswaldo Aranha no Piratini em um diálogo duro onde Vargas tentou convencê-lo a participar dos esforços que redundaram na Revolução de 1930 (REIS, 2014, p.125).

discurso pronto para a falha de aproximação entre Getúlio e Prestes: Prestes estava rumo ao marxismo (REIS, 2014, p.117).

Aqui as faces do Capitão se transformariam mais uma vez para dar início a um processo de complexidade que envolveria tanto o mundo das representações construídas no decorrer do périplo em conjunto da Coluna Prestes quanto as novas batalhas de significados produzidos pela nova qualificação de Prestes como comunista.

Mas, para **A Federação** em 1928, Prestes ainda era a incógnita que seria elogiado pelo próprio Getúlio Vargas na página principal e ironizado como “ingênuo Czar mercantil” nas páginas internas do jornal em 1929.

A Federação ainda seguia o roteiro que buscava aproximar Prestes de Getúlio, algo óbvio diante da popularidade nacional do Capitão (REIS, 2014, p.119), recebido com homenagens por onde passava, mesmo estando ainda no exílio e vindo clandestinamente ao Brasil.

O rosto do Capitão era, nas vésperas da Revolução de 1930, uma face que impunha um peso político a ser respeitado, vigiado, desenhado com ambiguidade pelos que entendem que ao se combater um grande inimigo e organizar um levante era preciso, antes de qualquer coisa, respeitar aquele sobre quem Simões Lopes Filho em discurso publicado em vinte e três de Janeiro de 1928 referiu-se com reverência: “Luiz Carlos Prestes, para quem eu poderia parodiar a frase histórica de Kleber a Bonaparte: ‘General, sois maior que o Brasil!’” (A FEDERAÇÃO, 23 de junho de 1928, p.9).

Este era um rosto que se desprendia da vinculação a Assis Brasil, que se tornava mais que um sicário do *Assisismo*, que se libertava em uma face que seria capa de livros, que se tornaria o “Cavaleiro da Esperança”.

Este rosto representado como um personagem literário por desafetos e aliados, que circulou no mundo da luta política cotidiana da primeira metade do século XX, foi paulatinamente sendo parte de uma luta de representações (CHARTIER, 2002,p.17) que constituiria uma produção de significados duradoura, que permaneceria mantendo um rosto que iria ser encontrado em casas do interior de Goiás junto à imagem da Nossa Senhora nos anos 1980 do século XX (PRESTES, 1989, p.340).

Era o rosto de um Capitão que se transformara nas páginas d'**A Federação**, que teria uma trajetória de representações que precisa ser descrita e analisada com minúcia. Uma trajetória de representações que abrange uma determinada gama de variações teóricas para estabelecer parâmetros de análise complexa.

Prestes deixara de ser catafalco e se transformara em Napoleão.

2.3. De catafalco a “Hirsuto e Ingênuo Czar”

Todo caminho percorrido até agora tangenciou o debate teórico, embora o tenha introduzido na análise das fontes, nas entrelinhas do debate.

A intenção era manter a discussão com um processo fluído de observação das representações ladeado com a análise das possibilidades de identificá-las segundo as categorias de representação disponíveis no arcabouço teórico. Não é um processo simples e demanda a necessidade de reforçar este debate em um subcapítulo à parte.

A necessidade que se impõe decorre do fato em que no momento em que a discussão se dá em torno das fontes, o caminho com o leitor pelo mundo das representações pode ser insuficientemente claro para que se explicito o inteiro teor do debate teórico a respeito da trajetória das representações de Prestes por **A Federação**.

O processo da produção de representações como um elemento que faz do jornal um autor, exigia um tratamento específico para que a análise das fontes não eclipsasse, pelo contrário, que a pesquisa permitisse a plena exposição do fenômeno.

Não se pretende, no entanto, definir um encaixe teórico único para as representações de Prestes pelo jornal, procura-se aqui produzir uma reflexão teórica que se pretende de fôlego.

Em uma análise micro-histórica estas perspectivas diferentes permanecem sendo aplicáveis a um mesmo tipo de fenômeno, não por sua indefinição ou dificuldade de encaixe, mas exatamente porque uma variação de escala que foca uma análise microscópica acaba ampliando as problemáticas existentes na observação do objeto. As perspectivas teóricas aqui apresentadas podem, sendo complementares ou não, ser passíveis de utilização e, diante do quadro complexo revelado pela variação de escala, explicitar em perspectiva microscópica as

características pertinentes a cada abordagem na explicação do fenômeno (LEVI, 2015, p.247).

Esta abordagem permite que a característica singular inerente a todos os fenômenos e objetos seja revelada em detalhes, tendo em vista a micro-análise, uma perspectiva hiperfocada no objeto (LEVI, 2009, p.14).

A perspectiva micro-analítica também busca entender os papéis desempenhados pelas representações e pelos objetos na produção da narrativa e seu impacto nos diferentes setores sobre os quais mantém influência (LEVI *in* BURKE, 1992, p.137).

Ao analisar as figurações de Prestes em uma perspectiva que procura entender a trajetória não dos personagens, mas de suas representações, o motivo desse processo, e a observação complexa do fenômeno, com o foco num recorte cronológico específico e em dois personagens, a linguagem envolvida, o histórico da forma de tratamento a ambos, a mudança de paradigma de representações, o foco nas similaridades e diferenças. O que se quer é ampliar as perguntas, produzir uma análise que nos ajude a ampliar a visão historiográfica sobre o fenômeno e outros similares a ele (LEVI, 2015, p.248).

Por entender que a observação do fenômeno exige uma complexa análise, minuciosa, esta reflexão se ocupa de pôr em perspectiva a representação como lugar de estabelecimento de uma linguagem de violência (DE CERTEAU, 1995, p.93).

Essa linguagem de violência se organiza na imposição de uma fala derrisória em relação ao outro, construindo uma estrutura de personificação no outro de um ente com uma persona que concentra sobre si os aspectos negativos de uma ideia, e cujo sentido final é uma preservação de um cenário de valores (DE CERTEAU, 1995, p.87).

Neste sentido a menção feita a Assis Brasil, Prestes, Cabans e Miguel Costa em um texto chamado “La Forza del destino” de autoria de Oldemar Röhrig em que menciona um quadro localizado “no porão de certo adelo⁴⁹ turco”, é um espetáculo acabado do processo de representações em discussão e mencionado no subcapítulo anterior:

⁴⁹ Adelo é o nome dado ao proprietário de uma adelararia, ou brechó ou até mesmo um ferro-velho. É um termo usado para proprietários de estabelecimentos comerciais especializados em “bugigangas” ou venda de objetos usados, de decoração ou não(DICIONÁRIO PRIBERAM, 2013).

“(...) Não se trata de um Velasquez ou de um Rubens genuíno, mas de um simples quadro de formatura dos alunos da nossa Escola de Agronomia, onde figura o retrato do sr. Assis Brasil, paranypho dos engenheiros de 1925.

Apesar da envergadura do padrinho, que é um homem de pról, a moldura histórica foi occultar-se no depósito de bugigangas do onzenário mussulmano, como qualquer vulgaríssima oleographia dessas que hoje em dia apenas se ostentam nos salões de batuque africano ou nas barbearias de arrabalde.

Estava o quadro infeliz condenado ao esquecimento eterno, mas a bisbilhotice de um cidadão patriota identificou o pesonagem retratado, como o desgraçado archeólogo inglez identificava as múmias do grande rei egypcio. Triste destino o dessa photographia .

Mas, bem meditado, não é menos triste o destino do apóstolo libertador. Porque este também foi relegado da política e repudiado pela gente de bom senso, sempre que pretenmdeu exercer, no Estado ou na República, a sua nefasta atividade cívica. Romantico e contraditório, nunca foi tomado a sério, nem cooperou com sua intelligencia e com a siua cultura para o engrandecimento da pátria, porque teve a velleidade de se julgar "primus in ter pares" entre os seus concidadãos.

Tudo desejou para si o Sr. Brasil, mas até os homens que ele procurou difamar e desmoralizar tornaram-se maiores, e ficaram mais prestigiados, depois de suas accometidas violentas. a única causa a que o Sr. Brasil pode ascender foi à chefia platónica de quanto motim se forjou por estes Brasis afora nos últimos annos. E isso mesmo com as devidas ressalvas. Porque o Sr. Luiz Carlos Prestes lhe disputa hoje o septro do caciquismo sedicioso. E amanhã o tenente Cabanas ou o estrangeiro Miguel costa talvez pleiteiem o mesmo direito(...)”. (A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1).

A escrita estrutura-se, por vezes na negação de autoria direta, às vezes com a autoria assinada, contendo em ambas uma autoria no sentido do estilo, estabelecendo uma opressão pela linguagem, de transformação do outro na negação do que é considerado atribuído de valores, e como se esta caracterização fosse feita não por um ator específico dentro do teatro da sociedade, mas pela sociedade como um todo, tomada pelo anonimato relativo do texto não assinado no jornal como se fosse ela a autora de uma linguagem que se torna uma “tirania sem tirano” (DE CERTEAU, 1995, p.91).

Também a representação aqui atua no compartilhamento de códigos culturais em uma sociedade, como forma de dar sentido a elementos que são existentes no cotidiano, um sentido dialógico, que se transmite e compartilha pela linguagem ou como se fosse uma e esse processo também pela produção de sentido, que é criado sempre que nos expressamos por meio de objetos culturais ou os consumimos (HALL, 2016, p.22-23).

O significado dado aos objetos e às pessoas, no caso aqui em específico, pressupõe um sentimento comum de percepção do sentido que via de regra é relacionada a uma percepção coletiva da cultura, que permite a existência da compreensão partilhada de sua produção e a partir desta se cultive uma noção da própria identidade (HALL, 2016, p.21).

A observação do fenômeno também pressupõe a compreensão da alteridade, que se estabelece inclusive no partilha da percepção da produção de sentido, da percepção do outro representando um símbolo apropriado de outros significados, participando de um processo que acaba obliterando o personagem original. Este processo de obliteração, transformado o alter em ego, faz do duplo, do outro sendo o eu, uma criação simbólica de substituição do objeto representado por sua representação. E com o desenvolvimento deste processo, o resultado da operação simbólica acaba se tornando um elemento que está fora da equação, um outro (GINZBURG, 2001, p.91).

Cabe aqui também a representação como simulacro que adquire as características do objeto representado a partir de dinâmicas que envolvem relações de força e um embate entre formas de representação adaptado às diferentes necessidades dos grupos produtores das representações (CHARTIER, 2002, p.17).

O debate não se limita ao papel das representações em si e como identificá-las, mas também à percepção da construção do texto jornalístico, das técnicas que envolvem a ocupação por **A Federação** de um papel que executa com eficiência a função autor, onde o autor é quem produz um tipo de circulação de discursos no seio da sociedade (CHARTIER, 2014, p.20).

Claro que para analisar o jornal enquanto autor não se pode produzir uma análise considerando todo o debate em torno do direito de propriedade do autor sobre sua obra (CHARTIER, 2014, p.44), mas utilizando os critérios que identificam o autor enquanto produtor de discurso que contém uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45).

Seguindo essa trilha de indícios, é fundamental discutir o papel, nas representações, do jornal enquanto utilitário de técnicas que se parecem com as da literatura para produzir uma afirmação de verdade. Considerando-se o mesmo padrão de análise das diferenças entre história e literatura enunciadas por Chartier, consideramos aqui que os jornais operam de forma similar ao historiador, porém em

uma espécie de ação híbrida também com o uso de elementos da literatura, produzindo um estabelecimento do “fato”, explicando-o e, por fim, produzindo em torno do “fato” a operação literária de construção do texto (CHARTIER, 2017, p.23). Só que aqui as operações em torno do fato não apresentam a exigência do texto historiográfico da apresentação da prova como fiadora das afirmações (CHARTIER, 2017, p.25), e a narrativa veste-se com uma roupagem muito parecida com o autor de narrativas ficcionais quando cria personagens que cumprem papéis em um drama onde aspectos negativos e positivos são elementos fundamentais para que a história seja lida como se fosse não uma tentativa de explicação documentada do real, mas uma estrutura narrativa onde heróis e vilões e seus arquétipos traduzem-se como se fossem a “verdade”.

Misturam-se aqui nas etapas da operação de produção do texto jornalístico a construção de representações que são ferramentas da linguagem de poder e de defesa de interesses específicos ao grupo detentor do mecanismo de difusão do discurso (CHARTIER, 2002, p.17) e uma técnica que é parecida com a narrativa literária de produção de personagens e, com eles, de símbolos.

E como esse processo se encaminha no texto do periódico a respeito de Prestes? Como a autoria se estabelece? Como as representações são colocadas como linguagem de violência e como as representações são similares à construção de uma dupla ocupação corpórea, no âmbito dos símbolos da rebelião em curso sob a liderança de Prestes, atribuídas a Assis Brasil?

Como as representações substituem o grande inimigo Assis Brasil por Prestes, evocando ininterruptamente o primeiro enquanto representado pelo segundo, como personagem interligado ao outro, mostrado e montado como ator de um drama literariamente constituído com técnicas de representação que nada devem à dramaturgia?

E como esse processo se deu no âmbito da autoria de uma narrativa, que durou anos e que ao fim e ao cabo se transformou, alterando o objetivo sem necessariamente mudar a técnica de produção do texto jornalístico?

A resposta a estas perguntas se busca alcançar a partir da definição de uma linha que transforma Prestes de sicário de Assis Brasil a Capitão com um rosto próprio, levada a cabo no subcapítulo anterior.

Porém, é preciso identificar teoricamente este caminho e como cada indício deixado pelas tramas do texto se encaixa numa proposta de análise específica de cada período e operação simbólica.

A questão do duplo corpo do rei (Assis Brasil) nos primeiros passos da trajetória da representação de Prestes, opera no limite da primeira época da rebelião que viria a ser chamada de Coluna Prestes.

Prestes, Zeca Neto, Honório Lemes, todos eram “manequins de Cera” que representavam Assis Brasil (GINZBURG, 2001, p.86) nos idos de 1924. Atuavam como operadores de um processo em que Assis Brasil conquistava uma espécie de onipresença metafísica, quase um tipo de entidade que animava os corpos dos rebeldes com uma qualidade quase mágica, inatingível no fim, mesmo que seus representantes fossem passíveis de ser derrotados (GINZBURG, 2001, p.89).

A percepção desse processo fica nítida quando **A Federação** em quatro de novembro de 1924 divulga um boletim a respeito do “Levante militar na fronteira missioneira” atribuindo ao *assisismo* a autoria da rebelião juntando Zeca Netto, Honório Lemes e Assis Brasil na abertura de um manifesto assinado “Cap. Luiz Carlos Prestes”:

O boletim deixa patente, clara inilludível, a acção do "assisismo", que foi parte directa em toda a conspiração, enquanto vivia a fazer hypocritas declarações de lealdade ao governo federal. Ali está expressa a sua coparticipação: as "forças gauchas" levantar-se-iam no mesmo dia 29 e nesse mesmo dia Honorio Lemes e Zeca Netto invadiriam o Estado, fazendo causa comum com os sediciosos. Assim, de facto, se deu: ahi está o "assisismo", ou regozijando-se publicamente com as desgraças da Pátria ou já de armas na mão atentando mais uma vez contra a ordem e as leis, emparceirados na obra nefanda e impatriótica da revolução.(A FEDERAÇÃO, 04 de novembro de 1924, p.1).

Enquanto **A Federação** atribuía o protagonismo da ação ao *assisismo* no mesmo prosseguimento do texto, já entrando no manifesto escrito por Prestes e intitulado “Ao Povo de Santo Ângelo, o Capitão Luiz Carlos Prestes deixava claro que se havia a participação das forças gaúchas “*assisistas*” na conspiração, elas estavam longe do protagonismo buscado representar pelo periódico. E se o manifesto dizia “Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo da sua consciência, a victoria dos revolucionários”, não era uma menção vaga. Prestes deixava claro desde o início que a conspiração que iniciava a revolução de 1924 era nacional e estava sob as ordens e comando do General Izidoro Dias Lopes:

Hoje, 29 de outubro,, por ordem do General Izidoro Dias, levantam-se todas as tropas do Exército das guarnições de Santo Ângelo, São Luiz, São Borja, Itaqui, Uruguayana, Sant'Anna, Alegrete , Dom Pedrito, Jaguarão e Bagé; hoje irmanados pela mesma causa e pelos mesmos ideaes levantam-se as forças revolucionárias gaúchas de Palmeira, de Nova W6Utemberg, Ijuhy, Santo Ângelo, São Nicolau, Sãoi Luiz, São Borja, Santiago e de toda a fronteira até Pelotas e, hoje, entram no nosso estado os chefes revolucionários Honómrio Lemos e Zerca Netto, tudo de accordo com o grande plano já organizado (A FEDERAÇÃO, 04 de novembro de 1924, p.1).

O aspecto que se diferencia aqui a representação, segundo Ginzburg e Chartier, é o resultado da operação da substituição simbólica sendo alterada para uma substituição concreta, uma transubstanciação de Prestes, Zeca Neto e Honório Lemes em Assis Brasil. Eles não eram um símbolo, eram reais, como real era a existência deles como seu “chefe”.

O diálogo entre os sentidos produz uma percepção de uma linha de identidade perceptível entre a produção de representação e a recepção dela, ao menos em algum grau há a ideia da representação como compartilhamento de percepção do sentido no entendimento dado por Hall.

Assis Brasil aqui conquistava o status de onipresença, era o responsável último, o operador do milagre da ubiquidade, ocupando o corpo dos demais chefes rebeldes como um tipo de deus maligno anima as forças das trevas. Mesmo que os fatos não corroborassem a representação.

Claro que não literalmente, não era talvez sequer a intenção dos autores das constantes histórias a respeito da rebelião, publicadas no jornal, atribuir tanto poder a quem desprezavam, mas a técnica utilizada, o texto, reproduzia uma ocupação de papéis que delineavam a presença de Assis Brasil enquanto ideia, mas uma ideia que se concretizava nos ataques que ocupavam o lado inverso ao do progresso liderado pelos herdeiros de Júlio de Castilhos.

E aqui as representações de Prestes atuam como imagem que permite que Assis Brasil seja visto (CHARTIER, 2002, p.21). Para que o líder democrata obtenha a partir do texto do periódico seu status de onipresente ele precisa ser percebido, e é percebido a partir da construção de sua imagem exibida nos atos e nas descrições de Prestes, Zeca Neto e Honório Lemes, e posteriormente apenas pela imagem de Prestes. E também atua como um sentido que permite o cultivo de uma identidade em como entre quem compartilha a representação (HALL, 2016, p.21).

É singular neste período e neste momento a compreensão da própria ausência no texto d'**A Federação** de um rosto para Prestes na maior parte de sua representação no jornal. Prestes teve uma trajetória destituída de uma face descritível, tampouco visível, até 1929, quando se torna definitivamente proprietário de sua própria figura nas palavras do jornal:

"As barbas do capitão Prestes
RIO, 16 - Sob o título "as barbas de Luiz Carlos Prestes" o "O Jornal do Brasil" publica o seguinte tópico:
"Uma notícia curiosa: Luiz Carlos Prestes raspou as barbas!
Isso tem uma importância extraordinária para os amigos desse revolucionário.
Os retratos do Sr. Prestes, que tem corrido pelo Brasil, são retratos solenes, exibindo umas barbas negras espessas que recordam certas figuras de revolucionários russos.
Agora Prestes transforma inteiramente sua fisionomia.
Suprimindo as suas barbas elle fica mais manso, mais doce, mais pacífico.
(..) Luiz Carlos Prestes parece que não é mais Luiz Carlos Prestes!" (A FEDERAÇÃO, 16 de fevereiro de 1929, p.6).

A ausência de representação visual, a construção do personagem prioritariamente girando em torno de descrição textual, é outro indício da opção deliberada pela obliteração da propriedade de essência por parte de Prestes, e pela transferência desta para o personagem eleito como vilão mor para o periódico: Assis Brasil.

O periódico utilizava fotos exclusivamente para a representação de líderes e de figuras eminentes da sociedade gaúcha, jamais para exibir inimigos.

E a presença maciça do elemento textual como ferramenta de representações dava pistas da presença de um tipo de linguagem derrisória, utilizada com o fim de estabelecer uma posição de poder diante do outro, qualificando o outro em relação a si pela linguagem, produzindo uma disputa desigual, hierarquizada e passível de ser entendida como uma linguagem de confronto, de violência (DE CERTEAU, 1995, p.93).

Uma linguagem que destituiu o outro de importância, que relativiza a própria essência do ente, retira do outro a ideia de possuir qualidades e que, por fim, atribui ao outro o conjunto de deméritos que tornam sua própria existência uma realidade indesejável.

E a assinatura nas representações significa um prosseguimento do uso do anonimato que é parte de uma linhagem que na imprensa brasileira é, pelo menos, tão antiga quanto uma linha editorial definida, remetendo aos combates pela imprensa das narrativas e linhas políticas que buscam hegemonia desde os primeiros jornais no período de luta pela independência, onde os jornalistas escreviam uns para os outros e para Dom Pedro (LUSTOSA, 2000, p.27). A reivindicação do papel de portador da ilustração e da guia da sociedade pelo jornal não reivindica a neutralidade, como fazem os jornais do mesmo período cada vez mais e vira uma linguagem contemporânea hoje em dia. Reivindica uma defesa de uma verdade inexorável que parte do coração do jornal para a condução da sociedade, dialogando com o positivismo de Castilhos, mas mantendo uma linha onde o jornal tinha a prerrogativa do livro e de seus autores e trazia consigo o dever de preparar o povo para o regime que defendia, de guiá-lo, como condutor portador do poder de um texto que traduz a correta caminhada na direção do progresso que defende (LUSTOSA, 2000, p.28-29). O texto demonstra o cariz autoritário relacionado ao de ser possuidor de verdade, organizador de práticas que buscam um “progresso” que é atingido pela rebelião dos “bandoleiros”, obliterando os lugares sociais onde o discurso se constrói, a quem representa e o que deseja com sua produção (DE CERTEAU, 1995, p.92).

Esse texto caminha na tradição que utiliza um perfil de imprensa e de publicação do discurso político que, através da história, faz do jornalista e do jornalismo brasileiro um portador do conhecimento para as massas, um portador de verdades, de difusor das luzes e criador de condições para uma política tida por ele e seu veículo como “justa e eficiente”(LUSTOSA, 2000, p.30).

A linguagem jornalística aqui acaba, mesmo se entendendo como portadora da verdade, por produzir a ruptura de qualquer mecanismo de mediação, ao mesmo tempo em que se coloca como produtora de um discurso de protesto contra tal ato advindo do outro (DE CERTEAU, 1995, p.96).

O anonimato do texto, que se torna um texto do veículo, garante um estilo ousado na produção textual, garante que o autor seja não o indivíduo, mas o coletivo chamado jornal, um tipo de proteção que usou inclusive o imperador Dom Pedro I quando escrevia para **O Espelho** atacando seus desafetos (LUSTOSA, 2000, p.32).

Esse processo de produção a partir da linguagem de um estrangulamento da alteridade, reproduz a tradição jornalística brasileira e participa da produção da autoria do jornal a partir da personificação do outro enquanto símbolo metafísico de um mal que reivindica o retrocesso e de uso imagético deste símbolo para que um personagem remeta a outro. Um processo que se organiza em uma trajetória onde a ação de representações só encontra saída a partir da construção de uma representação específica de Prestes em relação a Assis Brasil. E mesmo durante o processo de construção de identidade própria por Prestes a linguagem de violência permanece, embora as características das representações se transformem.

Com a produção de um rosto para Prestes as representações deixam de ser referentes a um corpo dividido entre o Capitão e Assis Brasil. O corpo de Assis Brasil perde sua significação e é ocupado pela cabeça de Prestes, como uma imagem católica que utiliza a cabeça de uma estátua de imperador romano (GINZBURG, 2001, p.100).

Prestes deixa de ser símbolo de Assis Brasil e passa a ser o hirsuto e ingênuo “czar”. Deixa de ser uma imitação, uma substituição, ocupa-se de ser a si mesmo e Assis Brasil e ao fim ganha identidade própria, superando as similaridades e torna-se único, mesmo que composto de elementos simbólicos que vão além de si, como o exemplo da combinação entra o pagão e o católico na composição da imagem da Santa Fé (GINZBURG, 2001, p.93).

A adaptação de Prestes a Assis Brasil superou a representação de Prestes como Assis Brasil, e produziu um tipo de relação simbólica que adaptou uma figura para representar outra, com todo um corpo de elementos e signos, com uma gama de funcionalidades políticas.

Funcionalidades estas que, por fim, ganharam um rumo onde Prestes ocupa um determinado mundo simbólico que supera o de Assis Brasil na operação produzida por **A Federação**.

Esse processo nos fornece um campo da relação entre representações e suas transformações no tempo que delinea a ausência, ao fim e ao cabo, de relação final entre os dois elementos.

No fim do processo o mesmo Assis Brasil onipresente deixava de ser sequer original no processo de representação de Prestes, mesmo que a base da construção desta figura fosse o corpo simbólico do Líder Democrata.

Prestes apropriou-se inadvertidamente de um tipo de representação construída em torno de si, e sua prática desenhou um outro tipo de elementos simbólicos, como se a representação do rebelde original de Assis Brasil fosse apropriada para um tipo de prática por um objeto de representação que subverte a ideia original, dando a esta, um caráter próprio (GINZBURG, 2001, p.100).

E o que une estes elementos e qual a eficácia destas observações para uma contribuição historiográfica sobre as representações sobre Luiz Carlos Prestes? E a relevância?

A contribuição historiográfica gira em torno da estruturação de um viés de interpretação micro-histórica do fenômeno da representação e como esse processo se dá tecnicamente, inclusive sob o ponto de vista da operação técnica de sua produção.

A linguagem de violência, a produção de duplo corpo, a criação de uma representação que remete um símbolo a partir de outro, a representação como uma produção de sentido que se organiza para o cultivo de um compartilhamento de identidade, todos estes elementos são parte de um tipo de produção de sentido que envolve linguagem e forma na qual a linguagem é exposta em um modelo de apresentação da mensagem.

Para analisar o processo de representação aqui presente é fundamental processar suas características enquanto ação e as formas como esta ação foi executada.

A partir da análise da forma como Prestes foi representado encontramos não só indícios de elementos que induziam a determinadas viradas nestas representações, como elementos que produzem um desenho técnico delas, como elas foram produzidas enquanto linguagem e onde foram colocadas nos jornais para que fossem vistas.

A autoria das representações, obedecendo uma tática que organizava um discurso com um objetivo específico, tática que já havia sido utilizada anteriormente pelo jornal (FORNO, 2015), necessitava de uma construção que permitisse identificá-la.

E a mesma autoria era fundamentada por uma técnica de diagramação que explicitava a ordem de importância das representações dentro da narrativa entendida como fundamental pelo periódico.

A linha das representações e suas transformações precisava ser demonstrada como uma ordenação narrativa, uma tática técnica de uso da verdade que não tem preocupação com seu aspecto utilitário enquanto fiadora do discurso, mas apenas como uma base sobre a qual se erige um texto (CHARTIER, 2017, p.29).

Esta técnica utiliza mais do que apenas a inspiração superficial no real para sua construção, estabelece um processo técnico de construção dramatúrgica de ocupação de papéis por personagens inspirados nos reais. Ela se estabelece enquanto operação de autoria com licença para a produção de uma estrutura de escrita diferente da do jornalismo produzido atualmente, que possui técnica específica e exige um tipo de linguagem e formação (BARBOSA, 2010, p.152).

A produção de representações d'**A Federação** estabelece um tipo determinado de técnica de exposição do discurso, uma produção que vai além da autoria constante na linha editorial, mas possui um tipo de estilo mais próximo do ficcional que o do jornalístico que já se constituía como propagandista dos “novos tempos” e que instituía todo um processo cultural, de uso de linguagem inclusive, que o obrigava a distanciar-se da ficção (BARBOSA, 2010, p.21-94).

Esse conjunto de processos estabelece um modelo excepcional, mas que é extraordinariamente “normal”, cotidiano, perceptível amiúde como algo que é produzido sem nenhuma forma de especificidade, enquanto é único (GRENDI, 2012, p.27). Nesta “normalidade” o conjunto de técnicas e linguagem produzidas para construir representações destila uma especificidade única, uma assinatura que determina que este é um tipo de prática, uma promoção de representações específicas d'**A Federação** e específico da produção de representações sobre Luiz Carlos Prestes. Aqui se dá a dimensão histórica exclusiva de um tipo de espectro técnico, de utilização da técnica, de uso da tecnologia e da linguagem, algo que é específico de um determinado sistema de formação de métodos e práticas de produção (GINZBURG, 1989, p.85). O paradigma a ser observado aqui é o próprio do contexto em que foram produzidas as representações, evitando assim que esqueçamos o caráter histórico do uso da técnica (GINZBURG, 1989, p.73).

A Federação era um jornal que existia com uma linguagem que já convivía com a busca de outros tipos de estruturas de discurso “profissionais”, “modernas”, naquele contexto histórico. E permanecia com seu conjunto de técnicas mesmo

possuindo recursos para disputar a narrativa da produção técnica com jornais do mesmo período.

Essa opção, assim como a opção pelo uso de um determinado tipo de viés de discurso, toma forma a partir de um tipo de relação entre as representações do mundo e as tecnologias, a forma como o periódico se organiza dentro de um determinado contexto para produzir suas representações e sua disputa com outras formas de discurso e uso da tecnologia (CHARTIER, 2002, p.57).

Da mesma forma a construção das representações não obedecia de imediato, ou na completude, os possíveis intentos inculcados na sua produção, exatamente pela ausência de controle pela produção das representações de como os leitores se apropriariam dela, como eles reagiriam às representações e o que fariam delas em suas operações intelectuais (CHARTIER, 2002, p.50).

Ao mesmo tempo as representações enquanto produção de sentido pela linguagem produziam uma rede de significados que retratam, descrevem um tipo de sentido dialógico que reforça o caráter de identidade entre a mensagem e sua recepção, criando uma prática significativa pela linguagem (HALL, 2016, p.24).

É possível com isso conjecturar que as alterações das representações se dão no âmbito da resposta à prática advinda da apropriação das representações iniciais? Sim, possível e palpável diante dos indícios, dos sinais que nos permitem romper minimamente com a opacidade do real (GINZBURG, 1989, p.177), porém o perigoso terreno que envolve esta afirmação não nos indica um caminho apropriado a este momento da pesquisa para seguir para muito além da indicação da possibilidade.

É também possível entender o procedimento do jornal diante do quadro de aprofundamento da criminalização da luta de classes, e de todas as lutas contrárias ao poder, ocorrido desde o fim do século XVIII (GINZBURG, 1989, p.172), mas isso pode ser entendido de forma tangencial, inclusive pelo fato do processo de crise da República entre 1922 e 1930 não possuir necessariamente um caráter específico de oposição entre classes.

Da mesma forma, o acesso a um determinado número de experiências, de uma abrangência maior de acesso à realidade por um número cada vez maior de leitores, constituía-se cada vez mais como um acesso mediado pelos impressos, entre livros e periódicos. Esse processo permite o encontro de pistas que pela ausência de reprodutibilidade só nos permite inferir seus significados a partir dos

efeitos (GINZBURG, 1989, p.169) e isto é um elemento crucial para a contextualização das representações sobre Luiz Carlos Prestes.

Estas pistas também nos permitem construir um quadro verossímil dos mecanismos que levaram a cabo a produção destas representações a partir da análise das distorções produzidas pelas fontes enquanto espelhos deformantes do real (GINZBURG, 2002, p.144).

Esse quadro verossímil não produz em si uma afirmação de que as representações buscavam um determinado efeito e conseguiram este efeito ou uma diferença de efeito que obrigaram a seus autores a produzirem alterações e adequações na tática.

Inclusive porque o contexto das representações indicava que havia outros movimentos dos atores envolvidos no teatro político nacional no período, e que possibilitam uma percepção de adequação do discurso político, incluindo o do jornal, às táticas de aproximação e distanciamento entre os participantes do jogo que levou ao fim da Primeira República.

Há mais que indícios indicando a busca de aproximação entre Getúlio e Prestes (REIS, 2014, p.125) que ficam sugeridas pelas formas estampadas nas páginas d'**A Federação** a partir de uma guinada estrondosa entre as representações ocorridas com sua vinculação a Assis Brasil para um processo de representações até contraditórias no interior das páginas do jornal, como analisado neste texto.

Porém, é fundamental entender os indícios desta aproximação exatamente no interior do conjunto de técnicas envolvidas nas representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo periódico.

A produção de representações de figuras públicas se organizam muitas vezes em técnicas similares à produção por **A Federação** de toda a narrativa em torno de Assis Brasil e Prestes, mesmo que as técnicas de diagramação e de produção textual hoje tenham constituído um salto gigantesco com relação ao passado.

É significativo observar a reprodução das mesmas técnicas de representação de Prestes, ou técnicas similares, nas representações de figuras públicas como Getúlio, Juscelino Kubitschek, Lacerda e até Luiz Ignácio Lula da Silva.

A presença de um tipo de redução do outro a um catafalco de personagens representados com uma construção de personagem que beira a descrição ficcional de personagens vilanescos, a presença de um tipo de relação metafísica entre a

figura pública e uma espécie de aura maléfica, a localização das representações positivas e negativas em espaços diferentes dos jornais, o uso de imagens ou de produção textual que descreve de forma imagética o outro, a despersonalização e posterior transformação exagerada do personagem em vilão, todos os elementos constituem uma espécie de “linhagem” do discurso político conservador nas páginas dos periódicos.

Obviamente as relações entre as representações não podem ser contempladas por observações em poucas linhas, mas a possibilidade de existência de uma técnica que se transforma e moderniza, mas segue ainda um tipo de *ethos* duradouro relacionado com a presença de discursos conservadores ligados à elite nacional que controla periódicos (CHARTIER, 2002, p.17) é um elemento que nos impulsiona a persistir num aprofundamento destas técnicas de representações.

Da mesma forma que a relação entre jornal e transformações culturais do capital, a permanência de um conjunto de elementos que produzem técnicas de representação, de autoria, que se organizam em torno da constituição de um discurso político de manutenção do status quo, são elementos que nos obrigam a perceber que o estudo dos periódicos precisa ir além do debate em torno destes como apenas reprodutores de ideias, mas construtores, autores e atores de uma gama de funções que extrapola a mera observação dos textos e a quem controla seu discurso.

A análise das técnicas de representação, a linguagem de violência, o duplo corpo dos personagens, a ideia da representação remeter a uma mensagem ou a uma ideia em torno da qual toda uma gama de elementos pejorativos se aglutinam, a referência à dissolução do corpo político (GINZBURG, 2014, p.21) relacionada à ação de personagens eleitos pelo proprietário do discurso, pelo autor do texto jornalístico (CHARTIER, 2014, p.45), como inimigos fígados da República, da Democracia ou do elemento constituinte de ordem ao qual se agarra a linha editorial, permitem que observemos os periódicos como objeto e fonte.

Essa análise é o centro do debate teórico, e é a partir dela que efetivamente buscamos produzir uma reflexão que dê conta da excepcionalidade normal (GRENDI, 2012, p.27) da produção de representações sobre Luiz Carlos Prestes por **A Federação**.

Juntando os elementos que corroboram a autoria pelo jornal (CHARTIER, 2014, p.45); a relação entre o discurso do periódico e o processo técnico da ficção produzindo “efeitos de realidade” que busca a comparação simbólica com o discurso histórico (CHARTIER, 2017, p.28); a produção de uma linguagem de violência, cujo elemento derrisório impunha uma forma de violência simbólica política através do discurso (DE CERTEAU, 1995, p.92); a produção de um sentido compartilhado que reforça o processo de identidade entre representação e recepção (HALL, 2016, p.21); as representações que constroem um papel de duplo corpo (GINZBURG, 2001, p.86) e de substituição simbólica cuja imagem reflete uma ideia (CHARTIER, 2002, p.21); organizamos um debate em torno das técnicas e da própria busca de reflexão do real filtrada pelo discurso d’**A Federação** e do uso das técnicas de diagramação para produzir uma organização imagética a partir do conjunto entre apresentação do texto e do texto em si.

As linhas deste debate buscam permitir uma contribuição historiográfica que tenta ampliar a lente com a qual os periódicos são observados, ampliando o escopo das pesquisas em torno deles, permitindo que a análise caminhe das formas pelas quais os jornais são apresentados, suas técnicas de diagramação, a uma observação acurada do discurso, da relação entre jornalismo e história e entre jornalismo e ficção, nos mesmos moldes que o debate historiográfico se apega em torno de seus próprios desafios.

O apego à micro-história e à história cultural no decorrer das linhas, a busca de um tipo de escrita que pretende escapar do pensamento rudimentar que atribui à narrativa historiográfica um peso que constitui influência no trabalho apenas em sua conclusão (GINZBURG, 2002, p.44), são elementos da pesquisa que assumem os riscos e os compromissos inerentes à produção historiográfica influenciada pelas obras de Ginzburg, Grendi e Levi.

E foi com este intuito, seguindo este legado que a pesquisa da trajetória das representações sobre Luiz Carlos Prestes seguiram os indícios que fizeram de sua ausência de papel à própria descrição detalhada de seu rosto, um rosto que circulava nas ruas, que virou capa de livro, que se transformou em lenda.

Conclusão

A ideia que perseguiu a trajetória das representações sobre Luiz Carlos Prestes por **A Federação**, trabalhou com a percepção dos caminhos que o texto jornalístico seguiu para tornar possível uma forma de representar adversários políticos do PRR, e como as representações sobre o Capitão se localizaram nesta estratégia, diferenciando-se, tornando-se únicas.

As conclusões a respeito desta trajetória das representações sobre Prestes não poderiam se furtar a produzir uma reflexão sobre o próprio jornal e seus papéis como e na sociedade. E aqui ficou claro que **A Federação** é parte de um corpo social e político que contempla o Partido Republicano Rio-Grandense e um tipo de texto, uma produção autoral que tem no estilo de Júlio de Castilhos mais do que um ponto de partida, mas uma espécie de identidade de escrita que alcança praticamente toda a história do periódico. Castilhos funda um tipo de produção textual jornalística que é seguida pelos diretores subsequentes e que faz com que a relação entre a defesa do projeto do PRR e os ataques a seus adversários tenham uma forma visível, e legível, no texto que é produzido no dia a dia d'**A Federação**. Dos primeiros números em 1884 até o fim em 1937, o texto d'**A Federação** é parte de uma estratégia narrativa que possibilitou que as disputas políticas levadas a cabo pelo PRR tivessem uma ferramenta de embate cotidiano com um estilo único identificável e que ecoou na produção das representações sobre seus adversários, inclusive nas sobre o Capitão Luiz Carlos Prestes.

Paralelo a este processo, o periódico atravessou um período onde a conjuntura o fazia ser parte de um tipo de interferência na percepção do cidadão porto-alegrense e rio-grandense a respeito de sua realidade em profunda transformação. Em um período histórico onde aos seguidos avanços tecnológicos relativos à expansão da economia sob o capitalismo se faziam visíveis, alterando nomes de ruas nas cidades, paisagens e culturas no estado, país e no mundo, fazendo com que a própria ideia de tempo e de verdade estivesse em transformação, os periódicos se transformam em instituições que ocupavam lugares na sociedade que anteriormente eram reservados a párocos e governantes.

Da marca do tempo, anunciando o dia e a data, ao noticiário a respeito de passagens de navio ou a cotações de mercadorias e valores de moedas, passando

pelas disputas políticas, os periódicos atuaram como novos *aedos*⁵⁰ de uma modernidade que avançava inexorável na transformação das paisagens naturais e culturais do mundo desde o fim do século XVIII e que tinha em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul um efeito de transformações inclusive no âmbito das relações comerciais e políticas. A novidade que vinha dar às margens do Guaíba eram novas formas de produção de disputas políticas que bebiam na tradição jornalística e política que existiam desde o Império, mas que adquiriam novas tradições. Estas tradições se organizavam, no PRR, a partir de um tipo de texto que combinava uma ideologia de feição nítida, o *Castilhismo*, com um sua forma impressa e identificada com o autor e pai da ideia que se concretizava n'**A Federação**. Castilhos fundou, a partir das tradições do jornalismo político, uma forma de produzir um marco impresso de sua plataforma político-ideológica, E com o papel conjuntural dos periódicos nos processos de modernização da sociedade, do Estado e da cultura do Rio Grande do Sul, marcou a alma de Porto Alegre e do estado.

A Federação só produziu as representações sobre Luiz Carlos Prestes, e anteriormente sobre Assis Brasil e Gaspar Silveira Martins, porque tinha uma forma de escrita e de produção de textos que estabeleciam uma linguagem política própria, com um estilo identificável que remetia a uma autoria passível de ser compreendida em estilo e linguagem, que seguiu um caminho marcante a partir de Castilhos e posteriormente por seus herdeiros que se revezavam no controle editorial do diário. O jornal assume como poucos seu papel de forma cultural, no sentido de produzir uma perspectiva tecnológica como ferramenta de interferência cultural no cotidiano dos leitores. E como instituição social, sendo uma referência diária para a população no sentido da folha influenciar inclusive quem não o lê. Seja pela exposição da recepção das suas produções por terceiros a partir de sua interação com o periódico, de inúmeras formas, ou pela leitura de outros periódicos que em diálogo ou embate reproduzem percepções a respeito do outro.

Foi fundamental, para este estudo, entender nossa categorização do jornal como ferramenta, forma cultural e instituição social, não apenas por ocasião da análise do cumprimento deste papel por **A Federação**, mas por ser um papel compartilhado pelos demais diários, sem, no entanto, ignorar o caráter de

50 Nome dado a poetas orais que cantavam as epopeias na antiguidade grega, que tinham papéis múltiplos para anunciar banquetes ou questionar o comportamento de participantes de festas ou de eventos dentro das normas sociais da aristocracia (MORAES, 2009).

cumprimento único por parte de cada um destes papéis no dia a dia das cidades e dos processos modernizadores de estados e países sob o capitalismo a partir do século XVIII. Os periódicos, com estes papéis, se fundam como instrumentos de modernização que estabelecem uma interpretação do dia a dia com efeito na cultura, atuando no auxílio às pessoas no que tange à absorção das transformações correntes em suas vidas. Ao estabelecerem parâmetros novos de leitura do mundo ordinário, da data até a própria ideia de tempo e de verdade, os jornais se candidataram a fiadores do real, e contemplaram novas formas de percepção do dia a dia, e da própria definição de quem ocupa que papel no cotidiano político, e não só, das sociedades. Cada um seguiu os processos com seu estilo único e **A Federação** fez isso com uma nitidez cristalina.

Da escolha dos inimigos à forma como a diagramação emoldurava o texto jornalístico produzindo sua própria forma de exposição das notícias, **A Federação** identificava-se a partir dos estilos de seu texto, elencava seus inimigos, produzia em torno deles uma narrativa que os localizava no teatro político do Rio Grande do Sul, estabelecia papéis rígidos, divididos entre defensores ou combatentes do que o *Castilhismo* entendia como civilização e ordem e, por fim, construía no seu texto uma plataforma política que fazia do PRR o único guardião possível de uma estabilidade, que tinha inclusa a trajetória de combate ao retorno da monarquia.

Com a crise dos anos 1920, **A Federação** assumiu um papel de guardião de um legado que estava sendo obrigado a transformar-se, e isto se faz perceptível nas próprias transformações do texto que representava Luiz Carlos Prestes de 1924 a 1930. Se as conjunturas de embate eram parte comum da vida republicana do Rio Grande do Sul desde a Proclamação da República, com as muitas revoluções também sendo parte de uma estrutura cultural da política rio-grandense reivindicada inclusive por todas as forças políticas, nos anos 1920 a ideia de condenação das revoluções como barbárie não tinha um eco idêntico à mesma operação simbólica feita na Revolução Federalista de 1893.

O periódico aqui tinha em torno de si a crise do país, que fazia a política republicana posicionar-se diante da palpável rebeldia social concretizada nos “*Tenentes*” e “*Jovens Turcos*”, a greve geral de 1917, a organização de movimentos sociais e partidos, sindicatos, e novas faces da política representada pelas novas classes médias urbanas e pela aristocracia renovada a partir dos bacharéis

republicanos. Os limites da República sendo postos em xeque desde a Proclamação não era novidade. A Revolta da Armada, Canudos, a Revolução Federalista, a Revolta da Chibata, a Revolta da Vacina e o Contestado deixavam escancaradas as tensões que o pacto de governabilidade da Primeira República não davam conta de superar. Nos anos 1920 todos esses limites se amparavam num crescente apoio popular às transformações no sistema, um apoio popular que alimentava conspirações e posicionamentos públicos por parte de alas do exército e de oposições ao pacto de poder que os Partidos Republicanos costuraram. O próprio PRR com Borges de Medeiros já havia se posicionado em crítica a este acerto que fornecia um poder excessivo ao Partido Republicano de São Paulo, e que **A Federação** não esconde em suas páginas.

As tensões do contexto tomam corpo nas tensões do texto e, nesse sentido, a produção de representações sobre Luiz Carlos Prestes corporifica em uma trajetória as transformações do Capitão de catafalco de Assis Brasil em um “hirsuto e ingênuo Czar”. E o uso da palavra corpo aqui não é sem sentido, porque a produção de operações simbólicas dá a Prestes um rosto, um corpo, uma solidez barbada cuja adjetivação, irônica ou não, o faz um Czar, um Napoleão brasileiro, um General acima de seu posto, um Capitão que exacerbava a qualificação de seu posto, arma e graduação.

Luiz Carlos Prestes toma corpo nas páginas d’**A Federação**, de uma forma que praticamente concretiza o processo de transformação no estilo, linguagem e operação técnica da produção de representação que faz da autoria pelo jornal um processo nítido que se mantém apesar da adaptação à conjuntura.

A trajetória das representações de Prestes é um caminho que faz, pela via do estilo e da linguagem, uma forma de entendimento das transformações conjunturais e do processo de mudanças que a crise dos anos 1920 produziu no Brasil, n’**A Federação** e no Rio Grande do Sul. A corporificação de Prestes é um processo de representação que praticamente traduz seu ganho de importância enquanto figura pública no cenário político nacional, mas também opera a reflexão simbólica da própria crise dos anos 1920 nas páginas da publicação, e sua transformação de arma e *alma mater* do *Castilhismo*, a partir de 1884, em diário oficial, em 1935, até seu fim, em 1937.

O corpo de Prestes deixa de ser um duplo de Assis Brasil, ganha um rosto, toma uma corporalidade hirsuta que cresce em importância no caminho inverso do processo de derretimento de presença d'**A Federação**, cuja alma se esvai por entre os caracteres que derramaram um estilo e uma autoria única até seu fim.

A Federação transforma-se em 1935 em Diário Oficial, no mesmo ano em que Prestes é protagonista de uma tentativa de insurreição contra Getúlio, é um processo de interrupção de um tipo de jornalismo e estilo que em cinquenta e um anos foi parte integrante de uma ideologia positivista única e que ecoa, marca, como um evento, as transformações produzidas a partir dos anos 1920. A presença de Prestes e Getúlio nos processos de transformação do país, e d'**A Federação**, é parte de um cenário político que envolve um novo país, onde as tramas e danças da Primeira República não tinham mais tempo ou lugar.

Os processos de transformação modernizante das sociedades, os bota-abaixo de Pereira Passos, a abertura de estradas de ferro, a industrialização, as novas rotativas, a expansão das comunicações, os novos comércios, novos nomes de rua, novas formas culturais, comportamentos, publicidades, paulatinamente passam a exigir novas formas de relação política, e estas relações pedem novas formas de organização, novos rostos, novos corpos, novos jornais.

A junção das transformações da sociedade com a corporalidade de Luiz Carlos Prestes, perpassando pela perda de corporalidade d'**A Federação**, é uma perspectiva que encontra no processo de transformações da autoria do noticioso sobre as representações do Capitão uma caminhada de recolhimento das pistas deixadas pelos processos políticos de transformação da conjuntura na cultura.

Identificar a imprensa como forma cultural, instituição social e autora de transformações na abordagem cultural das mudanças do cotidiano sob o capitalismo, seria limitado se não abordássemos a trajetória das transformações de estilo e autoria de representações. Aliás, foi a segunda análise que identificou a primeira, foram os indícios que nos permitiram a identificação das transformações que corporificaram Luiz Carlos Prestes nas páginas d'**A Federação** que deram asas à compreensão das formas como a imprensa, e o papel do jornal, se transformou em ferramenta de consolidação de compreensões do real sob o capitalismo.

A corporificação de Prestes, de catafalco a “hirsuto e ingênuo czar”, é o coração de uma análise que identificou **A Federação** como uma forma cultural e

instituição social, papéis que o periódico compartilha com todos os meios de comunicação, portadora de uma autoria e um estilo que é perceptível como parte da trajetória biográfica e do legado de Júlio de Castilhos.

A análise que expõe as representações sobre Luiz Carlos Prestes como parte de um processo de corporificação, que não oblitera as outras faces das representações supra relacionadas, se inicia como uma análise das operações simbólicas em torno desta produção para em decorrência desta investigação identificar o papel do periódico como parte integrante dos processos de transformação cultural do cotidiano sob o capitalismo, o elemento de autoria do noticioso envolvido nos processos dos quais faz parte e a “linhagem” que o texto jornalístico, e o processo gráfico de emolduramento deste, estampa em cada linha.

O coração da investigação encontra, a partir de uma escala de análise que recolhe os mais variados indícios de caminhos possíveis de investigação, nas pistas da corporificação de Prestes sob a ótica d'**A Federação** as trilhas de um tipo de texto jornalístico que tem em suas entrelinhas as pistas das transformações culturais e conjunturais nas quais está imerso.

Prestes toma corpo nas linhas d'**A Federação** porque toma corpo nas transformações culturais, políticas, conjunturais pelos quais o país passa nos anos 1920, e recolhe em seus périplos os adjetivos sob os quais caminha para ser com Getúlio Vargas uma das principais figuras públicas do século XX. O estilo que o descreve como catafalco até lhe dar um rosto, é o estilo que se transforma, descorporificando Castilhos e o *Castilhismo*, num modo *Getulista* de escrita e de exposição do outro, oscilando de forma pendular no tratamento como um general “maior que o país” ou como “hirsuto e ingênuo Czar”.

E de catafalco a “hirsuto e ingênuo Czar”, Prestes nos revelou um caminho, a partir de suas representações, de tomada de um corpo político que inaugura uma nova forma de perceber a política no novo país que se desenha com a queda da Primeira República, com as transformações diárias pelas quais a sociedade passa e com os novos rostos que assumirão o poder depois da Revolução de 1930.

O rosto do Capitão agora tinha uma cabeça que não precisava de outro corpo para se personificar. A corporificação de Luiz Carlos Prestes traduziu sua trajetória de catafalco a Cavaleiro da Esperança.

Referências

Fontes

A FEDERAÇÃO: de Immoralidade em immoralidade. Porto Alegre, 04 jan. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: NACIONAL: a mensagem do dr. Borges de Medeiros - brilhante editorial d'O Paiz. Porto Alegre, 04 jan. 1924. Página 4.

A FEDERAÇÃO: Salada de Fructas. Porto Alegre, 07 jan. 1924. Página 8.

A FEDERAÇÃO: O Federalismo Assisista. Porto Alegre, 10 jan. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: O federalismo no congresso assisista. Porto Alegre, 12 jan. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: A qualificação eleitoral e a Licção que ella encerra. Porto Alegre, 06 mar. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Pó de Mico. Porto Alegre, 06 mar. 1924. Página 2.

A FEDERAÇÃO: As simulações do regenerador. Porto Alegre, 08 mar. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: As vicissitudes de um comediante. Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: Cheque ao rei. Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: Medo ou ameaça? Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: O assisismo contra e ordem e a lei. Porto Alegre, 28 ago. 1924.

A FEDERAÇÃO: Levante militar na fronteira missioneira. Porto Alegre, 04 nov. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: O Levante militar na fronteira missioneira. Porto Alegre, 29 nov. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: O levante na fronteira missioneira. Porto Alegre, 01 dez. 1924.

A FEDERAÇÃO: Roubalheira e Cynismo. Porto Alegre, 02 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Buenos Ayres, Centro internacional de vendedores de munições. Porto Alegre, 02 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Vigoroso discurso do deputado Getúlio Vargas. Porto Alegre, 05 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Assembleia de Representantes. Porto Alegre, 15 de dez. 1925. Páginas 10,11 e 12.

A FEDERAÇÃO: A sucessão presidencial da república. Porto Alegre, 24 dez. 1924.

A FEDERAÇÃO: O pleito de 24 de fevereiro. Porto Alegre, 25 fev. 1927. Página 2.

A FEDERAÇÃO: Edital. Porto Alegre, 29 mar. 1927. Página 4.

A FEDERAÇÃO: A sucessão presidencial: Resultado das eleições hontem realizadas. Porto Alegre, 26 nov. 1927.

A FEDERAÇÃO: Assembleia dos Representantes. Porto Alegre, 23 jun. 1928. Página 9.

A FEDERAÇÃO: Assembleia dos representantes. Porto Alegre, 15 out. 1928. Página 58.

A FEDERAÇÃO: Intenções de Pacifismo?. Porto Alegre, 04 dez. 1928. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Em que ficamos?. Porto Alegre, 27 dez. 1928. Página 1.

A FEDERAÇÃO: As barbas do Capitão Prestes. Porto Alegre, 16 fev. 1929. Página 6.

A FEDERAÇÃO: Várias - Junta apuradora. Porto Alegre, 08 mar. 1929. Página 5.

A FEDERAÇÃO: O Sr Luiz Carlos Prestes vae deitar um manifesto à nação. Porto Alegre, 15 mar. 1929. Página 5.

A FEDERAÇÃO: La forza del destino. Porto Alegre, 23 fev. 1929. Página 1.

A FEDERAÇÃO: À margem do discurso do Sr Assis Brasil no Theatro Guarany. Porto Alegre, 23 fev. 1929. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Uma vela a Deus e outra ao Diabo. Porto Alegre, 23 mar. 1929. Página 5.

A FEDERAÇÃO: Sucessão presidencial da República: Uma entrevista concedida pelo presidente Getúlio Vargas ao "Diário da Manhã", do Recife, por intermédio de seu correspondente. Porto Alegre, 04 set. 1929.

A FEDERAÇÃO: Os trabalhos da Câmara dos Deputados. Porto Alegre, 25 set. 1934.

LEMOS, Miguel. **Positivismo e Vegetarianismo.** Rio de Janeiro: I.A.P.B, 1902. 11 p. Documento do acervo do CPDOC/FGV, Classificação: IP125f Fundo Igreja Positivista do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/IP/impresso/positivismo-e-vegetarismo>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LIMA, Lourenço Moreira. **A coluna Prestes: Marchas e Combates.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1945.

O TEMPO E O VENTO. Direção de Jayme Monjardim. Produção de Rita Buzzar, Beto Rodrigues. Roteiro: Letícia Wierzchowski, Marcelo Ruas, Tabajara Ruas. 2013. Color.

O ESTADO DE SÃO PAULO (Ed.). Toda revolução de Luiz Carlos Prestes. **O Estado de S.paulo.** São Paulo. 07 jun. 2008. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,toda-revolucao-de-luiz-carlos-prestes,185357>>. Acesso em: 13 out. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 4.263, de 14 de janeiro de 1921. Regula as requisições militares. Lei Nº 4.263, de 14 de Janeiro de 1921: Código Civil, art. 59. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4263-14-janeiro-1921-775589-publicacaooriginal-139317-pl.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. CABANAS, JOÃO. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República.** Rio de Janeiro: Cpdoc/fgv, 2010. p. 1. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABANAS,%20Jo%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

- ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, Alan. **Luiz Carlos Prestes**: Atlas Histórico do Brasil. 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- ABREU, Alzira Alves de. Revolta Comunista de 1935. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- Adelo. In: LELLO EDITORES. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Porto: Lello Editores, 2013. p. 1. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/adelo>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ALVES, Francisco das Neves. **O golpe de estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande**. BIBLOS, [S.l.], v. 11, p. 63-76, dez. 2007. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/513>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **“Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”**: a experiência do tempo da geração republicana da faculdade de direito de são paulo (1878-1882). 2017. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- ASSUNÇÃO, Moacir. **Luiz Carlos Prestes**: um revolucionário brasileiro. São Paulo: Lazuli Editora, 2007.
- AMADO, Jorge. **Vida de Luís Carlos Prestes**: o cavaleiro da esperança. 37ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema *Castilhist*a-borgista de relações de poder. In: AXT, Gunter et al. **Júlio de Castilhos e o Paradoxo Republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 115-132.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter; GOLIN, Nelson Boeira Tau. **História Geral do Rio Grande do Sul (República)**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128.
- AXT, Ana Luíza Setti Reckzeigel Gunter e GOLIN, Nelson Boeira Tau. **República**: República Velha (1889-1930) in **Coleção História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BADARÓ, Marcelo. Lula. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. p. 1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p.213-226, ago. 1998.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. 2. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

- BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coordenação Geral). **História Geral do Rio Grande do Sul**. 5 volumes. Passo Fundo: Méritos Editora. 2006/2009.
- BORTOLOTTI, Marcelo. **As biografias contraditórias de Luís Carlos Prestes**: Dois biógrafos de Luís Carlos Prestes – um deles Anita, sua filha com Olga Benario – discordam sobre a trajetória do líder comunista. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/biografias-contraditorias-de-luis-carlos-prestes.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BRICKMANN, Carlos. **A primeira vítima, como sempre, é a verdade**. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/a-primeira-vitima-como-sempre-e-a-verdade/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BRUM, Eliane. **Coluna Prestes**: O Averso da Lenda. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1994.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CASTRO, Ruy. **Publique-se a lenda**. 2009. Artigo de opinião Publicado na Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 2009, um sábado.. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1212200905.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.
- COHN, Amélia. A questão social no Brasil: A difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta**: A Experiência Brasileira (1500-2000) - A grande transação. São Paulo: Senac, 2000. p. 383-403.
- CPDOC/FGV. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**: Partido Comunista do Brasil (PCB). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- DE CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas, Papirus, 1995.
- DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915**: estudo da construção da personagem pinheiro machado pelos jornais correio da manhã (rj) e a federação (rs). 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Cap. 2. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10470>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- ESPIG, Márcia Janete; MATIAS, José Eduardo Lovatel. O jornal A Federação e o movimento do Contestado: possibilidades de uso pelo pesquisador. In: ESPIG, Márcia Janete. **Notícias de uma guerra centenária**: o movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916). São Leopoldo: Oikos, 2013. Cap. 1. p. 17-42.

- FAUSTO, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FAUSTO, Boris. **A crise dos anos vinte e a revolução de 1930**. In: FAUSTO, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 401-427. (Tomo III, Volume 2).
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. (Tomo III, Volume 9).
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Gênese Regional da “Revolução de 30”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 29, n. 1, p.113-127, mar. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117213>>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo. Atlas histórico do Brasil. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/verbetes/Tenentismo>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- FORNO, Rodrigo dal. **A REVOLTA TENENTISTA DE 1924 E A PARTICIPAÇÃO DA ALIANÇA LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 153, p.157-174, mar. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/75935/45397>>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- FORNO, Rodrigo dal. **O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131775/000980771.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- FRANCO, Sérgio da Costa; ROZANO, Mário. **Dicionário político do Rio Grande do Sul: 1821-1937**. Porto Alegre: Suliane Letra & Vida, 2010.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Nelson Boeira Tau; RECKZIEGEL, Aba Luiza Setti; AXT, Gunter. **História Geral do Rio Grande do Sul (República): República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-169.
- FREIRE, Eduardo Nunes. **O design no jornal impresso diário: Do tipográfico ao digital**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.
- Folha de São Paulo. **Comissão vai revisar pensão de viúva de Prestes**. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2005200525.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- GRENDI, Edoardo et al. **Microanálise e história social**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Cap. 1. p. 19-38.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo, Companhia das Letras. 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo, Companhia das Letras. 2011.

- GINZBURG, Carlo. **História noturna**: Decifrando o Sabá. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: Quatro Ensaios de iconografia política. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; KUHN, Fábio e NEUMAN, Eduardo Santos. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, Apicuri, 2016.
- LEMOIS, Renato. Benjamin Constant. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. p. 7. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT, Benjamin.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a micro-história. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. Cap. 1. p. 18-31.
- LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter et al. **A Escrita a história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. Cap. 5. p. 133-161.
- LEVI, Giovanni. **Prefácio**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. p. 11-16.
- LEVI, Giovanni et al. **Micro-história e história da imigração**. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-260.
- LOVE, Joseph L.. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889 - 1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) - A grande transação**. São Paulo: Senac, 2000. p. 121-160.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO, Juremir. **Correio do Povo**: a primeira semana de um jornal centenário. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 201p.
- MARTINY, Carina. **“O chefe político dos mais avançados republicanos”**: Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903). 2018. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Cap. 3. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180595>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- MAYER, Jorge Miguel. KLINGER, Bertoldo. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Cpdoc/fgv, 2010. p. 1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/klinger-bertoldo>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MORAES, Alexandre Santos de. OS SENTIDOS DA ITINERÂNCIA DOS AEDOS GREGOS. **Phoínx**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p.62-73, 05 jul. 2009. Semestral. Disponível em: <http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/4-Os_sentidos_da_itinerancia_dos_Aedos_gregos.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

- MORÃO, Artur. «**A montanha pariu um rato**». 2018. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/a-montanha-pariu-um-rato/3599>>. Acesso em: 11 set. 2018.
- MOREIRA, Regina da Luz. **Pacto de Pedras Altas**. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PACTO DE PEDRAS ALTAS.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PACTO_DE_PEDRAS_ALTAS.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- MOREIRA, Regina da Luz. **Lopes, Ildefonso Simões**. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Fgv, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOPES, Ildefonso Simões.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- NOLL, Izabel. **Maragatos, Pica-paus e Chimangos**. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARAGATOS, PICA-PAUS e CHIMANGOS.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: GOLIN, Nelson Boeira Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. **História Geral do Rio Grande do Sul (Império)**. Passo Fundo: Méritos, 2006. Cap. 2. p. 39-70.
- PANTOJA, Sílvia. **CARNEIRO, Rui**. Acervo do CPDOC Verbetes: *rev. 1930; dep. fed. PB 1935-1937; interv. PB 1940-1945; sen. PB 1951-1977. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carneiro-rui-1>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Entre os Direitos dos Cidadãos e o Interesse do Estado**: representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PAULA, Christiane Jalles de. PRESTES, Olga Benário. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Cpdoc-fgv, 2010. p. 1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olga-gutmann-benario>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12772>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A construção de uma Porto Alegre imaginária: uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 179-208.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- PRESTES, Anita L. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRESTES, Anita L. **LUIZ CARLOS PRESTES: Patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além da fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter; GOLIN, Nelson Boeira Tau. **História Geral do Rio Grande do Sul (República): República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-56.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da república - atualidade da doutrina de Júlio de Castilhos, no centenário de sua morte. In: AXT, Gunter et al. **Júlio de Castilhos e o Paradoxo Republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 31-46.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e as outras ideologias. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti et al. **História Geral do Rio Grande do Sul (República): República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 57-88.
- REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo, Companhia das Letras. 2014.
- RUDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- SANTO, Miguel Frederico do Espírito. Esboço Biográfico de Júlio de Castilhos. In: AXT, Gunter et al. **Júlio de Castilhos e o Paradoxo Republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 19-30.
- SCHOLZ, Cley. **Máquina de fazer jornal**. 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/maquina-de-fazer-jornal-2/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- SÊGA, Rafael Augustus; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)**. **Almanack**, Guarulhos, v. 1, n. 2, p.101-113, dez. 2011. Semestral.
- SILVA, Beatriz Coelho. Questão Militar. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. p. 1. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/QUEST%C3%83O%20MILITAR.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- SILVA, Beatriz Coelho. Revolta da Armada. In: JOFFILY, Bernardo; JOFFILY, Mariana. **Atlas histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-armada>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- SILVA, Hélio. **1926 - A Grande Marcha: A Coluna Prestes**. Porto Alegre: L&pm, 2005.
- SILVA, Izabel Pimentel da; CASTILHOS, Júlio de. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. p. 1. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTILHOS,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

- SILVA., Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil: 1911-1999**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMPSON. E. P. **A peculiaridade dos ingleses**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.
- THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **NBR 6023**: Manual para elaboração de Trabalhos Acadêmicos: Tese, Dissertação e Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) e de Especialização (TCCP). Pelotas: Sisbi/ufpel, 2018. Disponível em: <http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual_Normas_UFPel_trabalhos_acad%C3%A0micos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**: O Continente. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo e Belo Horizonte: Boitempo Editorial e Editora PUC Minas, 2016.



Imagem 1: Capa d'A Federação com a publicação do manifesto da Revolução de 1924 assinado por Prestes e ataques a Honório Lemes, Assis Brasil e Zeca Netto (A FEDERAÇÃO, 04 de novembro de 1924, p.1).

O boletim deixa patente, clara inilludível, a acção do "assisismo", que foi parte directa em toda a conspiração, enquanto vivia a fazer hypocritas declarações de lealdade ao governo federal. Ali está expressa a sua coparticipação: as "forças gauchas" levantar-se-iam no mesmo dia 29 e nesse mesmo dia Honorio Lemes e Zeca Netto invadiriam o Estado, fazendo causa commum com os sediciosos. Assim, de facto, se deu: ali está o "assisismo", ou regozijando-se publicamente com as desgraças da Patria ou já de armas na mão at-tentando mais uma vez contra a ordem e as leis, emparceirados na obra nefanda e impatriotica da revolução.

Honorio Lemes, cumprindo um dia a palavra empenhada, invadiu o Estado e, á frente de seus andarilhos, prepara-se para novas correrias desabaladas. Zecca Netto, é tambem certo, apresta-se para fazer o mesmo, na Republica do Uruguay, junto á nossa fronteira.

São inconcebiveis de solercia e indignidade, esses homens. Mas não perderemos tempo em comentar-lhes o gesto desbrioso e desleal. A opinião sensata do paiz, constituída pelos que amam de-veras esse glorioso Brasil, contra o qual os maus desferem agora golpes incessantes, mas que não de-resultar inuteis, os julgará e os condemnará.

Imagem 2: Detalhe da capa d'A Federação com a publicação do manifesto da Revolução de 1924 assinado por Prestes e ataques a Honório Lemes, Assis Brasil e Zeca Netto (A FEDERAÇÃO, 04 de novembro de 1924, p.1).



Imagem 3: Capa d'A Federação com a publicação dos textos em ataque a Assis Brasil, de nome "À margem do discurso do sr. Assis Brasil no Theatro Guarany" e "La forza del destino", no segundo há a menção de disputa pelo "cetro sedicioso" entre Assis Brasil, Prestes e outros. (A FEDERAÇÃO, 23 de fevereiro de 1929, p.1)

SERVIÇO TELEGRAPHICO DOS NOSSOS CORRESPONDENTES ESPECIAES E DA "AGENCIA AMERICANA"

O sr. Luiz Carlos Prestes vai deitar um manifesto á nação

RIO, 15 ("Federação") — Com o título "Escreva e rasgue"... O "Paiz" publica o seguinte topico: "O capitão Prestes, negociante de seccas e molhados numa cidade argentina, vai deitar um manifesto á Nação. E' o que dizem os jornais e as Agencias de Informaçoes que exploram a personalidade hirsuta do ingenho Czar mercantil. Acrescenta-se, com solemnidade, que essa laboriosa peça politica, redigida entre pannos de lencinho e fardos de carne secca, em meio de alhos e cebolas, é um tratado succulento, fornecido por atazado, pelo já famoso calo d'esquadra nos seus clientes. Há portunores: A indigesta literatura do capitão-general, envolverá uma porção de coisas. Conterá sapiencia de psamar. Mas isto até parece heinendéira. Então o grande estrategista pode-dre convenceu mesmo? Que a Nação se preoccupará com a sua possôa? Tire o cavallo da chave, moço. A sua fala no paiz é uma boa pilhéria. O Brasil tem muito que fazer para perder tempo com ladagens. Demais, que o fed-pado indarinho escreve manifestos, vá lá. É uma mania como outra qualquer. Mas que os dirija no paiz isso é que não. Que escreva, pois, só para si mesmo, em seccas, e depois rasgue."

Antes mesmo de ver e ouvir o sr. Assis... URUGUAYANA, 15 — Posso asseverar, seguramente informado, que o capitão Luiz Carlos Prestes assumirá uma attitude definitiva, antes mesmo de ver e ouvir o senhor Assis Brasil.

RIO, 15 (A. A.) — A Diretoria de Despesa Publica concedeu 60 contos á Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul para atender o pagamento das manobras do exercito no corrente anno e mais 300 contos á mesma Delegacia para effectuar a despesa do serviço de fiscalização de porto, e mais 2.000 contos para o pagamento do ordenado que compete ao juiz de direito Justino do Nascimento Freire, em disponibilidade. Transferecia de officios RIO, 15 (A. A.) — O sr. ministro da Guerra transferiu de Alemanha, que não poderia elevar, mesmo com o caracter de negociante, as suas legações em Montevideo, Lima, Madrid e Berlim a categoria de embaixada. E' que lá temos embaixadas em Paris, Roma, Londres, Inglaterra, França, Italia e Estados Unidos, o que cria para o Brasil uma situação bem proxima do ridiculo. E' em consequencia dessa situação, que a lei uruguaia elevando a embaixada a sua legação no Rio

Allemanha não quer elevar a categoria da sua representação diplomatica no Brasil

BERLIM, 15 (A Federação) — Consta que a comissão economica da Reichstag rejeitou a proposta governamental em que se pedio fossem elevadas á categoria de embaixada as representações diplomaticas da Alemanha no Brasil, na Argentina e no Chile. Sentiu-se que essa resistencia é resultada da comissão aos governos interessados. Essas comissões são muito raras, acrescentamos, já que, se assim tivesse procedido, já teriam sido elevadas á categoria de embaixada as representações diplomaticas de outros países, como o Uruguai, o Peru e a Espanha, e, ultimamente, a Alemanha, que não poderia elevar, mesmo com o caracter de negociante, as suas legações em Montevideo, Lima, Madrid e Berlim a categoria de embaixada. E' que lá temos embaixadas em Paris, Roma, Londres, Inglaterra, França, Italia e Estados Unidos, o que cria para o Brasil uma situação bem proxima do ridiculo. E' em consequencia dessa situação, que a lei uruguaia elevando a embaixada a sua legação no Rio

Pelo turf Correu agitada a sessão de assembléa geral do Jockey Club — A reforma dos estatutos dessa veterana sociedade — Varias notas.

RIO, 14 (A Federação) — Realizada o dia 13 do corrente, no Jockey Club, duas deliberaciones, concorreo directas assembléas: uma, extraordinaria, ou indirectamente para o desatto das 11 horas, para o fim especial de dilio do Club, diminuição e concessão de votar o projecto da reforma dos estatutos, elaborado por o comissão especial; outra, ordinaria, ás 15 horas, para a leitura e discussão do relatório, a lancia e prestação de contas do director do Jockey Club, parcer do conselho fiscal, tubo-referente ao exercicio de 1928; eleição do director, das comissões, suplentes do conselho fiscal e intercessores socios. Nesta ultima parte, no ordeno da sessão, serão discutidos assumptos de alta relevancia para a vida do Jockey Club, a saber: a situação que o novo hipodromo vem criando, dependendo do resultado a que se chegar, a renúncia do delegado dos dias sociaes, combinada para amanhã ás 11 horas. O sr. B. disse, a director, deverá apresentar uma proposta financeira, cujo ponto principal será o aumento dos premios contra a morte, segundo o exemplo ha posto no Jockey Club de Buenos Aires, que fixou o minimo de duas promissas em 5.000 pesos e por cima das mais importantes agremiaciones europeas, como a Sociedade Hípica de Paris e a Sociedade Hípica de Italia. E' a reforma, ainda, a apresentação de uma proposta a que a directoria se enuncia, a seu apoio, visando a realisacao do corrido de dias sociaes em domingos no hipodromo de Gavea. E' dessa proposta que está de-

O tratado de conciliação entre o Vaticano e o governo da Italia

ROMA, 15 (AA) — O ministro Mussolini remetteu á Secretaria das duas câmaras de parlamento os documentos relativos ao tratado de conciliação entre o Vaticano e a Italia, exemplo que se trata de tres projectos, de los tratados de natureza politica, convensão financeira e concordiada. Os documentos são acompanhados de uma exposição em que o primeiro ministro se detem em fazer dos precedentes da questão romana e negociações entabuladas para sua solução o finalmente, do exito das accôrds firmados. RIO, 15 (A Federação) — Na sessão do Jockey Club, o sr. Lima Rocha suggeriu á directoria, feitas as necessidades impostas pelo Hipodromo Brasileiro, estabelecer a vintagem de restos e lucros todos os domingos, apresentando que por esse opportunismo, não contra elle assembléas suas baterias e arcaos seus membros. Conter o trabalho que se está fazendo e pôe em discussão o exito do Jockey Club numa linha deca e defende, mas frizo que se o Jockey Club quer lucra, o Derby a sociedade, necessitando o orador que não sabe quem levará o melhor. As primeiras palavras do director do Jockey Club, em seu discurso, foram de agradecer ao sr. Lima Rocha, que al-fundamente souo o meeço occor. Os srs. Clemente Pinto e Jorge Grey participaram excepçionalmente. RIO, 15 (A Federação) — Após direitos aduaneiros em toda a Italia. Durante o tempo em que, por ordem do Papa, estiverem vãos a catidra de São Pedro, o governo Italiano providenciara para ser garantida a maxima liberdade aos cidadãos chamados ao convicio na sua passagem pelo territorio italiano. Qualquer offensa commetida na Italia contra o Papa será recebida da mesma maneira como se fosse contra o rei. O governo da Italia não é obrigado a garantir a liberdade do culto, providenciado com relação a acontecimentos ecclesiasticos e defesa da autoridade ecclesiastica, considerará Roma com caracter marcado de estado clerico e centro de peregrinação catholica, proibindo todo quanto possa turbar esse caracter. O Vaticano se communitará livremente com o exterior e interior do paiz, sem qualquer interferencia do governo Italiano. Os edificios destinados ao culto catholico ficam livres de todos os dispositivos fiscaes. Os edificios destinados á theologia de nacionalidade Italiana, terão prorrogado até 15 annos o limite estabelecido para o serviço militar. A Italia reconhece como dias de festa nacional os dias santos ecclesiasticos pela a grezia que são: Todos os domingos, dia 1º de anno, epiphania, São José, Ascensão do Corvo de Deus, São Pedro e São Paulo. Seguem-se as indrções relativas ao offcio: sessão de bispos, e archiepis que pertencem a

Imagem 4: Matéria d'O Paiz publicada n'A Federação mencionando Prestes como "ingênuo czar mercantil" portador de uma "personalidade hirsuta" (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).

SERVIÇO TELEGRAPHICO

O sr. Luiz Carlos Prestes vai deitar um manifesto á nação

RIO, 15 ("Federação") — Com o título "Escreva e rasgue"... O "Paiz" publica o seguinte topico: "O capitão Prestes, negociante de seccas e molhados numa cidade argentina, vai deitar um manifesto á Nação. E' o que dizem os jornais e as Agencias de Informaçoes que exploram a personalidade hirsuta do ingenho Czar mercantil. Acrescenta-se, com solemnidade, que essa laboriosa peça politica, redigida entre pannos de lencinho e fardos de carne secca, em meio de alhos e cebolas, é um tratado succulento, fornecido por atazado, pelo já famoso calo d'esquadra nos seus clientes. Há portunores: A indigesta literatura do capitão-general, envolverá uma porção de coisas. Conterá sapiencia de psamar. Mas isto até parece heinendéira. Então o grande estrategista pode-dre convenceu mesmo? Que a Nação se preoccupará com a sua possôa? Tire o cavallo da chave, moço. A sua fala no paiz é uma boa pilhéria. O Brasil tem muito que fazer para perder tempo com ladagens. Demais, que o fed-pado indarinho escreve manifestos, vá lá. É uma mania como outra qualquer. Mas que os dirija no paiz isso é que não. Que escreva, pois, só para si mesmo, em seccas, e depois rasgue."

Imagem 5: detalhe da matéria d'O Paiz publicada n'A Federação mencionando Prestes como "ingênuo czar mercantil" portador de uma "personalidade hirsuta" (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1929, p.5).